



Convidado Especial
Mário David

Destaques

Fontes de financiamento para a Região no Pós 20 de Fevereiro de 2010
Candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia
Execução dos Programas co-financiados pela União Europeia na Região
Personalidades falam sobre os Fundos – Hoje e o Futuro
Testemunhos sobre a aplicação do FSE
Contributos de Jovens Madeirenses

Espaço Global

Edição

Instituto de Desenvolvimento Regional
Travessa do Cabido, 16 - 9000-715 Funchal
Região Autónoma da Madeira - Portugal
Tel: +351 291 214 000 - Fax: +351 291 214 001
idr.srpf@gov-madeira.pt - www.idr.gov-madeira.pt

Coordenação - projecto editorial, design e produção
Núcleo de Comunicação e Imagem

Fotografia

Banco de Imagens do IDR

Impressão e Acabamentos

Gráfica Maiadouro, SA

Tiragem

26.400 exemplares

Espaço Global 3 - Dezembro 2010 - Anual
[Distribuição Gratuita]

Índice

5 Nota Editorial

Convidado Especial

8 **Mário David** (Eurodeputado) - Europa: Uma realidade Geográfica supra-continental.

Espaço *Opinion Leaders*

- 14 **António Eduardo de Freitas Jesus** (Presidente do Secretariado Regional da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas) - Novo ciclo.
- 18 **Duarte Rodrigues** (Presidente da ACIF/CCIM) - A importância dos Fundos Comunitários no sector empresarial da RAM.
- 22 **Maria Isabel Torres** (Presidente do Conselho de Administração do CITMA e Professora Associada da Universidade da Madeira) - Importância dos Apoios Comunitários na Formação Avançada da Região Autónoma da Madeira.
- 26 **Ricardo Velosa** (Director do Centro das Artes Casa das Mudas) - Ajudas da Europa determinantes para a cultura regional.
- 28 **Joaquim Pedro Pereira de Lima** (Gerente delegado - Eutelsat Madeira) - O projecto do Centro TCR do Caniçal da Eutelsat Madeira.
- 30 **Rita Pestana** (Responsável pelo Departamento de Formação do Sindicato dos Professores da Madeira) - A importância dos fundos comunitários na formação contínua de docentes e na sua valorização profissional.

Espaço Actualidade

- 34 **Várias fontes de financiamento para a Região no Pós 20 de Fevereiro de 2010** - Sílvio Costa (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional).
- 36 **Instituto de Desenvolvimento Regional com responsabilidades na preparação da candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)** - Ana Mota (Vice Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional).
- 38 **Execução do Programa Intervir+** - Núcleo de Avaliação e Coordenação/UEP do IDR.
- 42 **Sistema de Incentivos ao sector privado e a sua execução** - Jorge Faria (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial).
- 44 **Programa Rumos - Balanço de 3 anos de implementação do Eixo I - “Educação e Formação”** - Sara Relvas (Directora Regional da Qualificação Profissional).
- 48 **As Políticas de Emprego na Região Autónoma da Madeira - O Eixo II do Programa Rumos – “Emprego e Coesão Social”** - Sidónio Fernandes (Presidente do Instituto de Emprego da Madeira).
- 52 **Região executa 84% do compromisso assumido com o Fundo de Coesão** - Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR.
- 54 **Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC)** - Ana Mota (Vice Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional).

Espaço Projectos

Projectos Promissores de Boas Práticas dos Programas Operacionais da RAM

Intervir+

58 Projectos Públicos

64 Projectos Privados

Rumos

66 Eixo I – Educação e Emprego

68 Eixo II – Emprego e Coesão Social

Índice

Espaço Encerramento

- 72 **POPRAAM III – 2000/2006: o fecho de um ciclo** - Unidade de Estudos e Planeamento do IDR.
- 82 **Fundo de Coesão II** - Sector ambiental “O Sector mais beneficiado com 115 milhões de euros” - Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR.
- 86 **Programa INTERREG III-B com boa execução global** - Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR.

Espaço Memórias

- 92 **José Emídio Ferreira** (Director de Serviços de Reabilitação Psicossocial e Profissional de Deficientes) e **Elma Barreiro** (Directora Técnica do Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes) - Mais de 20 Anos do Fundo Social Europeu na Formação e Integração Profissional de Pessoas com Deficiência na Região Autónoma da Madeira “A realidade do Centro de Formação Profissional de Deficientes”.

Espaço Jovens

- 98 **Joana Homem da Costa** (Mestre em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico) - Avaliação do Desempenho dos Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Região Autónoma da Madeira.
- 100 **Petra Teixeira** (Estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa do curso de Ciências da Cultura) - A crise mundial e o seu efeito no turismo madeirense.
- 102 **Carolina Pestana, Joana Abreu, Leila Abreu e Mónica Pita** (Alunas do 12º ano da Escola Secundária Jaime Moniz) - Quê apoios da UE para a criação de um Centro de Dia para a Terceira Idade?
- 104 **MURAL DIGITAL** - Ano Lectivo 2009/2010 - Eurodeputado Nuno Teixeira convida jovens premiados a visitar o Parlamento Europeu – Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR
- 106 **RS4e** – Entrepreneurship – Centro de Empresas e Inovação da Madeira

Último Espaço

- 112 **2011 Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa** – Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR
- 113 **Momentos 2010** – Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR

Nota

Editorial

ESPAÇO GLOBAL surge este ano num contexto muito difícil e penalizador para todos os portugueses. Um ano que fica marcado por factos devastadores do ponto de vista social, económico, financeiro, ambiental, e não só. Foi o 20 de Fevereiro (a aluvião que assolou a nossa Região), o 15 de Abril (a nuvem vulcânica Eyjafjallajokull, da Islândia, que provocou um caos no espaço aéreo europeu, com consequências nas companhias aéreas, no sector do turismo, etc.), o agravamento da situação económica portuguesa (que desde 1983 que Portugal não assistia a uma crise tão profunda, que de imediato, sobrecarregou os contribuintes como o aumento do IVA e do IRS) e com um Orçamento do Estado para 2011 com um gravoso conjunto de medidas de austeridade.

Apesar desta conjuntura tão complexa, o Instituto de Desenvolvimento Regional e todas as entidades envolvidas na gestão dos fundos comunitários tudo têm feito no sentido de levar a bom porto a aplicação dos incentivos financeiros na nossa Região, com vista a esta manter-se como um bom exemplo perante a Comissão Europeia e o país em geral.

Nesta terceira Edição, desafiamos o leitor a partilhar da visão das várias personalidades convidadas. Desta vez contamos com a excelente reflexão do nosso convidado especial, o Eurodeputado Mário David, que de imediato aceitou o nosso convite. Trata-se de um artigo que reflecte a grandeza da União, um projecto que deve envolver todos os cidadãos europeus, bem como a defesa da valorização das potencialidades das Regiões Ultraperiféricas. Contamos também com os Opinions Leaders da nossa Região, individualidades que se têm destacado nas várias áreas da realidade regional.

Ainda, e por sermos uma entidade pública, é nosso dever dar-vos conta da actividade desenvolvida durante o ano de 2010. Assim, é, através dos vários capítulos desta publicação - Actualidade, Projectos, Encerramento e Memórias -, que vos apresentamos um conjunto de artigos sobre o ponto de situação da forma como foram e estão a ser aplicados os fundos comunitários na nossa Região.

Gostaríamos também de destacar o Espaço Jovens que, além de ser uma forma desta revista abranger o público mais jovem, é um meio de os sensibilizar para estas questões. Temos que reconhecer que são os jovens de hoje, aqueles que terão a responsabilidade de lutar pelo bem-estar da nossa Região no futuro.

Finalmente, não queremos deixar passar esta oportunidade sem agradecer a todos os que colaboraram nesta edição, com valiosos contributos para a reflexão que urge ser feita.

Esperamos que o ESPAÇO GLOBAL seja também um Espaço seu. Fica aqui o desafio: Podemos contar consigo na próxima edição?



Vanda de França Correia de Jesus

Chefe de Núcleo de Comunicação e Imagem/IDR
(Funchal, 15 de Outubro de 2010)



Convidado Especial

Mário David
(Eurodeputado)
Vice-Presidente do Partido Popular Europeu

Dr. Mário David é o nosso convidado especial. Trata-se de um homem com grande sentido de patriotismo, que acredita que a política só faz sentido se for feita para servir os seus concidadãos. Desde os anos 80 do séc. XX que sempre se destacou pela sua paixão pelos temas europeus... Defende que, ao abrigo do estatuto de Região Ultraperiférica, a Região Autónoma da Madeira continue a beneficiar dos fundos no período pós 2014, sem ser prejudicada por meros efeitos estatísticos.

Europa: Uma realidade Geográfica supra-continental

Mário David

Eurodeputado

Vice-Presidente do Partido Popular Europeu

A União Europeia é, desde a sua fundação, uma realidade geográfica que compreende não somente territórios situados no continente europeu, mas também territórios situados noutras regiões do globo.

Esta realidade permite à União Europeia estar presente na América do Sul, no coração do Oceano Índico, nas Caraíbas ou no Oceano Atlântico, ao largo da costa africana.

Mas nem sempre os europeus perceberam a magnitude e a importância desta realidade supra-continental, fruto da História de alguns dos seus Estados-Membros, onde se inclui Portugal, e que confere à União uma dimensão marítima considerável e uma posição privilegiada na gestão internacional dos Oceanos.

Contudo, apenas muito recentemente a União Europeia criou instrumentos específicos de forma a promover a aplicação dos Tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

Desde o POSEIDOM em 1989 (para os departamentos franceses ultramarinos) ao POSEICAN e POSEIMA de 1991 (respectivamente para as ilhas Canárias, Açores e Madeira) e ao reconhecimento do carácter de ultraperifericidade pelo Tratado de Amesterdão (1998) muito mudou na Política Regional da União, no que diz respeito às denominadas Regiões Ultra-Periféricas (RUPs) europeias. Estes nove territórios geograficamente distantes do continente europeu, mas que são parte integrante dos países da UE a que pertencem, não deverão ser confundidos com os 21 Países e Territórios Ultramarinos (PTUs), que embora constitucionalmente ligados a um Estado Membro, não fazem parte da União.

A Região Autónoma da Madeira, enquanto RUP e enquanto receptora dos Fundos Estruturais e de Coesão, tem beneficiado de importantes apoios financeiros da UE ao longo dos últimos 20 anos. E é fundamental que, ao abrigo deste estatuto, continue a beneficiar destes fundos no período pós 2014, sem ser prejudicada por meros efeitos estatísticos.

A prossecução da excelência por parte do Governo Regional, expressa no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2007-2013 (PDES 2007-2013), as elevadas taxas de execução dos fundos comunitários no passado, o crescimento e o desenvolvimento económico da Região (inegável, quer seja medido por indicadores qualitativos ou quantitativos), a diminuição das assimetrias à escala sub-regional, em especial na área das infra-estruturas e acessibilidades e a maior integração no espaço europeu (medida por exemplo em termos do aumento da mobilidade de cidadãos entre o continente e a Madeira, com o número de passageiros no Aeroporto do Funchal a mais do que duplicar desde 1990), provam a aposta numa Estratégia de Desenvolvimento Regional correctamente concebida e implementada!

Enquanto cidadãos europeus, fazemos parte de um projecto que está a ser construído há mais de 50 anos de uma União de Estados e cidadãos que voluntariamente decidiram partilhar soberania, e cujos objectivos fundadores e ainda sempre actuais são a Paz, a Prosperidade e a Solidariedade, assentes em sólidos valores, dos quais destaco o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito, o pluralismo, a não-discriminação, a justiça, e a tolerância. Um espaço de livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, de livre estabelecimento, proibindo a discriminação por razões de nacionalidade.

Uma União que desde a sua fundação promove a paz, os seus valores e o bem-estar; um espaço de liberdade e segurança, com um mercado único baseado na livre concorrência não falseada, fomentando a coesão social, económica e territorial através de um desenvolvimento sustentado, numa economia social de mercado, protegendo e melhorando a qualidade ambiental.

Ora, se estes são valores de que nos orgulhamos e que queremos promover à escala mundial, por maioria de razão, devem continuar a guiar o processo de construção europeia no futuro e, obviamente, a sua Política de Desenvolvimento Regional. E 2014 é já amanhã!

Considero por isso importante o empenho de todos os actores políticos e institucionais, para que junto do Conselho e da Comissão se possam aduzir os argumentos correctos com vista à concretização desta “Europa Supra-Continental” coesa e integrada, constituída por territórios

Convidado Especial



continentais e por territórios “cercados por água por todos os lados”, que perfilham valores, uma história e cultura comuns.

E é importante, é mesmo imprescindível o empenho de todos na concretização deste objectivo, porque a realidade europeia actual é bastante complexa e está em processo de mutação profunda após a aprovação do Tratado de Lisboa. Também o enquadramento mundial, adverso, tem refocalizado as prioridades da União com vista à resolução de problemas pontuais ou conjunturais que têm que ser resolvidos (e ainda bem que estão a ser!), mas que não podem desviar as atenções, nem tornar algo difusos os princípios que estão na base da Política Regional da União.

Tal como no passado, também no Parlamento Europeu o Grupo Parlamentar do PSD (GPEPSD) saberá estar ao lado das justas pretensões das nossas Regiões Autónomas.

No âmbito da implementação da Estratégia Europa 2020 (Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) recentemente aprovada e da discussão da Política Regional para o período pós 2014, considero, tal como o Comissário Johannes Hahn que “a Política Regional é um instrumento crucial para Europa” e que “não existem alternativas para a Política Regional”.

É por isso fundamental a criação, desde já, de um grupo de trabalho (já proposto pelo GPEPSD), a nível da Comissão Europeia, envolvendo os quatro Comissários que mais frequentemente abordam as questões decisivas para as RUPs: Agricultura, Pescas, Mercado Interno e Desenvolvimento Regional. Este Grupo deve funcionar em estreita ligação com os Presidentes da Comissão e do Conselho, com o Parlamento Europeu e com a Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

Além do enquadramento legislativo futuro para as RUPs, esta Task Force deverá discutir outras questões, tais como a negociação dos POSEI, os acordos celebrados com países terceiros que afectam directamente as RUPs, a implementação da política de coesão (agora também

Convidado Especial

“territorial”), a integração das RUPs na rede de transportes marítimos e aéreos, a gestão do espaço marítimo, a autonomia energética e a adaptação às alterações climáticas.

Por uma questão de honestidade intelectual, uma reflexão sobre esta problemática não ficaria completa sem uma palavra de felicitação à Região

Autónoma da Madeira que, por intermédio do seu Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim, sempre esteve na linha da frente, na defesa dos interesses das RUPs e das suas especificidades evidentes.

Assim foi em 1996 com a apresentação de uma proposta de articulado sobre as RUPs para o texto do Tratado; em 2000, após o estatuto das RUPs estar já consagrado no Tratado e ser necessário proceder à sua implementação e em 2007 com a obtenção de uma Comunicação da Comissária Danuta Hubner sobre “a Estratégia Europeia para as RUPs, progressos alcançados e perspectivas futuras”. Em 2010, estes contributos positivos, ponderados e pertinentes, continuam a chegar a Bruxelas, ajudando a moldar o processo de construção europeia, à luz dos seus princípios fundadores.

E esta pró-acção, determinação e elevado espírito de missão do Governo Regional terá sempre como interlocutores privilegiados o GEPSD e o Partido Popular Europeu em que nos integramos. como recentemente sucedeu na discussão e votação da activação do Fundo de Solidariedade Europeia para a Madeira, no Parlamento Europeu, após a tragédia de Fevereiro último.

A Europa tem uma agenda muito preenchida no seu futuro próximo. Tenho consciência que alguns dos seus itens poderão descentrar o propósito da já existente (e sem qualquer alargamento necessário!) “Europa Supra-Continental”, que se pretende cada vez mais integrada e coesa.

Mas tendo em conta as discussões actualmente em curso na UE, este ano de 2010 será decisivo para o futuro das RUPs.

As prioridades estratégicas e temáticas identificadas no PDES 2007-2013, já traduzidas nos Programas Operacionais da UE para a Região Autónoma da Madeira, integram-se no duplo objectivo da União Europeia de integrar as novas dificuldades que as RUPs enfrentam, bem como na valorização das suas potencialidades.

De facto, a mundialização, as alterações climáticas, a evolução demográfica, os fluxos migratórios e a gestão sustentável dos recursos naturais, sejam recursos marinhos, agrícolas ou património ambiental, são realidades que se alteraram bastante nos últimos anos e que exigem novas intervenções por parte das autoridades regionais, nacionais e europeias.

Também a valorização das potencialidades endógenas (ou outras com potencial de valorização por força da existência de uma qualquer vantagem comparativa existente ou a criar) enquanto alavancas para o desenvolvimento económico de certos sectores de actividade com elevado valor acrescentado, tais como o agro-alimentar, biodiversidade, energias renováveis, astrofísica, aeroespacial, oceanografia, vulcanologia/sismologia, bem como o seu papel de postos avançados da União no Mundo, deverão constituir grande parte do binómio oportunidades/ameaças em que se deverá enquadrar o futuro da discussão da Política Regional/Coesão no período pós 2014.

É evidente que nesta discussão deverá também ter-se em conta as dificuldades conjunturais que a UE atravessa (nomeadamente as dificuldades orçamentais dos Estados Membros), alguns dos seus desafios próximos (com especial realce, entre outros, para o alargamento, regulação do sector financeiro, discussões/tomada de decisões no âmbito da OMC, o alargamento do estatuto RUPs a outros territórios) ou os novos objectivos da Estratégia UE 2020.

Julgo ainda que o debate “Pós 2014”, que este ano se intensifica, deverá ter como objectivo a demonstração inequívoca de que a política de coesão não é uma política de redistribuição de recursos financeiros entre Estados Membros e Regiões, como alguns no seio da União pretendem. A Política de Coesão é (ou deveria ser) uma Política orientada para o Desenvolvimento, como bem afirma Fabrizio Barca no seu Relatório “Uma Agenda para a Reforma da Política de Coesão”: “[A Política de Coesão] não é uma espécie de Fundo de Compensação, similar a outros existentes em certas Federações [...] é, ou deveria ser, uma Política para o Desenvolvimento”.

É neste princípio que acredito e é por ele que, juntos, continuaremos a lutar: a afirmação da Política de Coesão como uma efectiva Política para o Desenvolvimento das Regiões, que no caso das RUPs deverá ainda assim ser alvo de um enquadramento específico.

Só assim se cumprirá o objectivo dos Estados signatários do Tratado de Roma, que no seu preâmbulo afirmavam que existe a necessidade de “reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso através da redução das desigualdades entre as



diversas regiões e do atraso das menos favorecidas”.

E neste contexto de importantes decisões, a realização do primeiro Fórum da Ultraperiferia Europeia que teve lugar em Maio, em Bruxelas, foi mais uma excelente oportunidade para reforçar o diálogo entre estas regiões e os demais parceiros europeus. Foi ainda, nas palavras do Comissário Johannes Hahn, “uma oportunidade para sublinhar que estas regiões fazem parte integrante da UE, mas que a sua localização geográfica específica necessita que a Comissão europeia lhes dê toda a atenção que merecem.”

Uma mensagem política forte, que juntamente com a Comunicação da Comissão de Outubro de 2008 representa um efectivo compromisso das instituições europeias para com o futuro das RUPs, enquanto partes integrantes do espaço europeu com constrangimentos específicos, mas com características e mais-valias únicas que enriquecem o todo comunitário, dando à União uma amplitude e uma presença global à escala planetária, sem paralelo no contexto mundial actual.

Para a materialização deste objectivo da Comissão, também nós, à semelhança do que tem efectuado com mestria, sensatez e pertinência o Governo Regional da Madeira, saberemos estar ao lado dos Madeirenses, mas também dos Açorianos ou de quaisquer outros europeus de Estados Membros, com territórios situados fora do espaço continental da União Europeia. Só assim se concretizará na plenitude, a Europa enquanto espaço geográfico “Supra-Continental”. Para poderem constatar o evidente sucesso da realidade madeirense, os Eurodeputados do PSD convidaram o Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu (o maior grupo político do Parlamento Europeu), a realizar em Outubro, no Funchal, as suas Jornadas de Estudo do Outono.

A Madeira, o seu Governo Regional e os Madeirenses devem orgulhar-se de a Região ser apontada, justamente, como um bom exemplo de como os Fundos Europeus foram e deverão continuar a ser aplicados em prol das populações e do desenvolvimento sustentável!



Espaço *Opinion Leaders*



Nesta Edição, o Espaço *Opinion Leaders* conta com os excelentes contributos de seis personalidades da sociedade madeirense. São elas o Presidente do Secretariado Regional da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas, do Presidente da ACIF/CCIM, a Presidente do Conselho de Administração do CITMA, o Director do Centro das Artes Casa das Mudas, o Gerente delegado - Eutelsat Madeira e a Responsável pelo Departamento de Formação do Sindicato dos Professores da Madeira.

Novo ciclo

António Eduardo de Freitas Jesus

Presidente do Secretariado Regional

Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas

Toda a evolução regista diferentes fases, umas de crescimento, outras de decrescimento e, ainda, outras de adaptação que surgem, regra geral, entre os grandes ciclos de desenvolvimento e que se caracterizam por momento de ajustamento, propriamente dito.

Toda a história da Madeira constitui uma evidência daquela tendência.

No nosso caso específico, em que nunca foi possível fazer crescer o território físico, é notório que os grandes momentos de desenvolvimento encontram-se, todos, e sem qualquer excepção, associados à abertura da Madeira ao exterior. Poder-se-á referir que a internacionalização da Região é a variável constante do nosso processo de evolução.

Várias são as manifestações históricas que conferem propriedade à realidade que se encontra associada ao desempenho deste território insular.

O processo de povoamento da Madeira é a primeira grande expressão que decorre da abertura externa desta descoberta realizada nos mares do atlântico. A vinda e fixação de pessoas de fora, de várias partes do território continental, garantiu o início de uma história que regista perto de seis séculos de vivências.

Essa mesma presença permitiu a existência de várias actividades que conferiram a abertura ao exterior e que, assim, veio garantir o desenvolvimento e crescimento ao longo dos tempos, reforçando a própria condição de ilha e a necessidade, daí decorrente, de estabelecer ligações para além das suas fronteiras naturais.

O contributo da produção do açúcar, iniciada já no século XV, foi determinante no sentido da atracção de novos residentes, na implementação de alguma organização produtiva e interna, no desenvolvimento e inovação de novas técnicas de fabrico, na garantia de emprego e na afirmação da Madeira, por via do comércio externo e da deslocação do conhecimento aqui adquirido, por todo o mundo onde os portugueses descobriam e povoavam novos territórios.

Também com origem na terra, a produção do vinho associou-se ao processo de afirmação da Madeira no exterior. Para além da dinâmica interna que a mesma originou e da atractividade de vários e importantes interesses estrangeiros, o vinho assumiu o contributo de maior longevidade no processo de afirmação da presença externa desta Região, continuando, hoje, a assegurar um papel específico e de relevante interesse.



Novo

Os movimentos migratórios, numa primeira fase preponderantemente de entrada, fazendo aumentar a população residente e flutuante, reafirmam a importância da abertura em apreço e confirmam, numa fase bastante posterior, a utilidade da presença dos nossos noutros territórios onde a geração de riqueza e o sucesso dessa aposta permitiram importantes remessas de divisas para a Madeira, razão do sustento de muitas famílias, em alguns dos períodos mais exigentes da vida deste arquipélago, garantindo níveis de consumo e de poupança, igualmente importantes. Uma outra consequência de relevo associada à emigração regional prende-se com a constituição de importantes comunidades em vários países, cuja afirmação é sobejamente reconhecida e que constituem um importante mercado potencial para esta Região, tratando-se de autênticos territórios madeirenses.

De regresso à agricultura, a produção da banana significa mais um episódio de importante relevo no que concerne à ocupação da população mas, simultaneamente, à expressão externa da Madeira, por via das exportações e da criação de uma imagem de marca, ainda hoje bem presente, de um produto de elevado reconhecimento internacional que confere, complementarmente, em toda a paisagem da ruralidade, uma especificidade tanto apreciada por quem nos visita, constituindo um verdadeiro património paisagístico.

Da demonstração das capacidades da população regional surge a produção do bordado que através da conquista do mercado externo, assume presença internacional e motiva uma dinâmica actividade económica, criando um sector empresarial activo, envolvendo relevante emprego directo, novos modelos subcontratação, motivando tradição e contribuindo culturalmente na afirmação da nossa caracterização.

Neste âmbito, ainda outras realizações com expressão internacional, nomeadamente ligadas ao artesanato do vime, poderiam aqui ser referidas, confirmando a imprescindibilidade da abertura externa.

Nos anos oitenta do século passado, a criação do Centro Internacional de Negócios da Madeira constitui outra expressão da afirmação da utilidade externa na economia regional. Assumindo-se, desde logo, como uma alternativa ao único produto existente então, com relevante presença externa, o turismo. O CINM afirmou-se como verdadeiro instrumento económico na captação de investimento estrangeiro, na criação de emprego, no fomento de um sector empresarial próprio com sede local, na criação de competências e promoção da madeira associada a uma vertente de negócios cuja experiência era, até ao seu aparecimento, praticamente nula.

A integração de Portugal na União Europeia representa o acontecimento mais recente e expressivo do impacto da exteriorização na realidade regional. A coesão económica e social que presidiu às prioridades assumidas naquele processo motivaram um ciclo de evolução baseado no investimento público e privado sem antecedentes na Madeira. O efeito decorrente deste processo é notório em todos os espaços de intervenção social e económica. A Madeira cumpriu todos os objectivos propostos no caminho da convergência que conduziu à melhoria do nível e das condições de vida da população em geral.

Complementarmente, e de forma transversal, umas vezes como consequência dos anteriores outras por afirmação própria, a actividade turística, motivada por razões familiares, por questões associadas à saúde, por aspectos que se prendem com a localização geográfica do arquipélago, decorrente dos negócios, simplesmente por lazer ou mesmo outras associadas a preferências específicas, iniciou uma caminhada há séculos e constitui a actividade com maior contributo para o produto regional e com maior presença e notoriedade externa.

É possível verificar que em qualquer dessas manifestações económicas o factor diferenciador do sucesso regional baseou-se, sempre e sem qualquer excepção, naquilo que nos é genuíno, relevando-se o que é autenticamente nosso, fielmente regional e diferente de tudo o resto, ou seja, o nosso açúcar, o nosso vinho, o nosso clima, o nosso artesanato, a nossa agricultura, a

o ciclo

nossa orografia, o nosso povo, o nosso modelo fiscal ou nosso estado de desenvolvimento.

Hoje a Madeira vive o momento posterior ao ciclo caracterizado pelo forte investimento. A iniciativa pública desencadeou um processo de crescimento acelerado, acompanhado pela resposta dos privados que instalaram capacidade de resposta em função das necessidades evidenciadas pelo mercado. A Madeira encontra-se dotada de modernas e adequadas infra-estruturas ao serviço da população e da actividade económica em geral. Actualmente, o momento é de ajustamento, decorrente da obtenção da convergência económica e social conseguida e conforme condições estabelecidas, à partida, pela União Europeia que muito apoiou toda esta caminhada.

Como sempre acontece, em conjunturas de adaptação, entre ciclos de crescimento, as novas condições impõem-se no mercado provocando comportamentos específicos no produto, no emprego, na riqueza, na poupança e mesmo no bem-estar das populações, gerando o imperativo da afirmação de um novo modelo de desenvolvimento, com vista à sustentabilidade do território.

Retirando da história a experiência vivida, em que o desenvolvimento regional não tem alternativa à presença externa, reforça-se a ideia do inevitável e relevante contributo que só podem assumir a indústria do turismo e o Centro Internacional de Negócios da Madeira.

A Região dispõe dos instrumentos necessários à condução de um processo de desenvolvimento diverso daquele que agora terminou, muito embora o sucesso esteja associado a particularidades que dependem da assumpção interna de prioridades, por um lado, e da conquista de espaço autónomico, por outro, assumindo-se inevitável um trabalho sem tréguas imprescindível e determinado na defesa do interesse regional, num ambiente globalizado onde o palco de actuação não conhece limites e onde as condições de actuação são desiguais.

Da realidade actual, e atendendo à era da competência em que vivemos, apraz verificar o relevante potencial que a Universidade da Madeira manifesta em domínios vários, consubstanciado em parcerias internacionais (garantindo, dessa forma, a presença externa, sempre aferida anteriormente) concretizadas e a concretizar, envolvendo valências económicas e tecnológicas que, autonomamente ou em complemento aos dois principais produtos regionais internacionalizados, garantem capacidade de contribuição efectiva no processo de desenvolvimento.

Por fim, o desenvolvimento regional não estará dissociado da condição geográfica em que nos encontramos, fazendo relevo ao oceano que nos rodeia e que, na sua imensidão, esconde potencialidades naturais mas também uma força negocial (entenda-se “águas territoriais”) que nos poderá ajudar em muito nos propósitos referidos anteriormente.

Olhar o futuro com vontade e assumir os desafios com motivação não é mais do que aquilo que os Madeirenses têm feito. O tempo não volta para trás, a história nem sempre se repete mas o amanhã só depende nós, individual e colectivamente.

A importância dos Fundos Comunitários no sector empresarial da RAM

Duarte Rodrigues

Presidente da ACIF/CCIM*

Nos dias que correm ninguém tem dúvidas que uma das vantagens que a adesão à então Comunidade Económica Europeia trouxe, foi a disponibilização de fundos comunitários que permitiram ao nosso país apetrechar-se e modernizar-se por forma a poder aproximar-se dos restantes países europeus. Se é verdade que a nível nacional essa aproximação foi modesta, a nível regional, o facto de termos passado de um PIB per capita de 43% em 1988 para 97% da média comunitária em 2008 é sinal de que a Madeira soube aproveitar esta oportunidade para modernizar-se. No que diz respeito às empresas, as elevadas taxas de execução só foram conseguidas graças ao espírito empreendedor dos empresários madeirenses que aproveitaram a oportunidade e modernizaram as suas empresas, dotando-as de equipamentos actuais e providenciando aos seus colaboradores formação e actualização de conhecimentos, com impactos positivos ao nível da produtividade. Como em tudo, haverá sempre lugar a críticas e certamente que algumas coisas poderiam ter sido melhor implementadas e outras opções poderiam eventualmente ter mais impacto no nosso desenvolvimento. Todavia os dados da aproximação do nosso PIB per capita à média europeia deve-nos encher de orgulho por termos conseguido aproveitar esta oportunidade proporcionada, também, pelos fundos comunitários. O papel da Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM) em todo este período foi na nossa opinião importante e assumiu essencialmente duas vertentes:

- A de elemento facilitador e catalisador da dinamização dos fundos comunitários que estavam disponíveis, junto dos empresários da nossa Região;
- Dinamizador de projectos ao nível da própria ACIF-CCIM que tinham como finalidade aproveitar os fundos disponibilizados e criar ferramentas úteis para os empresários, geralmente agrupados por áreas de interesse.

A primeira vertente tem como finalidade servir de ponte entre, por um lado, as necessidades dos empresários e, por outro, toda a panóplia de fundos e programas disponíveis a que podem recorrer e que muitas vezes, individualmente, não têm acesso. De facto a sofisticação da linguagem técnica, a falta de conhecimento algumas vezes decorrente da falta de informação disponível, a por vezes a excessiva exigência a nível dos documentos faz com que muitos empresários (especialmente os mais pequenos) se afastem ou mesmo desistam de recorrer a estes fundos. A própria deslocação aos centros oficiais acaba por constituir uma barreira dificilmente transponível por estes empresários. A ACIF-CCIM tem neste aspecto dado um contributo importante ao aproximar os empresários e as empresas a estes fundos comunitários que estiveram e ainda estão disponíveis. O nosso papel foi ao longo dos anos divulgar os programas existentes em linguagem mais perceptível para alguns empresários, bem como ajudá-los a reunir toda a documentação necessária para poderem candidatar-se a esses fundos. Os resultados foram animadores tendo em consideração a forte empatia naturalmente existente entre empresários e ACIF-CCIM.

A ACIF-CCIM chegou inclusivamente a realizar road-shows pela Madeira inteira, incluindo o Porto Santo com o intuito de divulgar os programas existentes e desta forma estimular os empresários a aproveitarem os fundos disponíveis para alavancarem a sua actividade. Este tipo de actuação foi importante inclusivamente para esclarecer dúvidas e dar apoio técnico aos empresários. Nalguns casos fomos bem mais longe, tendo a nossa Associação assumido um papel ainda mais interventivo como o foi no caso do RIME. De facto neste programa, fizemos inclusivamente a recepção de candidaturas, verificação do dossier de candidatura, análise económico-financeira, emissão de parecer, recepção dos pedidos de pagamento – verificação, parecer e ainda as vistorias. Um apoio desta grandeza aos empresários só é possível tendo em consideração o corpo profissional que a ACIF dispõe altamente competente e motivado para ir ao encontro das necessidades dos seus clientes que são os empresários em geral e, em particular, os seus associados.

* Associação de Comércio e Indústria do Funchal / Câmara de Comércio e Indústria da Madeira



A segunda vertente de intervenção da ACIF-CCIM tem sido na dinamização de projectos no seio da própria Associação com o intuito de ir de encontro às necessidades de grupos sectoriais de empresas. A proximidade e o contacto com os nossos empresários permitiu-nos identificar algumas áreas que seriam necessário potenciar e que recolham o interesse de uma quantidade significativa de empresários. A título de exemplo refiram-se os seguintes projectos dinamizados pela própria ACIF-CCIM em prol das empresas da Madeira:

- Pró-Q Madeira (I e II) – Qualidade (quando ainda mal se falava de Qualidade. Incluiu uma experiência piloto na hotelaria)
- Empreendedores do Futuro, Negócios do Futuro – Empreendedorismo
- Correção das Disfunções Ambientais – Ambiente
- inPME, PIAME, PIESA – Formação Consultoria
- Formação Avançada com a Universidade Católica (PAGE, PAME, PAFE , Programa Avançado de Fiscalidade - 1ª curso foi realizado na Madeira, pois foi desenhado para responder a uma solicitação da ACIF-CCIM)
- Master em Gestão Hoteleira – UAL,
- Pós graduação em Análise Financeira e Fiscalidade – UAL
- Curso Técnico Superior em SHST
- Euro Info Centre – actualmente Enterprise Europe Network (rede europeia de apoio às PME)
- Centro de Informação Europe Direct (rede europeia de apoio ao cidadão)
- Soltgest – Eficiência energética na hoteleira
- ASP – CRM para o sector Turismo
- Intraturist – central de reservas para o sector Turismo

Mais recentemente a ACIF-CCIM lançou os projectos PIAMEi9, +Turismo e +Comércio, todos eles na área da Formação e Consultoria. A adesão a estes projectos tem sido significativa e o feedback tem sido muito gratificante. Com efeito tratam-se de projectos em que os empresários têm a oportunidade de se qualificar e também de qualificar os seus colaboradores, bem como ter o acompanhamento de profissionais que os ajudam a pensar estrategicamente o seu negócio, uma ajuda que acaba por ser particularmente importante e bem vinda em momentos como os que vivemos de grandes dificuldades e onde é preciso ter a clarividência da definição estratégica por forma a encontrar a melhor maneira de sobreviver à crise.

Estes três projectos acabam por se complementar, uma vez que o +Turismo destina-se a empresas do sector do turismo, o +Comércio ao sector do comércio (particularmente o comércio em contexto urbano no centro do Funchal) e finalmente o Piamei9 que se destina a empresas que estejam localizadas fora do Funchal.

Permitam fazer uma referência especial ao projecto +Comercio uma vez que, apesar de estar programado há algum tempo, acabou por ter uma importância acrescida pelo facto de ter sido

A importância dos Fundos Comunitários no sector empresarial da RAM

lançado imediatamente a seguir à enxurrada que assolou a Madeira no passado dia 20 de Fevereiro. A ACIF-CCIM consciente do grande impacto que este temporal teve em muitas pequenas e microempresas da nossa região, decidiu de imediato enviar cerca de 40 pessoas para o terreno para fazer um trabalho de porta a porta junto dos empresários afectados. O objectivo era o de, por um lado acompanhar de perto os empresários e dar-lhes o apoio possível e, por outro, fazer um levantamento tanto quanto possível exaustivo dos prejuízos que as empresas tiveram de suportar em consequência das enxurradas. Após alguns dias de trabalho no terreno, foi possível apurar cerca de 700 empresas afectadas com prejuízos totais que ascendiam aos 95 milhões de euros. O projecto +Comércio que inicialmente se destinava a dar o acompanhamento a empresas do sector do comércio em geral, acabou por ser um importante instrumento para ajudar algumas das empresas afectadas pelo temporal, muitas delas que ao terem perdido tudo, tiveram de recomeçar da estaca zero. Tratava-se assim de uma altura oportuna para dar apoio aos empresários afectados, ao nível da formação e consultoria, num momento tão difícil das suas vidas. Assim, apesar de não ter sido inicialmente previsto, o projecto +Comércio acabou por ter uma importância acrescida na nossa economia pelo facto de ter sido lançado imediatamente a seguir às enxurradas do dia 20 de Fevereiro de 2010, dando também um importante apoio a algumas empresas por elas afectadas.

Quanto ao futuro, estamos conscientes que a partir de 2013 a perspectiva dos apoios comunitários irá assumir formas alternativas, nomeadamente abandonando os quadros nacionais, restando apenas os quadros comunitários, onde as empresas madeirenses terão de disputar com outras empresas europeias os fundos disponíveis. Apesar de entendermos que deveria haver apoios especiais, tendo em consideração a condição ultraperiférica da nossa região, devemos preparar as nossas empresas para esta hipótese da não continuidade do apoio dos fundos comunitários ao nível nacional. É nesse sentido que a ACIF tem desenvolvido iniciativas para sensibilizar os nossos empresários para estes apoios alternativos, onde se destaca o 7º Programa Quadro. Terá de ser neste tipo de alternativas que teremos de encarar o futuro dos apoios comunitários às nossas empresas.

Uma última palavra para o importante papel que o Instituto de Desenvolvimento Regional tem tido por forma a tornar possível este trabalho que a ACIF-CCIM tem feito junto dos empresários madeirenses. De facto, a concretização da actividade que a ACIF-CCIM tem desenvolvido a este nível e que tentámos relatar ainda que de uma forma breve neste artigo, só foi possível porque encontramos no IDR um verdadeiro parceiro que tem sempre ajudado a encontrar soluções para os problemas com que frequentemente nos deparamos. De facto habituamo-nos a encontrar no IDR a solução e não o problema. A ACIF-CCIM e os empresários da Madeira agradecem.



PRAÇA
A. C. I. F.
CÂMARA DE COM.
E
INDUSTRIA DA MA
→

Importância dos Apoios Comunitários na Formação Avançada da Região Autónoma da Madeira

Maria Isabel Torres

Presidente do Conselho de Administração do CITMA
Professora Associada da Universidade da Madeira

O CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira, é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída por escritura pública, em 22 de Setembro de 1993, tendo como Associados Fundadores o Governo Regional, a Universidade da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal. A partir de 1995, a estrutura do CITMA passou a integrar Associados oriundos do tecido empresarial e de Associações da Região. Está vocacionada para dinamizar a Investigação Científica e Tecnológica na Região Autónoma da Madeira (RAM) através de apoios à Comunidade Científica da Região, nomeadamente, a atribuição de bolsas de estudo direccionadas para acções de Formação Avançada, com vista a uma valorização dos Recursos Humanos da Região Autónoma da Madeira. A sua actividade é assegurada através das verbas dos Programas Operacionais Regionais, o Programa Operacional Plurifundos da RAM 2000-2006 (POPRAM III) e o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM 2007-2013 (Programa RUMOS), vertente Fundo Social Europeu (FSE).

Os apoios comunitários têm-se revelado um inestimável contributo ao investimento na qualificação do capital humano da Região Autónoma da Madeira (RAM).

Parece-me interessante recuar um pouco no tempo e recordar que o principal objectivo da Estratégia de Lisboa (2000) foi dar resposta, na viragem do século, aos novos desafios da União Europeia (UE), nomeadamente, à globalização, à emergência de novas potências económicas, à economia do conhecimento e ao alargamento da UE. Este acordo celebrado com os diferentes Estados Membros pretendeu transformar a UE, até 2010, num espaço alicerçado numa economia baseada no conhecimento, mais competitiva e mais dinâmica que garantisse um crescimento económico sustentável. Assim, para que, se alcançasse o grande objectivo de uma Europa mais competitiva, foram estabelecidas prioridades, nomeadamente, o desafio tecnológico, a sociedade baseada no conhecimento, a modernização e o reforço do modelo social europeu. Contudo, uma análise aos indicadores do desenvolvimento e da concretização dos objectivos atrás mencionados, revelou que os mesmos não tinham sido alcançados. O relatório elaborado em 2004 por Wim Kok, intitulado “Enfrentar o desafio” apontou, como principais factores do insucesso, a conjuntura económica desfavorável, os excessivos objectivos sem uma adequada priorização e a falta de coordenação e de orientação das medidas adoptadas. Em Março de 2005, a Estratégia de Lisboa foi relançada, com uma focalização clara em torno de duas grandes prioridades: garantir um crescimento mais sólido e duradouro e criar mais e melhor emprego, o que, implicava maiores compromissos por parte dos governos nacionais, nomeadamente, a adopção de Programas Nacionais de Reformas.

Para o relançamento da Estratégia foram considerados como eixos fundamentais os seguintes:

- 1- O conhecimento e inovação;
- 2- A atractividade do espaço europeu para investir e trabalhar;
- 3- O crescimento e o emprego ao serviço da coesão social.

No Eixo 1, o Conhecimento e a Inovação são considerados os pilares de um crescimento sustentável, com grande relevo para a Sociedade do Conhecimento. É, neste contexto, que se insere, naturalmente, a Investigação e o Desenvolvimento (I&D), bem como, a qualificação dos Recursos Humanos, através de acções de Formação Avançada como factor dominante. De salientar que, a prossecução de políticas baseadas na inovação e no aumento de competitividade, requerem um investimento substancial no capital humano, não só, em quantidade mas, preferencialmente, em qualidade e em domínios relevantes, com especial atenção para um ajustamento real entre a procura e a oferta.

Um diagnóstico sério à política científica e ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, recorrendo para isso, a uma análise dos principais indicadores, revela que Portugal tem um longo caminho a percorrer para se atingirem os valores médios da UE-27. A UE definiu como



objectivo para 2010, que os Países investissem cerca de 3% do PIB em investigação, sendo que, dois terços deveriam provir do sector privado e um terço do sector público. Portugal, ao contrário da orientação definida, não só se encontra longe do objectivo dos 3%, como o contributo do sector privado é, ainda, claramente insuficiente. Importa pois, reflectir e actuar com eficácia, nos domínios do investimento privado e público na investigação, na formação e na qualificação dos Recursos Humanos adequadas às necessidades, na investigação que se pratica, no que respeita à sua fragmentação e ao seu afastamento dos domínios verdadeiramente relevantes para a economia da RAM.

Com o objectivo de estimular e apoiar a qualificação dos Recursos Humanos, os decisores políticos da RAM têm vindo, na última década, a desenvolver um esforço significativo, ao disponibilizarem verbas dos Programas Operacionais Regionais, quer no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III - 2000-2006), o POPRAM III, quer no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN - 2007-2013), o RUMOS, vertente FSE.

É, neste contexto, que o CITMA tem vindo a desempenhar um papel importante, ao contribuir para a modernização e o desenvolvimento social e económico da Região. No âmbito das suas competências, assume particular destaque, o apoio a actividades de investigação e a acções de Formação Avançada de Recursos Humanos, através de verbas provenientes dos Programas Operacionais da Região.

O actual Quadro, o QREN, assenta em três agendas temáticas, nomeadamente, potencial humano, factores da competitividade e valorização do território. Para a viabilização e concretização destas agendas foram criados Programas Operacionais Regionais, nomeadamente, o RUMOS (co-financiado pelo FSE) e o INTERVIR+ (co-financiado pelo FEDER). Destes, o RUMOS reflecte de forma inequívoca a decisão política regional em optar pelo reforço do investimento em capital Humano, através do financiamento de acções conducentes a melhor educação e formação profissional, com vista a uma resposta adequada às necessidades da RAM e a um aumento de produtividade do factor trabalho, com ajustamento entre a oferta e a procura. A complexidade e o desafio permanente das novas tecnologias, a sua rápida mudança, a globalização e a necessidade de adaptação a novos desafios, obrigam os cidadãos da RAM a uma constante actualização dos seus conhecimentos.

Nesta primeira década do Século XXI tem vindo a ser defendido que, a eficácia das organizações é directamente proporcional à qualidade e qualificação dos seus Recursos Humanos, pelo que,

Importância dos Apoios Comunitários na Formação Avançada da Região Autónoma da Madeira

a Sociedade do Futuro assentará, de forma inequívoca, em dois vectores, o Conhecimento e a Inovação. Pessoalmente, defendo que o conhecimento é a base do desenvolvimento económico, social e cultural de um País ou de uma Região. Porém, quando se avalia e se estabelece uma relação entre, o que se tem investido em Educação/Formação e a sua eficácia nas Organizações e Empresas, ficamos com algumas dúvidas quanto à sua verdadeira eficácia. Esta evidência leva-nos a colocar uma questão: Terão as acções de qualificação dos Recursos Humanos sido adequadas à procura do mercado e às suas verdadeiras necessidades, quer na área do saber, quer no nível de formação adequado?

Penso que, um diagnóstico sério às necessidades e uma Avaliação das Acções de Formação Avançada de Recursos Humanos são etapas importantíssimas não só para o sucesso de um ciclo de formação, mas também, como um contributo essencial à edificação de um dos pilares básicos da “Engenharia” da Formação. Neste sentido, entendo ter sido muito importante o trabalho promovido pela Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) intitulado “Estudo Prospectivo dos Perfis Profissionais para o Reforço da Competitividade e Produtividade da Economia Regional 2007-2013”. Em minha opinião, este documento é de extrema importância, pois entre outros aspectos, evidencia a necessidade de potenciar a renovação do factor da Competitividade ao nível das Empresas e demais Entidades Empregadoras Públicas e Privadas. Na renovação dos factores de competitividade está implícita a criação de mais e melhores competências que conduzam a uma efectiva melhoria da qualificação dos Recursos Humanos ao nível das entidades empregadoras e dos seus colaboradores que, suportam o desenvolvimento económico da Região. Nesta lógica de raciocínio, aponta não só os níveis de formação em falta, mas também, as áreas de conhecimento e os sectores em que essas acções devem incidir.

Tendo por base o estudo atrás mencionado e o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) da Região, os órgãos de gestão do CITMA, estabelecem de acordo com a legislação em vigor as áreas de conhecimento e a tipologia de acções a apoiar, divulgando nos meios adequados os regulamentos e os respectivos critérios de selecção postos anualmente a Concurso. Esta avaliação é, posteriormente, complementada pelo parecer do Conselho Científico do CITMA que avalia a vertente científica das acções candidatas a financiamento.

Investimento em Formação Avançada no Âmbito dos Programas Operacionais Regionais

No POPRAM III (2000-2006) foram disponibilizados 3,4 Milhões de Euros, que abrangeram 1007 candidatos para a frequência, com aproveitamento, em acções diversas de Formação Avançada, nomeadamente, doutoramentos, mestrados, pós-graduações e bolsas de curta duração em várias áreas científicas e de saber, sendo a afiliação dos bolseiros ligada ao sector privado, à Universidade da Madeira e a Instituições Públicas Regionais, com predomínio destas últimas.

No âmbito do RUMOS (FSE) 2007-2013, Eixo 1 – Educação e Formação, foram disponibilizados 9 M€, ou seja, o triplo da verba do POPRAM III, para bolsas destinadas a Professores/ Investigadores Visitantes e para Programas de Pós-Graduação, Mestrados, Doutoramentos e Pós-Doutoramento. Até final de 2009, ao abrigo do RUMOS, foram aprovadas 519 candidaturas individuais, num montante de 3,1 Milhões de Euros para acções de Formação Avançada de tipologia diversa, em diversas áreas de conhecimento, sendo a sua maioria, indivíduos que se encontravam em situação de desemprego.

Programa CMU-Madeira

O programa de Formação Avançada (Human Computer Interaction Professional Master) é um curso da *Carnegie Mellon University* (CMU). Foi alicerçado e viabilizado numa lógica de parceria inter-institucional efectiva: a Universidade da Madeira disponibiliza os seus recursos, o CITMA assegura a gestão e o acompanhamento financeiro, o Madeira Tecnopólo a coordenação do projecto e a ligação à indústria, a CMU o conhecimento e a visibilidade internacional de uma instituição de referência. O Governo Regional assegura o financiamento, no valor de 1,6 M€, por um período de cinco anos, através do Programa RUMOS.

A CMU é uma instituição de topo mundial na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que, consolidou durante muitos anos boas práticas de Investigação e de Ensino. Desde 2007, a Madeira acolhe o Projecto CMU-Portugal, designado CMU-Madeira, com a duração de cinco anos, com o Mestrado Profissional em Interação Humano-Computador, considerado a nível mundial um dos melhores Mestrados nesta área. Este Programa permitirá a médio prazo, reter e atrair o talento necessário para criar na Madeira um Centro de Excelência nesta área interdisciplinar. Este domínio assume, actualmente, particular relevância na criação de novos produtos e serviços de base tecnológica que estão na génese de empresas altamente competitivas. Volvidos, quase três anos desde o início desta parceria, a CMU revelou-se imprescindível para atrair o talento necessário e formar a massa crítica na área das TICs. Esta colaboração permitiu trazer para a RAM, investigadores internacionais, que participam em projectos e estabelecem uma ligação ao mundo empresarial, com trabalhos muito interessantes com a indústria, nomeadamente, Zon Multimédia, Portugal Telecom/Sapo, proporcionando a criação na Madeira de postos de trabalho altamente qualificados. Outra vertente, igualmente meritória, que esta parceria tem proporcionado, é a atracção de alunos de todo mundo para frequentarem este Mestrado. O objectivo desta formação é conseguir atrair os melhores alunos independentemente da sua proveniência, pois só assim, se consegue contribuir para fixar o capital humano de elevadíssima qualidade e formar redes de contactos internacionais necessárias, para que, uma formação destas tenha um valor de mercado muito elevado.

Recentemente, o CITMA assinou com a CMU, conjuntamente com o Madeira Tecnopólo uma adenda ao Protocolo inicial (2007) para trazer para a Região um outro Mestrado na área do entretenimento (Professional Master in Entertainment Technology), a ter início em Agosto de 2010. O apoio da Região através do RUMOS é de 1,2 Milhões de Euros.

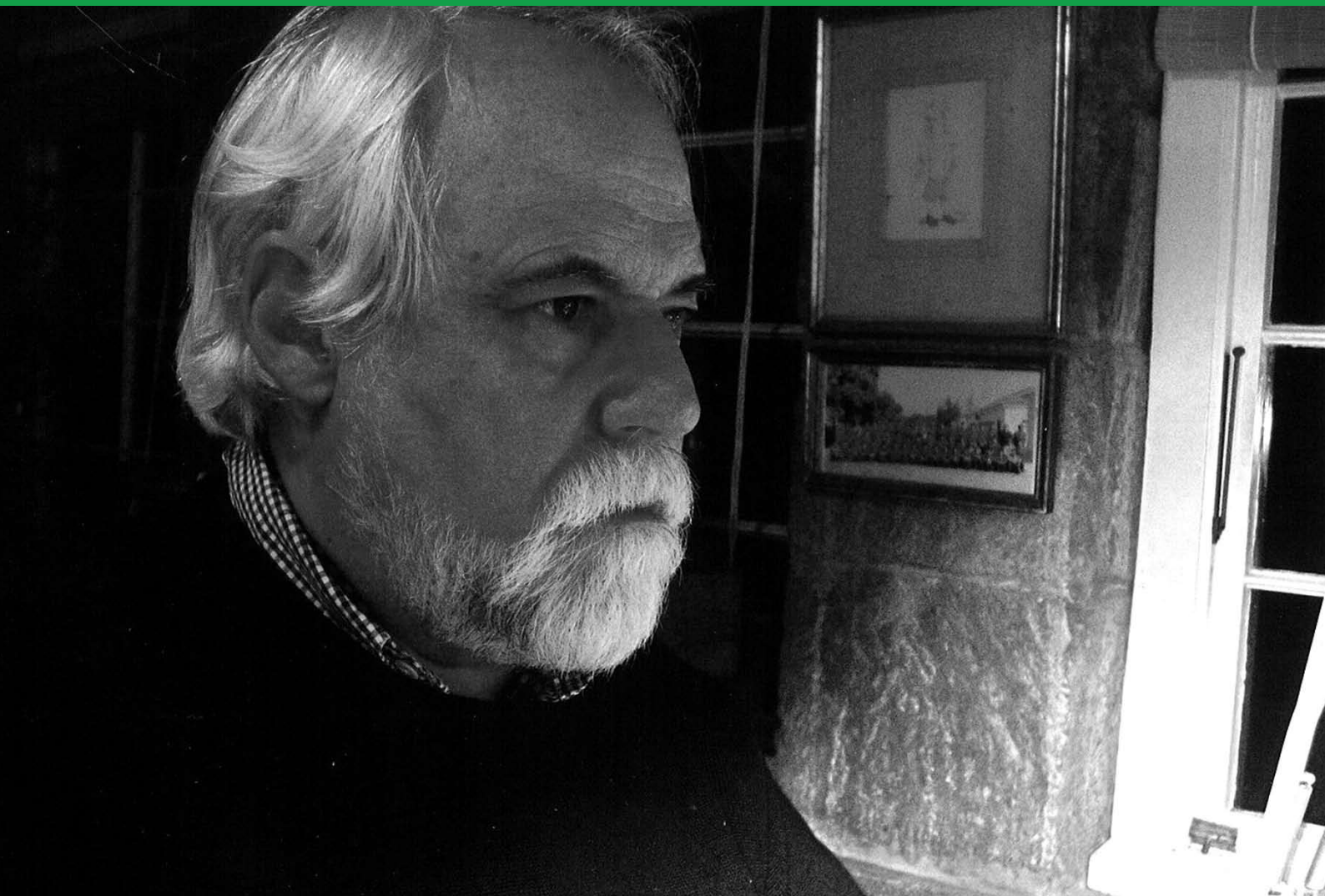
Em sùmula, os apoios comunitários têm sido e continuam a ser indispensáveis para garantir a qualificação dos Recursos Humanos da RAM. Contudo, penso que, a actual escassez de recursos, impõe que sejamos muito selectivos e criteriosos na escolha das acções a apoiar. É certo que, a Madeira não pode competir pela sua dimensão mas, tal como nas actividades tradicionais, como o turismo, tem capacidade para competir, se souber tirar partido das suas especificidades e características, ao decidir apoiar os investimentos de elevada qualidade em áreas distintas do saber que se revelem estruturantes para a sustentabilidade da Região.



Ajudas da Europa determinantes para a cultura regional

Ricardo Velosa

Director do Centro das Artes Casa das Mudas



Sendo Portugal um país onde as entidades privadas, canalizam preferencialmente os seus apoios para sectores, como por exemplo o desporto, a cultura quase só pode contar com os oriundos dos orçamentos governamentais e com os distribuídos pelas autarquias, que como se sabe tradicionalmente nunca são suficientes.

Esta realidade nacional, que aqui descrevo de um modo algo simplista e condensado, é também a nossa, pois não sendo os orçamentos elásticos, têm que forçosamente contar com as ajudas vindas da Europa, que aliás têm sido determinantes para que a cultura regional, nas suas mais variadas expressões tenha atingido níveis bem mais evidentes do que aqueles perceptíveis pela maioria da população.

Embora lamentando essa postura assumida por alguns privados, relativamente a orientação que dão aos seus apoios, e fazendo votos para que essa atitude possa a pouco e pouco vir a ser alterada em benefício da cultura, quero no entanto deixar claro que aceito que o imediatismo dos resultados, aliados a uma talvez maior visibilidade, são determinantes para que o procedimento seja esse, no entanto repito e creio que no futuro tudo se irá equilibrar e a cultura passará também a ser olhada pelos privados como algo extremamente gratificante, enriquecedor e também potenciador de um retorno visível e evidente para as suas empresas.

Como escultor, já fui apoiado por algumas empresas privadas e os resultados foram compensadores para ambas as partes e para a região, pois as obras perdurando no tempo,

são fruídas por milhares de pessoas que com elas se cruzam e certamente, mesmo que momentaneamente, “contactam” com a instituição, que tendo dispensado algumas verbas, bem menores das que iriam para o desporto, tenho a certeza, doou algo à comunidade que como disse, irá continuar a “viver”, muito para além dos breves momentos em que acontecem os eventos desportivos.

Na Região Autónoma da Madeira, muitas têm sido as entidades colectivas e singulares, que têm beneficiado dos apoios comunitários, e que sem eles dificilmente teriam conseguido atingir os resultados que atingiram.

Quando da minha passagem pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, como director, pude testemunhar o enorme e valioso trabalho desenvolvido, com o apoio das verbas comunitárias, nos mais variados campos da cultura. Destaco, segundo o meu ponto de vista, um dos mais relevantes e que é concretamente o apoio ao restauro de alguns espaços centenários de enorme valia e impregnados de história, que se encontravam em avançado estado de degradação e que hoje renascidos, são verdadeiros hinos à beleza e ao trabalho de técnicos de extraordinário saber e experiência.

Poderia enumerar várias dezenas de situações em que as verbas vindas da Europa foram determinantes e possibilitaram trabalhos excelentes, realizados com o recato e a entrega saudavelmente despreocupada, tão importante para que o trabalho criativo aconteça pleno de qualidade e evidentemente com resultados visíveis e ímpares beneficiando todos os que aqui vivem e promovendo tudo o que se relacione com o seu bem-estar cultural.

Noutra vertente, igualmente importante, sobretudo para a manutenção e divulgação das nossas raízes culturais, recordo com alguma nostalgia o que foi feito pelo IVBAM quando lá estive graças também aos apoios comunitários. Com o propósito de divulgar a nossa cultura popular tal como a conhecemos há séculos, mas complementada por um novo artesanato longe dos obsoletos modos de produção, criou-se o Centro de Moda e Design infra-estrutura muito bem equipada e gerida por pessoal culto e competente, que iria certamente dar um grande impulso para que o salto fosse dado de um modo sustentado com vista a sairmos do marasmo tão ao gosto de alguns que inexplicavelmente nele estavam confortavelmente instalados. Ainda foi produzido algum trabalho, mas com a fusão do IBTAM E IVM, o seu inexplicável encerramento travou definitivamente um projecto concebido para dinamizar convenientemente as mais variadas actividades artesanais desde o bordado, obra de vime e até o trabalho desenvolvido pelas nossas estilistas. Tenho a certeza que com a sua manutenção a nossa cultura tradicional teria ganho outra divulgação e outro impulso permitindo o surgimento do chamado “novo artesanato” actividades que têm no design a par do espírito criativo aliado às tradições os condimentos fundamentais para a produção de artefactos de grande qualidade estética, funcional e executado por pessoas com formações médias e superiores.

Mais vanguardista ainda o MIGS (Madeira Island Gift Shop) projecto premiado pela C.E. e que pretendia promover a nossa cultura num todo e não só, muito para além das nossas fronteiras, mas que por motivos vários não teve hipótese de ser concretizado devendo estar agora guardado nos arquivos do actual Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira (IVBAM), aguardando que um dia alguém o olhe com a atenção que merece.

Pessoalmente sinto-me grato pelo que me foi proporcionado pelos fundos comunitários, fundamentalmente como dirigente de algumas instituições públicas regionais mas no entanto não quero terminar, sem dizer o seguinte: temos que cada vez mais, em prol da justiça e da optimização dos resultados, mudar completamente a política de apoios, criando critérios rigorosos relativamente a quem apoiar, e não distribuir por vezes de um modo quase indiscriminado as verbas disponíveis, premiando muitas vezes a pouca qualidade em detrimento dos que efectivamente merecem ser ajudados. Não é tarefa fácil, mas com o apoio das associações, das comissões de avaliação e até, porque não, de pessoas de reconhecida integridade, cultura e saber, é possível dar corpo a um programa de apoios justo e que irá, esse sim, premiar quem efectivamente merece e até inclusivamente permitindo que muitos dos excluídos possam vir a trabalhar mais ainda de modo a atingirem níveis susceptíveis de serem apoiados. Todos iríamos beneficiar, colocando a Região ao nível de uma Europa culta e orgulhosa dos seus valores e do seu passado.

O projecto do Centro TCR do Caniçal da Eutelsat Madeira

Joaquim Pedro Pereira de Lima
Gerente delegado - Eutelsat Madeira

A construção do Centro de Monitorização e Controle de Satélites do Caniçal (Centro TCR do Caniçal) integra-se no plano de desenvolvimento da infra-estrutura de controle de satélites da Eutelsat de modo a corresponder à expansão da frota de satélites da Eutelsat, que prevê o lançamento e entrada em operação de 4 novos satélites até ao fim de 2011.

A Eutelsat, líder europeu e um dos três maiores operadores de satélites de telecomunicações a nível mundial, fornece uma vasta gama de serviços de telecomunicações de entre os quais se destacam a difusão de televisão, o acesso à Internet e as redes de comunicações empresariais, através de um sistema que conta hoje com 26 satélites em órbita geoestacionária, aos quais se juntarão, em breve, mais 4 satélites como foi já referido.

Os satélites de telecomunicações são dispositivos complexos, compostos por uma grande quantidade de equipamento e requerem, ao longo da sua vida útil, que oscila actualmente entre os 12 e os 17 anos, uma permanente atenção de modo a assegurar o bom desempenho desse equipamento, que constitui aquilo que se designa genericamente por Carga Útil do satélite.

Em complemento da Carga Útil, os satélites incluem sistemas não menos importantes, destinados a assegurar o seu funcionamento, tais como os sistemas de geração e distribuição de energia e os sistemas dinâmicos de estabilização e manutenção da posição do satélite em órbita.

Convém aqui abrir um parêntesis para referir que os satélites de telecomunicações utilizados para serviços de telecomunicações civis como os da Eutelsat, operam numa órbita dita geoestacionária, que é uma órbita que se situa a 36 000 km da terra, o que exclui qualquer possibilidade de uma intervenção local sobre os sistemas a bordo do satélite após o seu lançamento.

Após o lançamento de um satélite, resta a observação de grandezas eléctricas e físicas como indicadores do estado dos sistemas bordo e o envio de sinais de controle para intervir na configuração desses sistemas.

Tratando-se de sistemas muito dispendiosos e que prestam serviços com grande impacto quer no público (como, por exemplo, os serviços de difusão de televisão) quer no sector empresarial (como, por exemplo, as redes de comunicações de dados e serviços de banda larga), os satélites revestem-se de grande importância estratégica,



não só para os seus proprietários mas também os seus utilizadores.

É pois primordial poder, em permanência, observar e controlar a operação desses complexos sistemas que são os satélites de telecomunicações e isso é feito através de centros de telecomunicações que são, em resumo, infra-estruturas que garantem, basicamente, as seguintes funções:

- Monitorização, que consiste na observação, media e registo de parâmetros indicadores das condições operacionais dos equipamentos e sistemas a bordo (dos satélites). Por se realizar à distância e com recurso a sinais radioeléctricos, esta função é também designada por Telemetria.

- Telecomando, que consiste na execução de operações sobre esses mesmos sistemas e que tendem a modificar o seu estado de funcionamento, para corrigir desvios ou corresponder a novos requisitos operacionais.

- Por último, falta referir uma função igualmente importante e que consiste na determinação, a todo o instante, da posição do satélite, elemento fundamental para a boa execução das duas primeiras funções já evocadas. Na gíria do sector, tal função é conhecida pelo termo de “ranging”, palavra inglesa que em certas circunstâncias significa “distância”; trata-se pois de medir a distância a que se encontra o satélite da terra, para depois, através de cálculos matemáticos calcular a sua posição.

Globalmente a função desempenhada é designada por função TCR, acrónimo que provem das palavras em inglês “Telemetry, Command and Ranging” e o centro que estamos agora a construir na Madeira é o Centro TCR do Caniçal. Feita esta introdução de carácter quase didáctico mas, a meu ver, necessária para a compreensão da importância do projecto, passo a expor mais em detalhe o projecto do Centro TCR do Caniçal e da implantação do grupo “Eutelsat Communications” na Madeira e da criação da Eutelsat Madeira.

A escolha da Madeira para a implantação deste novo Centro TCR, e convém aqui referir que foram equacionadas outras localizações possíveis, fora da Madeira, resulta de uma conjugação favorável de factores financeiros, geográficos, técnicos e humanos.

Se por um lado, a Madeira permite expandir para Oeste a nossa capacidade em termos de monitorização e controle de satélites, também



Centro TCR do Caniçal

é certo que encontrámos nas entidades oficiais madeirenses interlocutores atentos às nossas expectativas e que souberam criar um conjunto de condições que funcionaram como um incentivo à nossa implantação.

Cabe por último realçar que encontrámos na Madeira os recursos técnicos e humanos adequados ao desenvolvimento de um projecto desta índole, quer no que diz respeito à competência dos projectistas e executores da complexa infra-estrutura do Centro, quer no que diz respeito aos quadros que recrutámos para a sua operação e para as actividades de gestão.

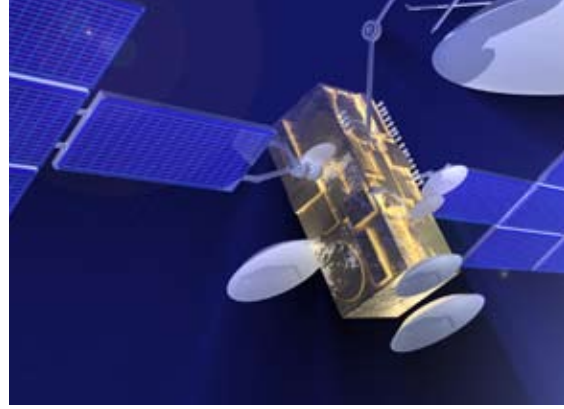
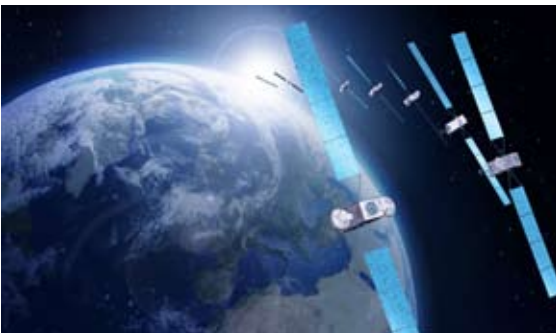
Eutelsat Madeira é uma empresa que além de operar o Centro TCR do Caniçal, desenvolve uma verdadeira actividade comercial, já que ela é proprietária de uma parte do satélite W2A que entrou em operação em Maio de 2009, gerindo de modo absolutamente autónomo uma carteira de clientes que utilizam capacidade e serviços de telecomunicações fornecidos através deste satélite. Em termos de recursos humanos, a Eutelsat Madeira conta com 8 elementos, todos com um elevado nível de formação, sendo 4 técnicos e os restantes das áreas administrativa e financeira. Todos, excepto o Gerente Delegado da empresa, foram recrutados especificamente para os postos que agora ocupam. Todos, excepto o Gerente Delegado são oriundos da Madeira ou já se encontravam aqui estabelecidos.



Frota de satélites Eutelsat

Alguns destes satélites serão controlados a partir do Centro TCR do Caniçal

Representação da frota de satélites Eutelsat (parcial)



Representação do satélite W2A

De assinalar que os 4 quadros técnicos beneficiaram de uma formação específica que contou com um apoio importante do programa Rumos do Governo da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu.

As obras do Centro TCR do Caniçal iniciaram-se em Outubro de 2009, após uma fase de negociações com fornecedores e empreiteiros da Madeira para a parte de construção civil e infra-estruturas associadas e internacionais para os sistemas de telecomunicações.

O Centro TCR do Caniçal corresponde às normas mais exigentes aplicáveis a este tipo de instalação. Além do edifício em si, que se desenvolve em dois andares, o Centro conta com sistemas de fornecimento de energia sem interrupção, de ar condicionado, de segurança e uma complexa rede de comunicações terrestres para assegurar as ligações entre este Centro e os restantes elementos da rede de centros da Eutelsat.

Ainda, no que diz respeito à obra de construção civil, gostaria de assinalar que houve um particular cuidado no projecto e execução das fundações das antenas, para garantir a sua estabilidade e resistência ao vento que, como sabemos, sopra forte nesta parte da ilha da Madeira.

Graças à competência e profissionalismo de todos os agentes implicados neste projecto, foi possível levá-lo a cabo de acordo com o programa estabelecido à partida. É portanto com grande satisfação que anuncio que o nosso Centro está neste momento concluído e pronto a prestar o serviço para o qual foi projectado: contribuir para o bom funcionamento de uma das mais importantes redes de satélites de comunicações do mundo e, por conseguinte, para a segurança de serviços com grande importância para o sector empresarial e impacto junto do público.

Cobertura de um dos feixes do satélite W2A



A importância dos fundos comunitários na formação contínua de docentes e na sua valorização profissional

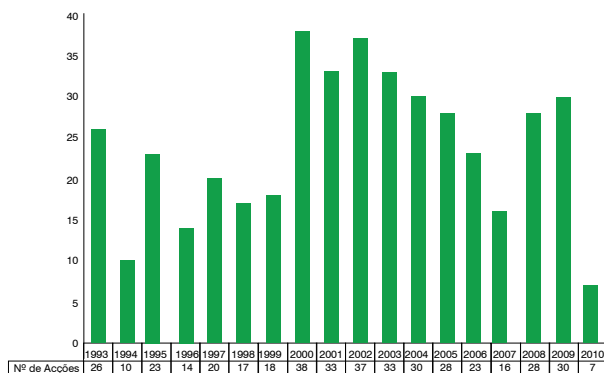
Rita Pestana

Responsável pelo Departamento de Formação
Sindicato dos Professores da Madeira

Na sequência da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo e do primeiro Estatuto da Carreira Docente que passaram a considerar a Formação Contínua como um direito e um dever de todos os docentes, foi aprovado, em 1992, o 1º Ordenamento Jurídico da Formação Contínua de Professores que, entre outras coisas, define as entidades vocacionadas para a formação de professores. É assim que, ao lado das Instituições de Ensino Superior, surgem os Centros de Formação das Associações de Professores.

Cumprindo todas as formalidades legais e respondendo às necessidades dos docentes, das Escolas e do Sistema Educativo, o Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) adquiriu, assim, em Agosto de 1993, o primeiro certificado de acreditação do seu Centro de Formação Contínua, sendo o único Centro que, no plano regional, atingiu tal objectivo. Outros se lhe juntaram, mas só muito mais tarde! Tal desiderato teve como consequência imediata uma grande dificuldade em responder a todas as solicitações e necessidades evidenciadas pelos educadores e professores em exercício na Região Autónoma da Madeira. Ou seja, numa primeira fase, a procura era, manifestamente, superior à oferta.

Evolução do nº de Acções de Formação



Desde então e, apesar de condicionalismos de várias ordens, foi possível ao Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Madeira promover 431 acções de formação, envolvendo 324 Formadores e abrangendo, directamente 10942 docentes, numa atitude de cumprimento de serviço público não apenas aos docentes, mas também às Escolas da Região e ao Sistema Educativo.

Todavia, em abono da verdade e em nome da transparência, temos que reconhecer e valorizar que esta tarefa só foi possível com o apoio financeiro

dos fundos comunitários que têm sido disponibilizados para a Formação ao Longo da Vida dos trabalhadores no activo. Com efeito, O CF/SPM tem vindo a beneficiar de co-financiamento que se tem traduzido em apoios significativos do Fundo Social Europeu. Na vigência dos primeiros Quadros Comunitários de Apoio, incluídos nos POPRAM (Programas Operacionais Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira) e através do Programa Rumos (Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM), após a entrada em vigor do



Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

E também é verdade que a importância deste contributo do CF/SPM na formação contínua de docentes bem como a capacidade de gestão dos fundos que nos têm sido disponibilizados foram reconhecidos, quer pela entidade gestora dos fundos comunitários, (Instituto de Desenvolvimento Regional), quer pelo Governo Regional.

Este reconhecimento veio a consubstanciar-se na aprovação da nossa candidatura a apoios do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa INTERVIR+ (Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM), aprovação essa que vai permitir que as áreas do novo edifício em construção que vão ser ocupadas pelo Centro de Formação e respectivos equipamentos sejam co-financiados e sem a qual seria de todo impossível, do ponto de vista financeiro, a concretização do projecto do SPM de Concepção e Construção do Centro de Formação e Sede do Sindicato dos Professores da Madeira.

Uma vez mais, são os fundos comunitários a que nos candidatámos a contribuir para a valorização de uma Classe que faz da Educação e do Ensino a sua profissão, uma vez que vão ajudar-nos a atingir, a médio e a longo prazo, alguns dos objectivos a que nos propusemos:

- Preparar o CF/SPM para manter a sua actividade formativa mesmo para além do apoio financeiro do FSE, o que pressupõe a existência de instalações condignas e dimensionadas à medida da sua actividade, nomeadamente com salas de formação, biblioteca científica e pedagógica, gabinete de apoio sócio profissional, auditório e respectivos serviços de apoio administrativo, devidamente equipadas.

- Garantir e melhorar a qualidade da formação exigida aos docentes da Região Autónoma da Madeira para efeitos de avaliação do seu desempenho e para a progressão na Carreira na sequência da entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2008.

- Contribuir para o reforço das competências e qualificações científicas, didácticas e pedagógicas dos docentes em exercício na RAM e, conseqüentemente, para o sucesso educativo regional, quer no actual modelo de formação co-financiada, quer para além do mesmo.

- Aumentar a oferta formativa, quer em número de acções de formação, quer em número de destinatários, como forma de poder responder às solicitações da totalidade dos docentes em exercício (cerca de 6800).





Espaço Actualidade

Sendo nossa obrigação informar os cidadãos, este Espaço pretende, por um lado, dar conta da preparação da candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), na sequência da intempérie de 20 de Fevereiro e, por outro lado, da execução dos Fundos Comunitários na Região no âmbito dos Programas Operacionais da RAM (Intervir+ e Rumos), do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT)/Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias (Programa MAC).

Várias fontes de financiamento para a Região Pós 20 de Fevereiro de 2010

Sílvio Costa

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional



As intempéries que assolaram a Região Autónoma da Madeira (RAM) no Inverno de 2010 e que atingiram a sua dimensão mais devastadora no dia 20 de Fevereiro, deixaram um rasto de destruição, de dor e morte, que não é fácil traduzir em palavras. A expressão das pessoas que viram bens destruídos e familiares e amigos mortos, serão talvez, para quem teve oportunidade de seguir os acontecimentos, a única tradução dos sentimentos que, aos lesados e à população em geral, esta catástrofe ocasionou.

Foram bens privados e inúmeras infra-estruturas públicas que sofreram danos de grande dimensão, em muitos casos totais, que terão que ser, na medida do possível, repostos para que a Região volte progressivamente à normalidade. Felizmente, é isso que tem acontecido, num notável esforço, onde está bem patenteado o espírito de colaboração, solidariedade e empenhamento de toda uma população que pôs “mãos-à-obra” e arregaçou as mangas, para que a recuperação seja rápida. Esta obra, encetada logo a seguir às intempéries, tem resultados bem visíveis, o que não deixa de ser reconfortante e motivador, para encarar os desafios que se avizinham, tanto no contexto da própria recuperação, como também, do processo de desenvolvimento sócio-económico da Região. Numa altura particularmente difícil e complexa, como aquela que atravessamos, há que sermos pragmáticos e não esbanjar recursos, pelo que, a sua superação exige trabalho, empenhamento, objectividade e uma política adequada e compatível com a nossa realidade e possibilidades. Um trabalho bem feito e que sirva realmente os interesses de todos os madeirenses e porto-santenses é, sem

dúvida alguma, a melhor homenagem que podemos prestar aos que pereceram na sequência dos trágicos acontecimentos de 20 de Fevereiro.

Para tudo isto precisamos de recursos, porque a dimensão dos estragos atingiu proporções de grande dimensão cuja aferição foi feita por uma Comissão Paritária que envolveu representantes do Governo Regional e da República.

Como é sabido o montante apurado foi de cerca de 1.080 milhões de Euros, o que é sintomático da ordem de grandeza dos prejuízos que a calamidade causou. Numa 1ª fase foram accionados os mecanismos para a apresentação de uma candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, o que foi feito no prazo regulamentar, esperando-se que no último trimestre do corrente ano venham a ser desbloqueados os recursos inerentes a este Fundo, que se estima, venham a atingir os 31.000.000€, que são de extrema importância para o co-financiamento de despesa de carácter inadiável.

Posteriormente, foi aprovada uma Lei de Meios no âmbito da Assembleia da República, que estabelece as várias fontes de financiamento, incluindo o Fundo de Solidariedade.

Neste sentido, aos Programas Operacionais da Região, principalmente ao Programa Intervir+, é também atribuída uma intervenção no financiamento de algumas infra-estruturas. Naturalmente, que esta acção tem algumas limitações, face à exiguidade dos recursos que estão afectos aos Programas, pelo que a já referida intervenção não terá a abrangência e sobretudo a dimensão financeira que seria desejável.

Por outro lado, o “Intervir+” foi concebido numa perspectiva de grande abrangência e maleabilidade operacional, o que irá permitir o enquadramento dos projectos de uma forma relativamente simples, sem que seja necessário recorrer a grandes alterações do Programa, o que seria um processo moroso face a todos os procedimentos administrativos que requer.

Não havendo grandes problemas a nível programático, haverá, seguramente, algumas limitações de cariz financeiro, que irão condicionar a intervenção. Perspectiva-se que o “Intervir+” venha a financiar projectos na área do Ambiente, designadamente no âmbito da prevenção de riscos, o que, recorde-se, já constituía uma área estratégica deste Programa. Sublinho ainda que, a acção do “Intervir+”, tanto em compromissos formalmente assinados como noutros ainda não formalizados, prevê um conjunto de apoios em projectos que pela sua natureza e características, constituirão mais valias que, directa ou indirectamente, proporcionarão melhorias na prevenção de riscos. Por exemplo, a efectivação de projectos que promovam o aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia poderão ter um efeito muito benéfico. É pois possível afirmar que o impacto vai para além dos projectos específicos e que a natureza estratégica do Programa é também um factor intrínseco de intervenção na prevenção de riscos.

A Região precisa, mais do que nunca, de celeridade nos processos que permitam a disponibilização de recursos, porque os projectos, a curto prazo, estarão em condições de serem submetidos aos respectivos processos de contratação e posterior realização. Tal como tem acontecido, desde os acontecimentos de 20 de Fevereiro, precisamos de empenhamento e espírito prático, para que a Região tenha acesso aos recursos que permitam continuar um trabalho que reponha o muito que foi destruído e se encontrem soluções que esbatam as possibilidades de acontecer catástrofes com tamanha dimensão. É um trabalho de todos, que tem que estar para além de quaisquer outros interesses, que não sejam os da RAM e de toda a sua população.



Instituto de Desenvolvimento Regional com responsabilidades na preparação da candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)

Ana Mota

Vice Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional

Resultante do temporal que se abateu na Região Autónoma da Madeira (RAM) no dia 20 de Fevereiro de 2010, foi desde logo, nesse mesmo dia, activado o sistema de alerta nacional e desencadeada uma rede de cooperação e de solidariedade com o Governo da República, e em particular com o Ministro da Administração Interna com vista a solicitar o apoio do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE).

A partir desse momento foram iniciados os contactos entre as instâncias nacionais e comunitárias com o propósito de accionar o mecanismo do FSUE para auxiliar a Região na limpeza e restabelecimento imediato das condições a nível de diversas infra-estruturas e em linha com o estabelecido com o Regulamento (CE) nº 2012/2002, do Conselho, de 11 de Novembro.

No dia 26 de Fevereiro de 2010 (uma semana depois da catástrofe), o Secretário Regional do Plano e Finanças e o Presidente do Instituto do Desenvolvimento Regional integraram a delegação do Governo Português, liderado pelo Ministro da Administração Interna, que se deslocou a Estrasburgo para uma reunião de trabalho com o Comissário da Política Regional Johannes Hahn e o responsável pela área do FSUE – Johannes Watcher, para analisar os termos em que poderia ser submetido pedido de intervenção ao FSUE.

Nos dias 5 e 6 de Março deu-se a visita do Comissário da Política Regional para ver in loco as zonas mais atingidas pelo temporal e, mais tarde, nos dias 11 e 12 de Março foi o próprio Presidente da Comissão Europeia, Dr. Manuel Durão Barroso, que se deslocou à Região para se inteirar da realidade trágica que se vivia na RAM.

De acordo com os procedimentos em vigor as autoridades nacionais do país afectado apresentam um pedido à Comissão até 10 semanas, a contar da data de ocorrência do desastre. A Comissão avalia o pedido e decide se activa o FSUE, tendo em conta o valor da ajuda considerada necessária e adequada.

De sublinhar que o auxílio do Fundo assume a forma de subvenção e por cada catástrofe identificada é atribuída uma subvenção única a um Estado beneficiário.

nimbus de grande desenvolvimento vertical.

Os cinco factos que contribuíram decisivamente para o ocorrido no dia 20 de Fevereiro foram:

- 1) Entre o início do ano hidrológico (1 de Outubro de 2009) e o dia 28 de Fevereiro, bem como especificamente no dia 20 de Fevereiro de 2010, a quantidade de precipitação ocorrida foi de 1016.6 mm, sendo que a precipitação média para períodos homólogos é de 424 mm;
- 2) A precipitação ocorrida nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2010 corresponde a 90% da precipitação média registada para os anos de 1971 a 2000;
- 3) A precipitação acumulada no mês de Fevereiro de 2010 na Madeira não tem comparação com qualquer outro mês homólogo desde que há menção a registos de pluviosidade na Madeira (a data em que se iniciou os registos de pluviosidade é de 1865);
- 4) No mês de Fevereiro de 2010, a pluviosidade registada no Funchal correspondeu a 80% do valor médio anual de pluviosidade nesta cidade;
- 5) A precipitação registada nos dias 2 e 20 de Fevereiro de 2010 contribuiu em cerca de 60% para os valores do mês de Fevereiro de 2010, o qual como mencionado anteriormente não tem termo de comparação com o mês de Fevereiro de qualquer outro ano, desde que há registos de pluviosidade.

Os danos causados pela catástrofe totalizaram o montante de 1.080.000.000 Euros, sendo que os danos públicos representam 85,4%, sendo expectável que o subsídio a receber da parte da Comissão ascenda a 31.255.790 Euros.

De realçar que o apuramento dos danos resultou de um levantamento exaustivo junto das entidades (públicas e privadas) e de particulares que sofreram prejuízos causados pela intempérie, os quais foram posteriormente validados por uma Comissão Paritária, criada em 10-03-2010 por Despacho do Primeiro Ministro, composta por dois elementos, um do Governo da República – o Secretario de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento e outro do Governo Regional da Madeira – o Vice Presidente, assessorados por seis técnicos.



O Fundo tem assim por objectivo auxiliar a acção dos Estados em causa e tem por missão cobrir uma parte das despesas públicas associadas à realização das operações de urgência a seguir mencionadas e de acordo com a natureza da catástrofe:

- Restabelecimento imediato do funcionamento das infra-estruturas e equipamentos nos domínios da energia, do abastecimento de água e das águas residuais, das telecomunicações, dos transportes, da saúde e do ensino;
- Execução de medidas provisórias de alojamento e prestação de serviços de socorro destinados a responder às necessidades imediatas da população atingida;
- Criação imediata de condições de segurança das infra-estruturas de prevenção e e medidas de protecção imediata do património cultural;
- Limpeza imediata das áreas sinistradas, incluindo zonas naturais.

Por determinação do Secretário Regional do Plano e Finanças, o Instituto de Desenvolvimento Regional assumiu a responsabilidade de preparação de candidatura ao FSUE, que a submeteu ao Ministério de Administração Interna para a respectiva instrução junto dos serviços da Comissão.

Foi assim remetida em 20 de Abril de 2010 o processo de candidatura pelo Ministro de Administração Interna ao FSUE, ao qual foi atribuído o número 2010PT16SPO001.

Esse processo, de acordo com os requisitos exigidos, além de fazer uma descrição da catástrofe ocorrida no dia 20 de Fevereiro, devidamente suportada por Boletim Meteorológico do Observatório Meteorológico do Funchal, do Instituto de Meteorologia, IP, referente ao mês de Fevereiro, inclui informação sobre enquadramento geofísico da Madeira, características geológicas e os danos totais e os danos elegíveis ao FSUE.

A catástrofe que se abateu sobre a Madeira, tal como reportado aos serviços da Comissão Europeia, resultou do encontro de duas massas de ar com forte amplitude térmica e grande conteúdo de vapor de água sobre o Oceano Atlântico que originou um sistema frontal que varreu o território acompanhado de cúmulos-



No âmbito da análise da candidatura foi solicitado pelos serviços da Comissão-Direcção Geral da Política Regional -, alguns elementos adicionais, os quais foram recentemente enviados, o que traduz o empenho daqueles serviços na análise e posterior decisão do pedido submetido pelo Estado Português.

Outras informações sobre o Programa de Reconstrução da Madeira:

www.idr.gov-madeira.pt

(consultar: Intempérie 2010 – Programa de Reconstrução da Madeira)

Execução do Programa Intervir+

Núcleo de Avaliação e Coordenação/UEP do IDR

A economia portuguesa, e consequentemente a economia regional, tem registado nos últimos tempos uma forte recessão, num quadro marcado pela mais profunda e sincronizada recessão internacional do período pós-guerra. A interacção crescente e sucessiva entre diversos choques negativos de natureza económica e financeira a nível global culminou num aumento abrupto da aversão ao risco e da incerteza no final de 2008, que implicou quedas substanciais dos fluxos comerciais e da actividade da economia internacional, nacional e regional, com o agravamento significativo da taxa de desemprego. Neste contexto, o Programa Operacional do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM 2007-2013 (Programa Intervir+) tem sido directa e indirectamente influenciado pela conjugação deste conjunto de vectores de mudança que influenciaram significativamente o seu ritmo de desenvolvimento, em particular, no último ano e primeiro semestre de 2010.

A este enquadramento acresce a necessidade de consolidação orçamental e o carácter urgente da reposição do equilíbrio das contas públicas nacionais, que conduziram ao compromisso de implementação de medidas de austeridade orçamental, formalizadas nos Planos de Estabilidade e Crescimento dos vários Estados-Membros. O contexto determina, por conseguinte, o adiamento e a ponderação de investimentos particularmente pesados em termos financeiros.

Para além do impacto que a presente realidade tem nos investimentos à escala regional, a Região Autónoma da Madeira (RAM) deparou-se com uma grave intempérie natural, que resultou na forte destruição de infra-estruturas essenciais ao normal funcionamento da actividade económica. A urgente reposição das infra-estruturas danificadas e o apoio às vítimas do temporal de 20 de Fevereiro de 2010 afiguram-se pois prioridade absoluta para o Governo Regional da Madeira, que deverá canalizar - com recurso a apoio financeiro comunitário e nacional para o efeito - todos os meios disponíveis possíveis à sua regularização.

Neste sentido, o primeiro semestre de 2010 caracterizou-se por um conjunto de medidas com impacto sobre o contexto de desenvolvimento do Programa, com a consequente análise da coerência da Decisão vigente e a ponderação dos termos da eventual revisão do mesmo.

Foi, por isso, crucial equacionar as alterações à programação financeira adequando-a aos compromissos que deverão ser assumidos. Inevitavelmente, deverá ser dada uma maior prioridade a projectos no âmbito da prevenção de riscos naturais.

Com efeito, as dinâmicas registadas nesta fase reflectem, por um lado, as alterações introduzidas no novo período de programação (2007-2013) e, por outro lado, os problemas de natureza económica e orçamental que têm afectado a economia da Região.

Importa registar que as alterações da situação económica mundial originaram um conjunto variado de iniciativas, ao nível comunitário, nacional e regional, que visaram mitigar as dificuldades sentidas pelos Estados-Membros (E-M) e respectivas Regiões na aplicação dos Fundos Estruturais, de entre as quais se destaca a recente aprovação pelo Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, do Regulamento (UE) Nº 539/2010, de 16 de Junho, que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho que, estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira.

Pese embora as medidas já tomadas para contrabalançar os efeitos negativos da crise, incluindo as alterações do enquadramento legal, o impacto da crise financeira na economia real, no mercado de trabalho e nos cidadãos começa agora a ser amplamente sentido. A pressão sobre os recursos financeiros nacionais e regionais tem vindo a aumentar, e por isso, a Comissão Europeia decidiu propor, no final de 2009, aos E-M a adopção de novas medidas que minorassem a pressão através de uma melhor utilização do financiamento da União.

A fim de melhorar a absorção dos fundos, foi adoptada uma importante medida, já que, em 2010, não haverá lugar ao apuramento da regra de anulação automática da autorização de 2007, uma vez que, a programação de 2007 será diluída nos demais anos de programação.



No que se refere ao desempenho do Programa Intervir+, no segundo semestre de 2009 e primeiro de 2010, verifica-se uma recuperação acentuada do desempenho financeiro, traduzida na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e dos principais Eixos, na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados e no aumento dos ritmos de realização e despesa.

Até ao dia 31 de Maio de 2010 foram apresentadas para co-financiamento do Programa 372 candidaturas, o que corresponde a um investimento total proposto na ordem dos 483 milhões de euros, tendo sido aprovadas 163, com um montante de investimento total a rondar os 270 milhões de euros, representando um nível de aprovações de 56% em termos globais do Programa.

A dinâmica apresentada pelo Programa, passados dois anos de efectiva execução, revela um conhecimento expressivo por parte dos beneficiários, bem como uma clara identificação dos seus factores estratégicos. A distribuição por Eixos Prioritários aponta ainda para uma elevada concentração de projectos aprovados nos Eixos de que são predominantemente beneficiários entidades privadas (os Eixos I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional possuem 75% das aprovações do total do Programa). Saliente-se ainda a expressão que o Eixo II e IV detêm em termos de candidaturas aprovadas, o que evidencia uma boa dinâmica em termos das infra-

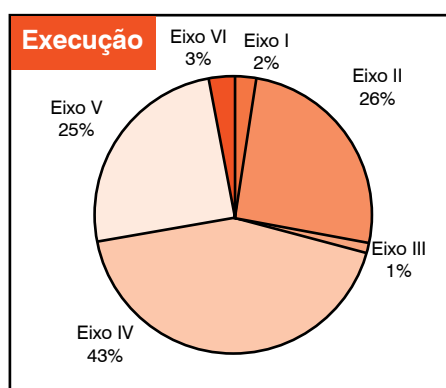
Execução do Programa Intervir+

Núcleo de Avaliação e Coordenação/UEP do IDR





estruturas, nomeadamente as ligadas ao sector da Educação e Formação (Eixo IV) e a envolvente empresarial (Eixo II), realçando-se com a construção de infra-estruturas de acolhimento empresarial.



O alargamento das áreas de intervenção, traduzidas num maior ajustamento ao conjunto de domínios de intervenção do Programa Intervir+, coincidiu com o agravamento da crise económica e financeira, com forte impacto nas dinâmicas de iniciativas e investimento empresarial, tanto da parte das empresas existentes, como de outras em fase de lançamento de actividade, abrangendo, de igual modo (pelos constrangimentos orçamentais conhecidos) os organismos da Administração Pública.

Os Eixos II e IV, atingiram já um elevado grau de absorção dos fundos, tendo contribuído para a aprovação de projectos de carácter estruturante e de grande pertinência estratégica. São exemplos as

escolas, as infra-estruturas empresariais e de promoção do Destino Madeira. Com indicadores mais baixos surgem os Eixo III e V, por diferentes motivos, já que, no Eixo III a dinâmica é menor, apesar das intenções de projectos cuja concretização poderá vir a dar uma nova expressão aos indicadores do Eixo, enquanto que, no Eixo V estão a ser ultimadas candidaturas que darão um forte impulso a este indicador.

O Programa apresenta hoje uma taxa de execução de 14%, o que traduz um acréscimo significativo comparativamente ao ano transacto, com uma taxa de execução de 10% no final do ano. Contudo, os dados relativos à execução mantêm-se ainda assim, em níveis baixos, reflectindo claramente o desfasamento existente entre os níveis de compromisso e de execução, em grande parte, devido a dificuldades sentidas por parte dos beneficiários na realização de despesa de operações já aprovadas.

A Autoridade de Gestão tem concentrado esforços, em articulação com outros Organismos da Administração Pública, no sentido de dar prioridade aos projectos que afirmam de apoio comunitário. Crê-se com esta orientação minimizar os constrangimentos financeiros que são esperados para este ano de 2010 e que se perspectiva terem uma forte repercussão ao nível da capacidade de execução da Administração Pública. Em finais de 2009, a Autoridade de Gestão acabou por efectuar adiantamentos aos beneficiários o que se repercutiu numa subida razoável da taxa de execução.

Finalmente, em 2010 perspectiva-se o aumento da taxa de compromisso para níveis superiores a 70%, salientando-se pelo seu impacto e carácter estrutural as operações na área de produção de energia, nomeadamente as que irão introduzir mais valias significativas, tanto na produção através de recursos renováveis, como também na utilização de combustíveis não fósseis. São projectos de grande dimensão e com carácter estratégico, de vital importância para a Região, que, por si só, proporcionarão uma alteração sensível da taxa de compromisso.

No primeiro semestre de 2009 foi adjudicado à empresa Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda., o Estudo para a elaboração da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+ que ficará concluído no decorrer do mês de Julho de 2010. As recomendações que daí advenham serão objecto de resposta obrigatória por parte da Autoridade de Gestão (IDR), com vista à sua viabilidade e operacionalização.

P.S.: Consulte Espaço Projectos – Pág. da 58 a 63
Instituto de Desenvolvimento Regional – Autoridade de Gestão
www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/

“INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia”

Sistema de Incentivos ao sector privado e a sua execução

Jorge Faria

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial

1. Sistemas de Incentivos – INTERVIR+

Após a publicação, em Dezembro de 2007, do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M, que definiu as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e ao funcionamento o IDERAM criou e publicou os diplomas com os regulamentos específicos para apoiar directa e indirectamente as empresas da Região.

Com a degradação da conjuntura económica e financeira mundial e com o propósito de estimular a procura dos sistemas de incentivos o IDERAM, seguindo as orientações da Vice-presidência do Governo Regional, procedeu à reformulação dos programas de apoio e lançou em simultâneo a Linha de Crédito Pro-Invest, a qual destina-se a financiar a parcela de investimento não coberta pelo apoio público e privado.

Os instrumentos de financiamento à actividade empresarial disponibilizados pelo IDERAM no âmbito do Programa INTEVIR+ são constituídos pelos sistemas de incentivos (Empreendinov II, SIRE II, QUALIFICAR+ II, SI Turismo II, +Conhecimento e SI Funcionamento), linhas de crédito (PME Madeira, Micro e Pequenas Empresas e Pro-Invest) e participação do IDERAM no capital do Fundo de Contragarantia Mútua com o objectivo de garantir e avaliar as operações de financiamento.

Através da “Linha de crédito PME Madeira” e “Linha de Crédito para as Micro e Pequenas Empresas”, a Região, num período de forte contracção económica, disponibilizou às empresas 50 milhões de euros, para financiamento de investimentos não comparticipáveis pelos sistemas de incentivos e cobertura de necessidades de fundo maneio, valor que permitiu apoiar 505 empresas entre Novembro de 2008 e a primeira quinzena de Junho de 2010.

A política de integração e complementaridade dos instrumentos de apoio gerou um acréscimo da procura dos sistemas de incentivos e até à data foram aprovadas 90 candidaturas, correspondendo a um investimento de 115,8 milhões de euros e um apoio total de 13,5 milhões de euros. Na realidade, após Novembro de 2009, data da alteração dos sistemas de incentivos, o IDERAM recebeu em média uma candidatura por cada dois dias, contra uma candidatura por cada 10 dias no período anterior.

2 - Intempérie de 20 de Fevereiro de 2010 e os Instrumentos de apoio ao Sector Privado”

Em consequência do temporal que assolou a Região Autónoma da Madeira a 20 de Fevereiro último, a Vice-presidência do Governo Regional, em estreita articulação com vários organismos públicos e privados, concebeu e colocou no terreno um importante conjunto de instrumentos de apoio dirigidos quer à população em geral quer ao tecido empresarial regional. Esses instrumentos de apoio constituíram parte da resposta institucional às necessidades mais prementes das populações e empresas atingidas.

2.1 – Apoio à Recuperação Empresarial

No que ao apoio directo às empresas atingidas pela intempérie de 20 de Fevereiro, a Vice-presidência do Governo Regional da Madeira em estreita colaboração com o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, criou a denominada “Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Madeira” no valor de 50 milhões de euros. Instrumento de apoio às PME regionais ao nível das operações de financiamento destinadas a investimentos em activos intangíveis, activos fixos tangíveis bem como em fundo de maneio.

Esta linha de apoio dirige-se à generalidade das empresas afectadas pelo temporal e proporciona um conjunto de benefícios, dos quais se salientam os seguintes:

a) Bonificação integral da taxa de juro (spread e euribor a 3 meses), respectiva comissão de garantia aplicável pela SGM e imposto de selo das operações;

b) A amortização de capital será assumida pela Entidade Gestora em:

40% quando se tratar de micro empresas;

30% para pequenas e médias empresas.

Por outro lado, poderá ainda ser atribuído um Prémio de Execução na forma de incentivo não reembolsável, em função do grau de realização das operações elegíveis, que poderá atingir os 10% quando se tratar de micro empresa ou de 5% quando se tratar de pequena ou média empresa.

Ao abrigo desta linha de apoio foram recepcionadas e enquadradas, até a primeira quinzena de Junho, 180 candidaturas e um total de 13,5 milhões de euros de investimento.



2.2 - Apoios à Protecção Social

A Vice-presidência do Governo Regional, através do IDERAM, coordenou a operacionalização das cinco medidas excepcionais de apoio às empresas da Região no âmbito da Protecção Social, a saber:

- Isenção de pagamento de contribuições para a Segurança;
- Empresas em situação de Lay-Off - a Segurança Social comparticipa com 85% da compensação retributiva;
- Pagamento de prestações de desemprego em situação de suspensão do contrato de trabalho;
- Dispensa de pagamento de 3 meses de contribuições, em caso de celebração de Acordo para Pagamento Prestacional de Dívida; e
- Simplificação do processo de celebração de Acordos de Pagamento Prestacional de Dívida.

2.3 – Apoio à Aquisição de Veículos

Tendo em conta a área específica de intervenção do IDERAM e considerando o elevado número de veículos destruídos, danificados, desaparecidos ou de remoção impossível, o Governo Regional da Madeira, o Governo da República e a Caixa Geral de Depósitos, criaram para o efeito regimes excepcionais e transitórios e colocaram à disposição dos particulares ou empresas proprietários de veículos naquelas condições, três tipos de apoios para a aquisição de veículos novos ou usados:

- Subsídio do Governo Regional da Madeira na aquisição de veículos novos ou usados no valor de mil euros;
 - Redução ou isenção até três mil euros do Imposto sobre Veículos a conceder pela Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo na aquisição de veículos novos e
 - Linha de Crédito da Caixa Geral de Depósitos na aquisição de veículos novos ou usados.
- Até à primeira quinzena de Junho de 2010 foram recepcionadas e enquadradas aproximadamente uma centena de candidaturas no âmbito do apoio à aquisição de veículos.

A minimização das consequências sociais e económicas da intempérie exigia uma resposta institucional a dois níveis distintos mas interligados. Por um lado era necessário a criação de mecanismos excepcionais susceptíveis de evitar a perda significativa de



postos de trabalho e, por outro lado, garantir instrumentos de apoio financeiro às empresas de forma a lhes permitir a recuperação ou substituição dos activos atingidos.

A Vice-presidência do Governo, através do IDERAM, implementou assim um conjunto de medidas e instrumentos de apoio que permitiram atenuar a eliminação de postos de trabalho e recuperar mais rapidamente as unidades empresariais directamente atingidas pelo temporal de 20 de Fevereiro de 2010.

PS.: Consulte Espaço Projectos – Pág. 64 e 65
Instituto de Desenvolvimento Empresarial – Organismo Intermédio no Programa Intervir+
www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/
“INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia”

Programa Rumos - Balanço de 3 anos de implementação do Eixo I “Educação e Formação”

Sara Relvas

Directora Regional da Qualificação Profissional

O Eixo I do Programa Rumos tem-se caracterizado por uma intensa dinâmica de execução, demonstrada por um grau de compromisso de 68.773.935 € de Despesa Pública, o que representa 60% da dotação financeira para o período 2007 - 2013. No que respeita à execução financeira do Eixo regista um valor de 21.347.267 €, representando uma taxa de 31 % em relação ao montante já aprovado e cerca de 19% em relação ao programado.

Montantes Aprovados no Programa 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2009		Taxa de Compromisso	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	68.773.934	55.019.147	60%	60%

Montantes Executados no Programa 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2009		Taxa de Compromisso	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	21.347.267	17.077.814	19%	19%

Se consideramos as diferentes vertentes de intervenção do Eixo 1, constata-se que todas elas apresentam um desenvolvimento sustentado, ou seja, não existem vertentes onde os níveis de aprovação e de execução financeira apresentem disparidades significativas. Todas elas têm taxas de compromisso significativas, sendo inferior na Qualificação Inicial, uma vez que pela natureza dos apoios, os mesmos são mais distendidos ao longo do período de programação, bem como níveis de execução financeira que não se distanciam grandemente entre eles, o que traduz a maturidade das intervenções apoiadas.

Montantes Aprovados no Eixo I 2007-2009

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2009		Taxa de Compromisso	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	34.080.953	27.264.762	47%	47%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	29.396.867	23.517.493	83%	83%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	5.296.115	4.236.892	79%	79%
Total	114.625.000	91.700.000	68.773.935	55.019.147	60%	60%

Montantes Executados no Eixo I 2007-2009

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2009		Taxa de Compromisso	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	13.356.862	10.685.489	18%	18%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	6.193.559	4.954.848	17%	17%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	1.796.846	1.437.477	27%	27%
Total	114.625.000	91.700.000	21.347.267	17.077.814	19%	19%

Podemos salientar também como um indicador do dinamismo do Programa, o elevado grau de selectividade do mesmo, traduzido no facto de terem sido apresentadas para financiamento um total de 792 candidaturas, com um investimento total correspondente a 152.829.345 €, tendo sido aprovados 367 projectos, ou seja 46% da totalidade dos apresentados.



Numa análise das candidaturas apresentadas por tipologia de intervenção, podemos salientar que a vertente de intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” concentrou cerca de 79 % do número total de candidaturas apresentadas, com especial destaque para a tipologia de intervenção “ Cursos para Activos”, com 31% das candidaturas totais do Eixo 1, bem como 67% da totalidade das candidaturas aprovadas. No entanto, em termos financeiros, os projectos aprovados na “Qualificação Inicial”, representam 50% do volume financeiro do Eixo 1, situação que se justifica face à natureza da formação apoiada nesta vertente, caracterizada por cursos de longa duração e com custos mais elevados.

No que respeita às diferentes tipologias de intervenção, o apoio à formação de activos tem o maior número de projectos aprovados, 97 candidaturas, destaque ainda para os cursos de educação e formação, com 70 candidaturas aprovadas, o que, de alguma forma, traduz a aposta que foi feita neste tipo de formação na RAM. Em termos financeiros os “Cursos Profissionalizantes” concentram a maior dimensão dos apoios com cerca de 17.437.697 €, o que representa quase 25% da totalidade dos apoios concedidos.

Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por tipologia 2007-2009

Vertente de Intervenção	Tipologia de Operação	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	8	4.920.524	5	3.056.002	63%
	Cursos Profissionalizantes	27	19.965.993	23	17.437.697	85%
	Cursos de Educação e Formação	88	15.583.529	70	9.184.065	80%
	Cursos de Especialização Tecnológica	10	5.741.480	7	3.133.214	70%
	Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0	0	0%
	Educação Especial e Reabilitação	4	1.706.522	3	1.403.030	75%
Subtotal		137	47.918.048	108	34.214.007	79%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da vida	Cursos de Qualificação / Reversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos	248	19.618.433	97	5.487.714	39%
	Profissional da Administração Pública	52	8.713.902	35	2.528.367	67%
	Acções Formação - Consultoria	20	8.470.486	12	6.564.804	60%
	Formação de Docentes e Formadores	90	4.824.760	34	1.794.460	38%
	Formação de adultos	190	45.603.495	43	7.738.706	23%
	RVCC	12	6.529.326	12	5.730.566	100%
	Recursos e Materiais Didácticos	16	3.291.031	12	1.030.866	75%
Subtotal		628	97.051.432	245	30.875.484	39%
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	3	452.171	3	202.535	100%
	Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós- Doutoramento	9	5.213.668	8	5.030.313	89%
	Cursos de Formação Avançada	14	1.659.682	3	97.333	21%
	Projectos de Investigação	1	534.344	0	0	0%
Subtotal		27	7.859.865	14	5.330.181	52%
Total		792	152.829.345	367	70.419.672	46%



A execução física abrangeu até ao momento cerca de 29.5000 pessoas em diversos tipos de intervenções, desde a qualificação inicial, a formação de pessoas com deficiência, os processos RVCC, a educação e formação de adultos, as formações modulares certificadas, a formação de formadores e professores. Destaque-se também a intervenção do Rumos na área da ciência e tecnologia com o apoio a bolsas e programas de pós –graduação, mestrado, doutoramento e pós –doutoramento, bem como o apoio às empresas, com o envolvimento até ao momento de 55 PME´s em acções de formação – consultoria.

N.º Participantes Abrangidos 2007 - 2009

Tipologias de Operação		TOTAL		
		H	M	Total
1.1.1 - Sistema de aprendizagem		92	42	134
1.1.2 - Cursos Profissionalizantes	Escolas de Turismo	356	301	657
	Ensino Profissional	793	533	1.326
1.1.3 - Cursos de Educação e Formação		722	494	1.216
1.1.4 - Cursos de Especialização Tecnológica		103	134	237
1.1.6 - Educação Especial e Reabilitação		195	126	321
Qualificação Inicial		2.261	1.630	3.891
1.2.1 - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos		2.938	3.582	6.520
1.2.2 - Profissional da Administração Pública		1.808	4.936	6.744
1.2.4 - Formação de Docentes e Formadores	Formação de Docentes	906	4.424	5.330
	Formação de Formadores	270	618	888
1.2.5 - Formação de Adultos	Educação e Formação de Adultos	90	84	174
	Formação Modular	411	621	1.032
	Outras Formações	629	1.057	1.686
1.2.6 - RVCC		973	1.336	2.309
Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da vida		8.025	16.658	24.683
1.3.1 - Bolsas para Professores / Investigadores		25	41	66
1.3.2 - Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós - Doutoramento		301	546	847
1.3.3 - Cursos de Formação Avançada		10	3	13
1.3.4 - Projectos de Investigação		0	0	0
Formação Avançada		336	590	926
Total		10.622	18.878	29.500

Podemos concluir que o Eixo 1 do Programa Rumos, encontra-se numa fase plena de implementação, tanto ao nível das aprovações, como da execução no terreno, apresentado níveis de aprovação e de execução dos projectos que, perspectivam que o mesmo se irá desenrolar de acordo com o programado inicialmente, sem necessidade de alterações significativas ao mesmo.

PS.: Consulte Espaço Projectos – Pág.66 e 67
 Direcção Regional da Qualificação Profissional – Organismo Intermédio no Programa Rumos
www.idr.gov-madeira.pt/rumos/
 “Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”



As Políticas de Emprego na Região Autónoma da Madeira O Eixo II do Programa Rumos - “Emprego e Coesão Social”

Sidónio Fernandes

Presidente do Instituto de Emprego da Madeira

No âmbito das competências da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, a área do Emprego está atribuída ao Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM) a quem cabe a execução da política de emprego definida pelo Governo Regional no seu Programa.

Assim, é o IEM, na sua dupla qualidade de BREPP (Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas) e OREPP (Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas) que tem, no âmbito do actual Quadro Comunitário, e por delegação do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), a responsabilidade de gestão do Eixo II do programa Rumos – Emprego e Coesão Social.

A política de Emprego na Madeira

Para o seu mandato 2007/2011, o Governo Regional definiu, entre outras, as seguintes linhas de actuação prioritárias:

- A implementação de medidas activas de emprego direccionadas aos públicos de mais difícil inserção, nomeadamente os desempregados de longa duração, os menos qualificados e os jovens à procura do primeiro emprego.
- O reforço dos incentivos à criação líquida de postos de trabalho por parte das empresas.
- O incremento do empreendedorismo por parte dos desempregados.
- A contribuição, em sintonia com a área da formação profissional, para o aumento da qualificação dos desempregados.
- O reforço do papel da Economia Social.
- O combate à inactividade prolongada dos desempregados, através da sua colocação em programas de inserção profissional.

Dando cumprimento a estas directrizes, cabe ao IEM executar as acções que tenham em vista a integração profissional dos mais desfavorecidos, a criação de novos postos de trabalho, a transição dos jovens para a vida activa, a intervenção prioritária junto dos que não usufruem de prestações sociais, evitar o afastamento prolongado do mercado de trabalho por parte dos desempregados e estimular a sua vertente empreendedora, bem como o aumento das suas qualificações.

A conjuntura

No final de 2008 e início de 2009, assistiu-se a uma crise financeira internacional que se

repercutiu, de forma mais ou menos intensa, em diferentes países, tendo como consequência, o aumento do desemprego.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que o ano 2009 foi recorde em termos de desemprego, com 212 milhões de desempregados, número superior em 34 milhões ao verificado em 2008. A expectativa, para este organismo, é de uma taxa de desemprego global entre 8,2% e 9,5%, para o ano de 2010, e de 213 milhões de desempregados os quais, num cenário pessimista, podem atingir os 228 milhões.

No final do ano passado (2009), o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) também alerta para a possibilidade de um aumento do desemprego, até final de 2010, nos países avançados.

No conjunto da UE27 o desemprego, que em Dezembro de 2008 era de 7,6%, cresceu, em Dezembro de 2009, para os 9,4 % e, no 1º trimestre de 2010, já era de 9,6%. A Letónia e a Espanha alcançaram as mais altas taxas de desemprego da União Europeia com 20,0% e 19,4% respectivamente. As taxas de desemprego mais baixas da UE foram da Holanda e da Áustria, ambas com 4,2%.

Em Portugal, a evolução da Taxa de Desemprego, calculada trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revela também um gradual crescimento, tendo já alcançado, no 1º trimestre de 2010, os 10,6%. Por sua vez, a Madeira, apesar da sua forte dependência do exterior, com evidentes reflexos nas principais actividades económicas, tem conseguido manter valores de desemprego mais favoráveis do que os verificados no todo nacional, conforme se pode verificar pelo gráfico. A descida da Taxa nos últimos trimestres é demonstrativa da resistência que a actividade económica da Madeira tem conseguido, face a uma conjuntura global menos favorável.

A execução das Medidas Activas

As medidas activas de emprego actuam duplamente: junto dos desempregados, pois permitem-lhes a aquisição de novas competências profissionais ou a obtenção de uma experiência em contexto de trabalho, uma maior sensibilização para a necessidade



do respectivo aperfeiçoamento profissional evitando o afastamento do mundo do trabalho e facilitando a sua inserção ou a criação do próprio emprego; junto dos empregadores, por permitirem o recrutamento de novos trabalhadores com as qualificações adequadas às suas necessidades, beneficiando dos apoios técnicos e financeiros disponíveis.

Estas medidas, não sendo, por si só, criadoras imediatas e directas de novos postos de trabalho, podem, contudo, ser incentivadoras da sua criação. Isto porque consubstanciam, prioritariamente, a concessão de incentivos a quem cria emprego e o desenvolvimento de programas que permitam um regresso à actividade, tão breve quanto possível, daqueles que, pertencendo a grupos de mais difícil inserção, necessitam uma oportunidade de mostrar as suas capacidades ou de serem estimulados à criação do seu próprio emprego. A acção do IEM centra-se, naturalmente, naqueles que não usufruem de qualquer prestação social.

Vejamos, em resumo, quais as medidas activas de emprego integradas no Plano Regional de Emprego e alguns dados sobre a sua execução.

Os incentivos à contratação

A criação de novos postos de trabalho é um elemento fundamental na diminuição do desemprego. Daí que uma das medidas se centra no apoio aos empregadores que se disponibilizem

para criar novos empregos, recorrendo, para os preencher, às pessoas que estão inscritas no IEM, sobretudo os que pertencem a grupos mais desfavorecidos, os menos jovens e os desempregados há mais tempo.

Para o Programa de Incentivos à Contratação (PIC), durante o ano de 2009, foram destinados 575.000 € e foram recebidas 143 candidaturas, envolvendo a criação de 266 postos de trabalho. Nos primeiros 6 meses de 2010, foram recebidas 107 candidaturas, as quais significam a criação de 175 novos postos de trabalho.

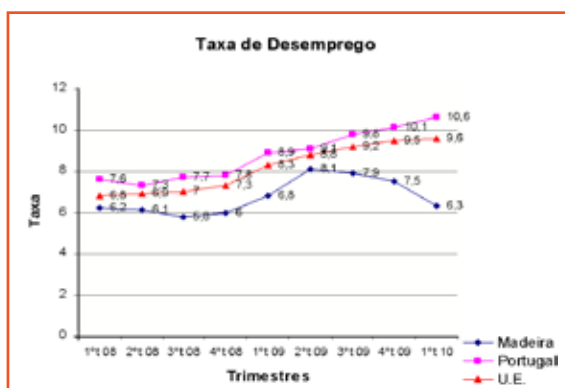
A criação do próprio emprego

Outras das vertentes a que tem sido dada especial atenção, é a do apoio ao empreendedorismo. Pretende-se cultivar o espírito empreendedor de quem está desempregado e apoiar as iniciativas que se revelem viáveis e que permitam a criação do próprio emprego, por parte de quem está em situação de desemprego. Sucedendo à anterior medida, denominada Iniciativas Locais de Emprego (ILE), foi lançado o Programa de Apoio aos Desempregados Empreendedores (PADE).

Durante o ano de 2009, foram apresentadas no IEM um total de 66 candidaturas à criação do próprio emprego, tendo em vista a criação de 121 postos de trabalho. A verba orçamentada, em 2009, para apoio a estes projectos, foi de 1.100.000 €.

Durante o primeiro semestre de 2010, já foram recebidas 47 candidaturas, as quais implicarão a criação de 86 postos de trabalho.

Paralelamente a esta medida, e de modo a proporcionar aos potenciais interessados na mesma, um conjunto de ferramentas que os ajudem a lançar-se numa experiência empresarial, o Instituto de Emprego tem vindo a realizar Acções de Formação em Gestão, que incluem matérias como fiscalidade, contabilidade, plano de negócios, higiene e segurança no trabalho, legislação laboral, competências empresariais, cálculo financeiro e marketing. Em 2009, participaram 17 desempregados nesta formação e foram dispendidos cerca de 20.000 €. Para 2010 também estão previstas acções deste tipo.



As Políticas de Emprego na Região Autónoma da Madeira O Eixo II do Programa Rumos - “Emprego e Coesão Social”

A inserção de jovens qualificados

A medida Estágios Profissionais tem revelado uma grande aderência, quer por parte de entidades públicas, quer de entidades privadas com ou sem fins lucrativos.

Em consequência, durante 2009, foram abrangidos 794 jovens. Foram 340 os participantes que terminaram o seu estágio em 2009. Desses, 186 (cerca de 55%), no início de 2010 já estavam a trabalhar.

Em 2009, o Programa de Estágios Profissionais implicou um dispêndio de 4.300.000 €. Em 2010, nos primeiros 6 meses, foram já aprovados 288 estágios profissionais.

Uma atitude activa na procura de emprego

Na perspectiva de incentivar a procura de emprego por parte dos desempregados foi criado o Prémio de Auto-Colocação.

Entre Março e Dezembro de 2009, primeiro período de execução da medida, foram recebidas 31 candidaturas e foram atribuídos prémios no valor de 23.000 €. No primeiro semestre de 2010, foram recebidas 16 candidaturas a esta medida.

A formação de desempregados

A qualificação é, nos dias de hoje, uma arma fundamental para facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

A medida Formação/Emprego é um programa a que podem candidatar-se empresas que, tendo intenção de recrutar um número igual ou superior a 3 trabalhadores, necessitam de dar-lhes uma formação prévia, teórica e prática – subsidiada pelo IEM – recebendo depois um prémio consoante o número de formandos que venham a ser admitidos com um vínculo sem termo.

Em 2009, participaram nesta medida 263 desempregados, sendo que mais de 70% foram admitidos no final da formação. O valor total orçamentado para esta medida, foi de 1.040.000 €. No primeiro semestre de 2010 foram recebidas candidaturas que envolvem 146 desempregados.

Em termos de formação, e em colaboração com a Secretaria Regional de Educação e Cultura, têm sido realizadas acções de Formação para Desempregados.

Em 2009, foram abrangidos 1.319 desempregados, num total de 85 acções. Dos que já tinham terminado a formação no final de 2009, 55% já estavam colocados no mercado de trabalho. Em 2010 prevê-se voltar a abranger mais de mil desempregados que necessitem de uma formação que lhes facilite a inserção no mercado de trabalho.

A inserção dos mais desfavorecidos

Para além das medidas que podem ter um reflexo mais imediato na integração profissional dos desempregados, tem vindo a ser desenvolvido um conjunto de acções que se destinam especialmente a públicos mais desfavorecidos.

Estão neste caso, o Programa Vida e Trabalho, em parceria com a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, e que visa a inserção profissional de ex-toxicodependentes. Em 2009, foram inseridas 22 pessoas, através desta medida, equivalendo a um valor de 173.000 €.

Também tem sido dado apoio à criação de Empresas de Inserção, uma medida no âmbito da Economia Social e Solidária, que já possui 11 iniciativas e que, em 2009, envolvia 69 pessoas desempregadas com maiores dificuldades na obtenção de um posto de trabalho. É um projecto a que, só em 2009, foi afectada uma verba no montante de 895.000 €. Em 2010, iniciou actividade mais uma Empresa de Inserção e existe outra candidatura em análise.

A ocupação temporária de desempregados

Na perspectiva de evitar que as pessoas estejam demasiado tempo sem se sentirem activas e, sobretudo, sem qualquer rendimento, têm sido promovidos os Programas Ocupacionais, os quais permitem que os desempregados, enquanto não lhes surge uma oportunidade de colocação, possam desempenhar tarefas socialmente úteis, em serviços públicos, ou privados sem fins lucrativos. A estas pessoas é garantida, pelo menos, a remuneração mínima mensal em vigor na Região, acrescida do passe social e do seguro de acidentes e, nalguns casos, do subsídio de alimentação



O Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados (POTS) aplica-se aos desempregados que usufruem de Subsídio de Desemprego e pode prolongar-se pelo respectivo tempo de atribuição, o Programa Ocupacional de Desempregados (POD), que tem uma duração de 9 meses e Programa Ocupacional para Seniores (POS) destinado aos desempregados com 55 ou mais anos. No conjunto destes 3 programas, foram efectuadas, em 2009, 762 colocações e, durante o ano, estiveram envolvidos na medida 1.260 desempregados. No total, os 3 programas implicaram, em 2009, a afectação de um montante global de 2.500.000€. Já em 2010, só nos primeiros 6 meses, foram efectuadas novas 656 colocações nestas Medidas de Emprego, sendo que, no final de Junho, estavam integrados nestes programas, 1.237 desempregados, praticamente o mesmo número de participantes de todo o ano de 2009.

A descentralização e a proximidade

Numa perspectiva de descentralização dos serviços e de desenvolver a proximidade dos serviços de emprego aos seus potenciais utentes, o IEM tem vindo a apoiar os Clubes de Emprego e as UNIVA's, estruturas que funcionam junto de instituições que, numa lógica de parceria, têm uma intervenção junto de empregadores e de desempregados, aproximando-os e ajustando, respectivamente, as necessidades de uns com os anseios dos outros.

Existem, neste momento, 18 Clubes e UNIVA's, e o valor investido nestas estruturas, em 2009, foi de cerca de 300.000 €.

A mobilidade

Num mundo cada vez mais global, a mobilidade profissional é, de uma maneira cada vez mais vincada, uma opção possível, em especial para um público mais jovem. A Rede Eures dispõe de uma base de dados com mais de 700.000 de ofertas, e têm sido inúmeras as solicitações por parte de pessoas que querem equacionar a possibilidade de candidatar-se a uma vaga profissional noutro país europeu.

No Instituto de Emprego, os interessados podem dispor do apoio de uma Conselheira da Rede Eures.

A orientação profissional

Outra vertente do nosso apoio aos desempregados, sobretudo os mais jovens, é o serviço de Informação e Orientação Profissional, disponível para todos os que desejem, através de testes apropriados, procurar as suas vocações e preferências profissionais.

A execução

De 2008 para 2009, o valor afecto ao Plano Regional de Emprego passou de cerca de 8,7 milhões para 11,7 milhões. E, para 2010, foram orçamentados 12 milhões, entretanto já alterados para 17 milhões.

Em 2009, foram abrangidas, pelas Medidas Activas de Emprego, mais de 3.900 pessoas. Nos primeiros 6 meses de 2010, já tinham sido abrangidas 2.281.

Plano Regional de Emprego Execução Financeira

Ano	Orçamento IEM	Candidatura FSE
2007	8.679.989,00	3.769.976,28
2008	8.754.741,00	7.445.825,08
2009	11.782.193,00	9.797.995,15
2010	17.074.256,00	15.664.491,18

O Quadro apresentado é bem demonstrativo da importância da comparticipação do FSE na execução das Medidas Activas incluídas no Plano Regional de Emprego e que constituem, afinal, o desenvolvimento do Eixo II (Emprego e Coesão Social) do Programa RUMOS.

As políticas de emprego da Região Autónoma da Madeira actuam pelo lado da oferta, fazendo crescer o volume desta, mas também pelo lado da procura, criando oportunidades para uma mais fácil integração dos que procuram emprego – sobretudo os que têm dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho – razão pela qual as medidas activas são criadas, acompanhadas e reformuladas permanentemente, de acordo com a evolução do mercado de emprego.

P.S.: Consulte Espaço Projectos – Pág. 68 e 69
Instituto de Emprego da Madeira – Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas – Programa RUMOS
“Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”

Região executa 84% do compromisso assumido com o Fundo de Coesão

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR

O POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, foi aprovado em 12 de Outubro de 2007 através da Decisão da Comissão n.º C (2007) 5110 e é um dos Programas Temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 que faz da Valorização do Território a sua prioridade de intervenção assente na melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, no reforço da conectividade internacional, na protecção e valorização do ambiente, na qualificação dos sistemas urbanos e ainda na estruturação das redes de infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

O Programa Operacional está estruturado em 10 Eixos Prioritários sendo que os investimentos executados no território da RAM podem beneficiar de co-financiamento Fundo de Coesão no âmbito do POVT, especificamente através do **Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira**, cuja gestão compete ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) na sequência de contrato de Delegação de Competências celebrado em Junho de 2008.

À RAM, isto é, ao Eixo V do POVT estão actualmente consignados 100 milhões de euros Fundo de Coesão tendo em vista a concretização dos seguintes **objectivos específicos**: consolidação das estruturas de gestão ambiental de 1.ª geração, contribuição para a diminuição das emissões de CO2 e garantia de reservas energéticas e melhoria dos níveis de eficiência e de segurança do transporte terrestre e marítimo.



Rotunda da Quinta Magnólia à entrada do Túnel da Pontinha, construída no âmbito do Projecto em apreço.



Túnel da Pontinha com uma extensão de 661 metros, situado entre a rotunda da Quinta Magnólia e o nó rodoviário da Av. Sá Carneiro, junto à entrada do Porto do Funchal.

De realçar que no final do ano 2009 o projecto “**Ligação em Via-Expresso ao Porto do Funchal**”, da RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A. aprovado em Dez. de 2008, foi objecto de um reforço financeiro que fez aumentar o respectivo investimento elegível para os 31,7 milhões euros e o apoio Fundo de Coesão para os 22,2 milhões de euros (taxa de apoio de 70%). O referido projecto encontra-se já ao serviço da população desde Outubro 2009 e veio proporcionar um acesso privilegiado da RAM ao exterior garantindo uma redução de 61% do tempo de viagem entre o Porto do Funchal e a Via -Rápida, já que aquele percurso passou a ser efectuado em cerca de 2 minutos.

O segundo projecto de investimento aprovado em Junho de 2009 no Eixo V do POVT foram as “**Infra-estruturas do porto do Porto Santo**”, da responsabilidade da APRAM, SA – Administração dos Portos da RAM, envolvendo um investimento elegível no valor de 25,5 milhões de euros e uma comparticipação financeira do Fundo de Coesão no valor de 17,8 milhões de euros (taxa de apoio de 70%).

O referido projecto contempla um diverso conjunto de intervenções tais como a execução das obras marítimas de reparação do molhe principal (já concluídas desde Dez.2009), a melhoria de infra-estruturas gerais, a construção de edifícios, arruamentos e arranjos exteriores, cais e rampa



Vista parcial dos 4.000 blocos “anfíferes” de protecção do segmento-sul do molhe exterior, colocados no âmbito da empreitada da “Grande Reparação do Molhe Principal”.



Acessos ao porto construídos no âmbito da empreitada “Grande Reparação do Molhe Principal”.



Reperfilamento do segmento-Este do molhe exterior do porto, através da colocação de blocos de betão, retirados do segmento-sul .

de acesso ao salvamento náutico, aquisição de sistemas de informação e vigilância electrónica e uma zona portuária para separação do tráfego de passageiros, mercadorias e de lazer.

De destacar a empreitada de “Grande Reparação do Molhe Principal”, como a única já concluída e a mais expressiva da projecto pois representa 73% do Investimento elegível aprovado tendo surgido da necessidade premente de proporcionar uma maior protecção do molhe através da colocação de blocos artificiais de betão (conforme evidencia a foto anterior) ao longo do molhe por se terem verificado movimentos na estrutura e desgaste do núcleo do cais ao longo dos muitos anos de funcionamento do porto.

Apraz-nos realçar a performance alcançada pelo Eixo V do POVt até Junho de 2010, isto é, volvidos apenas 2 anos do seu arranque, a taxa compromisso face ao Total de Fundo consagrado para a RAM (100 Milhões de Euros) é de 33% sendo que a despesa realizada no computo dos dois projectos representa 84% da despesa total aprovada até àquela data (57.161.117,82€), o que constitui motivo de grande satisfação para as entidades Regionais e Nacionais envolvidas na prossecução dos objectivos do Programa.

De referir ainda que se perspectiva ainda no decurso do ano 2010 concluir o processo de análise de um projecto a apresentar pela EEM, SA respeitante à implementação de um Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) na ilha da Madeira, o qual permitirá para além da diversificação das fontes de abastecimento, uma muito significativa redução das emissões poluentes para a atmosfera, proporcionando enormes vantagens na protecção do ambiente.

Por fim, importa acrescentar que tendo em conta não só a limitação da dotação Fundo de Coesão do Eixo V face ao nível de execução alcançado, mas sobretudo a necessidade de fazer face à reconstrução da Madeira na sequência dos graves danos causados pela intempérie que assolou a Ilha no passado mês de Fevereiro, foi já aprovado pela Assembleia da República, um reforço do Eixo V do POVt no montante de 265 milhões de euros, bem como a ampliação das tipologias de intervenção elegíveis e o ainda o acréscimo da taxa de financiamento comunitária que actualmente é de 70%.

DR - Instituto de Desenvolvimento Regional – Organismo Intermédio no POVt

www.idr.gov-madeira.pt/povt/

www.povt.qren.pt/

“Ligações para o desenvolvimento sustentável”

Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC)

Ana Mota

Vice Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional

No III Comité de Gestão do PCT MAC, realizado no dia 9 de Junho de 2010, foram aprovados 56 projectos, na sequência do lançamento da 2ª convocatória publicada no JORAM - II Série - nº 223, de 23 de Novembro de 2009, que decorreu entre 23 de Novembro de 2009 e 29 de Janeiro de 2010.

A 2ª convocatória disponibilizou um montante total FEDER de 16.681.104 EUR, correspondente a 70% da dotação programada para o período 2007-2013, sendo que o Comité de Gestão se reservava o direito de decidir incrementar esta dotação, no caso de surgirem projectos com qualidade suficiente que superassem o limiar inicialmente estabelecido.

O objectivo nuclear desta convocatória foi o de promover e co-financiar acções de cooperação entre as entidades situadas nos territórios da Madeira, dos Açores e das Canárias, e as entidades situadas nos Países Terceiros do seu espaço geográfico (noroeste da África, e América Central e do Sul) para a realização de projectos comuns nessas regiões.

No dia 25 de Novembro de 2009 foi realizado no Funchal um seminário de lançamento da Convocatória e ainda umas jornadas técnicas para os beneficiários de projectos aprovados no âmbito da 1ª convocatória.

Como novidades da 2ª Convocatória do PCT MAC é de sublinhar as seguintes exigências:

- Participação no mínimo um parceiro do espaço comunitário (Espanha ou Portugal) e outro com sede num País Terceiro;
- Os parceiros dos Países Terceiros não poderiam solicitar financiamento FEDER mas deveriam fazer uma contribuição ao projecto, no mínimo de 5% do orçamento total do projecto;
- A contribuição dos Países ACP Cabo Verde, Senegal e Mauritânia poderá beneficiar de apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) mediante decisão da entidade responsável em cada País;
- O orçamento total teria que se situar no intervalo compreendido entre 100.000 e 800.000 EUR;
- Duração máxima de execução - 36 meses;
- A possibilidade do FEDER financiar, de acordo com o artº 21º do REG (CE) 1080/2006 (regulamento relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), no âmbito da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, despesas realizadas em território de países não pertencentes à Comunidade Europeia, até ao limiar de 20% do FEDER solicitado e desde que as operações que lhes estão associadas impliquem benefícios para as regiões da Comunidade.

Efectivamente foi possível aprovar projectos, na III Reunião do Comité de Gestão, até ao limite da dotação FEDER programada para o Eixo III do Programa “Cooperação com Países Terceiros e Articulação com a Grande Vizinhança”.

À 2ª convocatória concorreram 79 projectos, dos quais foram admitidos 77 projectos e aprovados 56 no total. Com envolvimento de entidades da RAM surgiram 43 projectos sendo que apenas 41 foram admitidos.

Evidentemente que o valor FEDER solicitado nos 43 projectos ultrapassou 7 vezes a dotação FEDER programada, o que exigiu um exercício muito rigoroso de selecção.

Deste universo de 43 projectos apenas 12 projectos foram aprovados tendo permitido comprometer 100% da subvenção FEDER programada. Note-se que o total de projectos aprovados no âmbito desta Convocatória foi de 56.



Em relação aos 12 projectos aprovados é de salientar o seguinte:

- a diversidade de sectores envolvidos e a abrangência de entidades participantes;
- 7 projectos envolvem parcerias com Cabo Verde;
- 1 projecto com Cabo Verde e Senegal;
- 4 projectos com envolvimento de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia;
- e, em termos de envolvimento entre as 3 regiões do Espaço, temos 5 projectos entre Madeira e Canárias e 7 que envolvem as 3 regiões (Madeira, Açores e Canárias).

Uma nota final à execução financeira do Programa, no que respeita à RAM, pois à data, a taxa de compromisso supera os 100% muito embora a execução esteja ainda muito aquém do programado uma vez que os primeiros projectos foram aprovados apenas em Maio de 2009.

IDR - Instituto de Desenvolvimento Regional – Interlocutor Regional da Madeira no PCT MAC

www.idr.gov-madeira.pt/mac/

www.pct.mac.org/

"Investimos no seu futuro"



Espaço Projectos

Com este Espaço pretende-se, uma vez mais, dar visibilidade a alguns exemplos de projectos considerados como promissores de boas práticas na Região, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais 2007-2013 (Intervir+ e Rumos).



Programa Intervir+

Projectos Públicos

Nome do Projecto: Reforço e Modernização das Capacidades Laboratoriais de Ensaios de Engenharia Civil

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

Nome do Beneficiário: LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: RAM / Localizado no Funchal

Custo Total do Projecto: 1.527.429,57€

Custo Elegível do Projecto: 1.295.194,53€

Fundo Comunitário: 1.036.155,62€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 259.038,91€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O presente projecto visa consolidar e reforçar a infra-estrutura laboratorial do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), estando prevista uma intervenção no Laboratório de Química (aquisição de equipamento, acessórios e material de apoio, aquisição de um sistema de gestão da informação laboratorial, aquisição de fontes de alimentação ininterrupta para segurança dos trabalhadores, equipamentos e instalações e actuação na área de recursos técnicos e apoio técnico) e uma no Laboratório de Materiais de Construção e de Vias de Comunicação (aquisição de equipamentos, acessórios e material de apoio, software de apoio a pareceres técnicos). O objectivo principal do projecto consiste no exercício da actividade de investigação do LREC com maior qualidade, promovendo a melhoria contínua, alargar o âmbito de actuação a outras áreas que começam a ser relevantes e garantir uma utilização mais eficiente dos recursos e das tecnologias.



Nome do Projecto: MAR - Madeira Artistas em Residência

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

Nome do Beneficiário: Porta33 - Associação Quebra Costas Centro de Arte Contemporânea

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Funchal

Custo Total do Projecto: 412.809,00€

Custo Elegível do Projecto: 367.990,00€

Fundo Comunitário: 294.392,00€

OU (Outras fontes de financiamento): 73.598,00 €

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O projecto irá potenciar uma utilização inovadora da experiência acumulada pela Porta 33 e do seu acervo de obras de arte (Colecção Internacional de Desenho da Madeira *Corporate Services*), ao inserir, tratar e divulgar esse conjunto de bens e saberes numa rede muito mais ampla de utilizadores, através das novas tecnologias e realizando sobre os mesmos um intercâmbio duradouro de artistas críticos e instituições, o que vem valorizar a dinâmica local das actividades culturais no domínio das Artes Plásticas. Visa, ainda, enriquecer o património cultural da RAM, criar conteúdos culturais, bem como, difundir conhecimentos de arte e cultura.



Dos projectos indicados como promissores de boas práticas, foram seleccionados onze projectos co-financiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Nome do Projecto: Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava
Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo III - Desenvolvimento Sustentável
Nome do Beneficiário: Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Região de Intervenção do Projecto: RAM
Custo Total do Projecto: 1.641.600,00€
Custo Elegível do Projecto: 1.313.280,00€
Fundo Comunitário: 1.036.155,62€
(OR) Participação do Orçamento Regional: 328.320,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O dispositivo que os bombeiros da RAM dispunham, aquando da apresentação desta candidatura, necessitava de sofrer alterações relativamente à sua capacidade operacional de protecção à floresta na luta para a preservação e conservação do coberto vegetal. Apresentando a Ilha mais de 75% de floresta, em que cerca de 25% é reserva Biogenética da Europa e Património Mundial da UNESCO, a sua afectação por meio de fogos florestais acarretaria, não só uma perda individual de bens e pessoas, mas também uma perda colectiva com graves repercussões imediatas na qualidade de vida dos seus habitantes, de forma directa ou indirectamente em todos aqueles que nos procuram por esse equilíbrio biofísico e pelos espaços naturais de grande apetência turística. Assim, o projecto teve como objectivo assegurar a continuidade da eficácia do dispositivo instalado, modernizando-o e aumentando a sua capacidade de resposta, evitando que os incêndios florestais possam originar situações de grave perigo, catástrofe ou calamidade pública, para locais e visitantes, com repercussões no turismo e na economia regional. O principal objectivo deste projecto foi dotar as corporações de bombeiros das áreas florestais mais sensíveis e importantes de capacidade operacional para a protecção e defesa da floresta.



Nome do Projecto: Electronicgovernment@E-island.ram - MADFDR-01-0326-FEDER-000004
Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento
Nome do Beneficiário: Direcção Regional para a Administração Pública no Porto Santo
Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Região de Intervenção do Projecto: Porto Santo
Custo Total do Projecto: 1.330.000,00€
Custo Elegível do Projecto: 1.064.000,00€
Fundo Comunitário: 294.392,00€
OU (Outras fontes de financiamento): 266.000,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O projecto pretende enquadrar-se no paradigma actual da Globalização, na sua vertente da Sociedade de Informação e do Conhecimento, baseada na Estratégia de Lisboa. Pretende apresentar ao cidadão serviços ágeis e fiáveis, no âmbito do Governo Electrónico (e-Gov), através de um Portal do Cidadão, baseando-se numa rede em fibra óptica, numa Intranet e num sistema de Apoio à Decisão, através da implementação de uma infra-estrutura de rede de alto débito em Fibra Óptica, entre os vários edifícios da DRPS, de forma a suportar serviços de alta disponibilidade. Os objectivos deste projecto são a modernização e normalização de todos os Serviços da DRAPS, nomeadamente através da implementação uma Intranet através da normalização de processos; integração de todos os sistemas de informação existentes e a adquirir (Back-Office); criação de uma camada intermédia de negócio no Back-office, normalização e automatizando procedimentos; implementação de um Sistema Interno de Apoio à Decisão (Datawarehouse); implementação de conteúdos e serviços on-line, ágeis e modernos ao cidadão – Portal do Cidadão; e, na integração do Portal do Cidadão com os serviços, tanto existentes como a criar na Loja do Cidadão.



Programa Intervir+

Projectos Públicos

Nome do Projecto: Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo da Visconde Cacongo - Santa Maria Maior

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo IV - Coesão Territorial e Governação

Nome do Beneficiário: SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Santa Maria Maior / Funchal

Custo Total do Projecto: 1.145.784,09€

Custo Elegível do Projecto: 1.116.148,29€

Fundo Comunitário: 892.918,63€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 223.229,66€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): A obra de redimensionamento deste estabelecimento escolar inclui a construção de novas salas de aula e salas de apoio geral: duas salas de pré-escolar, duas salas de actividades curriculares e três salas para actividades complementares. Será ainda remodelada a cozinha, o refeitório e as instalações sanitárias. As obras permitem ainda a requalificação dos espaços exteriores, com zonas ajardinadas, a construção de um parque infantil, espaços de recreio cobertos e um campo de jogos e respectivos balneários. Refere-se este projecto à Empreitada a ser levada a efeito pelo Governo Regional da Madeira, através do Concurso para as obras de ampliação e redimensionamento da Escola Básica com Pré-escolar do Visconde Cacongo, na freguesia de Santa Maria Maior, Concelho do Funchal. Pretende-se com estas obras de requalificação e de ampliação, dotar aquela escola com as condições necessárias para o funcionamento do regime a tempo inteiro, quer para o 1º ciclo, quer para a nova valência pré-escolar, podendo acolher um total de 240 alunos. É um projecto que se insere no programa de requalificação do parque escolar que o Governo Regional da Madeira tem vindo a desenvolver e que visa promover a melhoria das condições de ensino.



Nome do Projecto: Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo do Carvalho e Carreiras - Ponta do Sol

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo IV - Coesão Territorial e Governação

Nome do Beneficiário: SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Ponta do Sol

Custo Total do Projecto: 1.509.777,90€

Custo Elegível do Projecto: 1.439.851,37€

Fundo Comunitário: 863.910,82€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 575.940,55€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): A obra de redimensionamento deste estabelecimento escolar inclui a construção de duas novas salas de aula para o pré-escolar e a requalificação das infra-estruturas existentes. Atendendo aos espaços presentes, criaram-se mais duas salas para além das seis salas existentes, ficando o edifício com duas salas para o pré-escolar, três salas de aula curriculares e duas salas de actividades não curriculares, três gabinetes, uma sala para os professores, uma sala para o pessoal auxiliar, uma sala polivalente/refeitório e dois espaços de recreio coberto. Efectuou-se uma reestruturação da cozinha/dispensa, do refeitório e das instalações sanitárias alunos/pré-escolar/professores/pessoal auxiliar/deficientes. E, ainda, foi efectuada a requalificação dos espaços exteriores, com zonas ajardinadas, a construção de um parque infantil, espaços de recreio cobertos e um campo de jogos (44x22m) e respectivos balneários. A área bruta de construção é de 1.160,00 m².



Dos projectos indicados como promissores de boas práticas, foram seleccionados onze projectos co-financiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Nome do Projecto: Redimensionamento da Esc. Bás. do 1º Ciclo do Campo de Baixo - Porto Santo

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo IV - Coesão Territorial e Governação

Nome do Beneficiário: SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Porto Santo

Custo Total do Projecto: 1.717.356,01€

Custo Elegível do Projecto: 1.688.310,86€

Fundo Comunitário: 1.350.648,69€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 337.662,17€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): Este projecto refere-se às obras de Redimensionamento da Escola Básica do 1º Ciclo do Campo de Baixo, localizado na Ilha do Porto Santo. Pretende-se com a referida ampliação, dotar a escola com melhores condições ao nível dos espaços interiores e exteriores, de modo a poder funcionar em regime de “escola a tempo inteiro. A execução deste projecto visa o Redimensionamento do edifício escolar já existente, nomeadamente:

- No 1.º piso foi criado um novo espaço de convívio/refeitório mais amplo, a cozinha foi reformulada/ ampliada, foram substituídas as instalações sanitárias existentes e criadas novas, para pessoas com deficiência e alunos do pré-escolar. Neste piso mantêm-se as duas salas já existentes, onde uma será adaptada para o pré-escolar com um novo espaço de vestiário e arrecadação e a outra para informática.

- O 2.º piso foi ampliado com mais uma sala de aula, com novas instalações sanitárias e uma arrecadação, para além das duas salas de aula já existentes e dos dois gabinetes de trabalho. Ao nível dos arranjos exteriores foi criado um novo campo de jogos, com as dimensões de 44m x 22 m, com bancadas e balneários de apoio, um espaço de parque infantil, zonas de recreio coberto e descoberto, espaços verdes e um parque de estacionamento.

- A área bruta do edifício é de 1.198.30m² e a área de recreio coberto de 257m².

É um projecto que se insere no programa de requalificação do parque escolar que o Governo Regional da Madeira tem vindo a desenvolver e que visa promover a melhoria das condições do ensino.



Nome do Projecto: Recuperação Urbanística do Concelho da Ponta do Sol

Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação

Nome do Beneficiário: ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Ponta do Sol

Custo Total e Elegível do Projecto: 367.000,00€

Fundo Comunitário: 293.600,00€

OU (Outras fontes de financiamento): 73.400,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): Este projecto visa a reabilitação do ambiente físico das zonas sujeitas a intervenção, no concelho da Ponta do Sol, com a finalidade da sua integração, designadamente nas áreas naturais envolventes, reduzindo o impacto visual das construções degradadas, contribuindo assim para uma melhoria paisagística fundamental para o desenvolvimento turístico sustentado das zonas em questão.

Parte da execução deste projecto é realizada através da efectiva cooperação entre a autarquia da Ponta do Sol e a população.



Programa Intervir+

Projectos Públicos

Nome do Projecto: Recuperação Urbanística do Sítio da Lapeira - Porto Santo
Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo IV - Coesão Territorial e Governação
Nome do Beneficiário: ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Região de Intervenção do Projecto: Sítio da Lapeira - Porto Santo
Custo Total e Elegível do Projecto: 350.000,00€
Fundo Comunitário: 280.000,00€
(OR) Comparticipação do Orçamento Regional: 70.000,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): Este projecto apoia a criação de uma estratégia participativa, no sentido em que, parte do projecto em causa se efectua mediante efectiva cooperação entre a autarquia e a população, tendo em conta que a autarquia entregará os materiais a utilizar na reabilitação exterior das construções degradadas, os quais serão por estas utilizadas na concretização do objectivo deste projecto. Este projecto visa a reabilitação do ambiente físico das zonas sujeitas a intervenção, no sítio da Lapeira no concelho do Porto Santo, com a finalidade da sua integração, designadamente nas áreas naturais envolventes, reduzindo o impacto visual das construções degradadas, contribuindo assim para uma melhoria paisagística fundamental para o desenvolvimento turístico sustentado das zonas em questão.



Nome do Projecto: Recuperação Urbanística do Concelho de Machico
Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação
Nome do Beneficiário: ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Região de Intervenção do Projecto: Machico
Custo Total e Elegível do Projecto: 176.000,00€
Fundo Comunitário: 140.800,00€
OU (Outras fontes de financiamento): 35.200,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): Este projecto apoia a criação de uma estratégia participativa, no sentido em que parte do projecto em causa se efectua mediante efectiva cooperação entre a autarquia de Machico e a população, no sentido em que a autarquia assumirá uma comparticipação dos encargos com os materiais a utilizar na reabilitação exterior das construções degradadas, as quais serão por estas utilizadas, na concretização do objectivo deste projecto.

O projecto visa melhorar as condições de habitabilidade e qualidade de vida da população; valorizar a paisagem e reforçar a imagem turística do destino Madeira; e, contribuir para a fixação das populações.



Dos projectos indicados como promissores de boas práticas, foram seleccionados onze projectos co-financiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Nome do Projecto: Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava
Programa / Eixo: Intervir+ / Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade
Nome do Beneficiário: SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social
Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Região de Intervenção do Projecto: Ribeira Brava
Custo Total do Projecto: 34.146.766,00 €
Custo Elegível do Projecto: 32.214.490,55€
Fundo Comunitário: 16.107.245,27€
Despesa Pública: 32.214.490,55€
OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 16.107.245,28€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O presente projecto visa a construção do “Acesso ao Parque Empresarial da Ribeira Brava”, que terá uma extensão total de 2.524,84 metros e que se insere num amplo plano de desenvolvimento industrial previsto para a zona, onde já foi construído um Parque Empresarial, para o qual esta nova infra-estrutura será o principal acesso à Via Rápida e consequentemente a toda a ilha. O projecto contribuirá para a melhoria das condições de circulação e segurança, permitindo ainda benefícios em termos de diminuição de custos de operação, dada a redução de tempo de percurso relativamente à via existente.



Programa Intervir+

Projectos Privados

Nome do Projecto: Instalação dum centro de rastreio de satélites - Fornecimento de capacidade satelitar

Programa / Eixo: Intervir+ / Sistema de Incentivo QUALIFICAR+ / Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

Nome do Beneficiário: Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Caniçal

Custo Total do Projecto: 86.127.000,00€

Custo Elegível do Projecto: 5.550.000,00€

Fundo Comunitário: 1.387.500,00€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 2.775.000,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): A Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda. (EM), localizada na Zona Franca Industrial da Madeira, foi constituída em 2008 com o objectivo de concretizar este projecto, aprovado no âmbito do Sistema de Incentivos Qualificar+, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Intervir+. Este projecto destina-se à instalação de um centro de rastreio de satélites e ao fornecimento de capacidade satelitar, passando a empresa a dispor de 25 transpondedores* e de 8 estações terrenas; contemplando duas áreas de actuação, designadamente:

1. O rastreio de satélites;
2. A comercialização de capacidade e serviços de telecomunicações por satélite.

O investimento global previsto ascende ao montante de 86.127.000,00€, o qual abrange a realização dos projectos de arquitectura e engenharia, as obras de construção do edifício, a infra-estrutura tecnológica, o equipamento para o centro de rastreio e 25 transpondedores* de satélite (10 banda C e 15 banda Ku).

*Transpondedor – trata-se de um dispositivo de comunicação electrónico complementar de automação e cujo objectivo é receber, amplificar e retransmitir um sinal em uma frequência diferente ou transmitir de uma fonte uma mensagem pré-determinada em resposta à outra pré-definida “de outra fonte”.



Nome do Projecto: Revitalização do processo produtivo

Programa / Eixo: Intervir+ / Sistema de Incentivo QUALIFICAR+ / Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional

Nome do Beneficiário: SIM – Sociedade Insular de Moagens, S.A.

Fundo Comunitário: FEDER / Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Caniçal

Custo Total do Projecto: 564.734,08€

Custo Elegível do Projecto: 414.355,08€

Fundo Comunitário: 93.229,90€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 93.229,89€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O plano de investimento apresentado permitirá suprir as necessidades ao nível da logística, marketing e apoio ao cliente e dos processos internos da empresa. Concretamente, a criação de uma padaria experimental, vai permitir desenvolver produtos mais específicos às reais necessidades e preferências dos seus clientes, principalmente ligados ao sector panificador e de similares de hotelaria e restauração. Com esta ferramenta de ensaios, a SIM, poderá obter e materializar as recomendações dos seus clientes, directamente no processo produtivo, testando de imediato as opções na feitura dos produtos que desenvolve, traduzindo-se este facto numa vantagem competitiva de elevado valor. No plano da logística, a aquisição de mais um veículo completamente adaptado ao transporte e acondicionamento de matérias-primas e produtos acabados, vai permitir uma maior eficiência no transporte, com vista a melhor satisfazer as necessidades dos clientes.



Dos projectos indicados como promissores de boas práticas, foram seleccionados cinco projectos co-financiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Nome do Projecto: Implementação de um Robot Mecânico de Farmácia, um Módulo de Gestão de Filas e de um *Website* com Gestor de Conteúdos e Loja *Online*

Programa / Eixo: Intervir+ / Sistema de Incentivo QUALIFICAR+/Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional

Nome do Beneficiário: EspaçoPharm, Lda.

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Funchal

Custo Total do Projecto: 300.006,90€

Custo Elegível do Projecto: 300.006,90€

Fundo Comunitário: 60.001,38€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 180.004,14€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O projecto de investimento visa a implementação de um robot mecânico de farmácia, um módulo de gestão de filas e de um *Website* com gestor de conteúdos e loja *Online*.



Nome do Projecto: Remodelação de loja - MADFDR-02-0113-FEDER-000019

Programa / Eixo: Intervir+ / Sistema de Incentivo QUALIFICAR+/Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional

Nome do Beneficiário: Ana Maria Catanho, Unipessoal, Lda.

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Funchal

Custo Total do Projecto: 38.792,89€

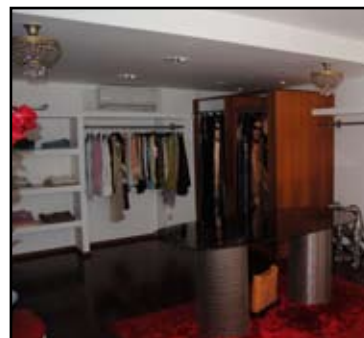
Custo Elegível do Projecto: 6.788,76€

Fundo Comunitário: 6.788,75€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 25.215,38€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O projecto incidirá na modernização e reestruturação de um estabelecimento ligado ao comércio de vestuário para adultos, apostando na modernização de equipamentos e layout, e, também, na competitividade ao nível da qualidade de serviço. Todo o processo de facturação será feito por um terminal Touch Screen com software específico.

A empresa funcionará como uma loja de pronto-a-vestir. Como tal, utilizará mercadorias, sobretudo, ao nível do vestuário, com marca de qualidade a adquirir em fornecedores intracomunitários devido às condições mais vantajosas de preço e qualidade.



Nome do Projecto: Remodelação, modernização e ampliação das instalações da pensão / MADFDR-02-0120-FEDER-000002

Programa / Eixo: Intervir+ / Sistema de Incentivo QUALIFICAR+/Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional

Nome do Beneficiário: Porto Calhau - Serviços Turísticos, Lda.

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projecto: Porto Moniz

Custo Total do Projecto: 1.072.330,33€

Custo Elegível do Projecto: 752.926,34€

Fundo Comunitário: 169.408,43€

(OR) Participação do Orçamento Regional: 169.408,42€

Investimento Privado: 414.109,49€ (sobre o custo elegível) / 733.513,48€ (sobre o custo total).

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados, ...): O objectivo principal deste projecto é dotar a Vila do Porto Moniz de uma infra-estrutura hoteleira que se pretende de 4 estrelas. Pretende-se assegurar uma oferta não só de qualidade, com um posicionamento elevado, mas também diversificado, com zonas de lazer e elevado nível de conforto: SPA (será o primeiro na zona norte da ilha), ginásio e zonas comuns de convívio. A implementação do projecto implicará a aquisição de novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente hardware e software informático. Este investimento reveste-se de uma importância fulcral, pois ele possibilitará a capacidade organizativa sine qua none à actividade regular. Uma das preocupações presentes no projecto é que a tecnologia implementada reflecta o enquadramento do projecto, sendo eficiente e ecológica. É nesse sentido que se procuram equipamentos com eficiência energética, como sejam a caixilharia dupla, os pavimentos flotex, e os sistemas de aquecimento de águas.



Programa Rumos

Eixo I - Educação e Formação

Nome do Projecto: Sistema de Aprendizagem

Programa / Eixo: Rumos / Eixo I - Educação e Formação

Nome do Beneficiário: DRQP - Direcção Regional de Qualificação Profissional

Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu

Região de Intervenção do Projecto: Funchal / RAM

Custo Total do Projecto: 550 973,08€

Fundo Comunitário: 440.778,46€

OR (Complicação do Orçamento Regional): 110.194,62€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): Este projecto, da responsabilidade da Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP), envolve quatro cursos do Sistema de Aprendizagem, nomeadamente: Técnico de Apoio à Gestão, Mecatrónica Automóvel, Técnico de Logística e Manutenção Industrial. Estes cursos destinam-se a jovens que reúnam cumulativamente as seguintes condições: idade inferior a 25 anos e habilitações escolares ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente ou habilitações superior ao 3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente, sem conclusão do Ensino Secundário ou equivalente. Os Cursos de Aprendizagem são cursos de formação profissional inicial, em alternância, dirigidos a jovens, privilegiando a sua inserção no mercado de trabalho e permitindo a continuação dos estudos, regem-se pelos seguintes princípios orientadores:

- Intervenção juntos dos jovens em transição para a vida activa e dos que já integram o mercado de trabalho sem o nível secundário de formação escolar e profissional, com vista à melhoria dos níveis de empregabilidade e de inclusão social e profissional;
- Organização em componentes de formação que visam as várias dimensões do saber, integradas em estruturas curriculares predominantemente profissionalizantes, adequadas ao nível de qualificação e às diversas saídas profissionais;
- Reconhecimento do potencial formativo da situação de trabalho, através de uma maior valorização da intervenção e do contributo formativo das empresas, assumindo-as como verdadeiros espaços de formação, geradores de progressão das aprendizagens;
- A alternância é entendida como uma sucessão de contextos de formação, articulados entre si, que promovem a realização das aprendizagens com vista à aquisição das competências que integram um determinado perfil de saída.



Nome do Projecto: 001095/2010/116 - Educação Especial e Reabilitação

Programa / Eixo: Rumos / Eixo I - Educação e Formação

Nome do Beneficiário: DREER - Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação

Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu

Região de Intervenção do Projecto: Funchal / RAM

Custo Total do Elegível: 449.900,00€

Fundo Comunitário: 359.920,00€

OR (Complicação do Orçamento Regional): 89.980,00€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): Este projecto, da responsabilidade do Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes, da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, visa desenvolver um conjunto de acções de formação e tem como objectivos:

- Proporcionar a formação técnico profissional de jovens e adultos com deficiência e/ou outras necessidades especiais;
- Assegurar aos jovens e adultos com deficiência e/ou outras necessidades especiais, uma formação de base que contemple os seguintes módulos: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), linguagem e comunicação, matemática para a vida e cidadania e empregabilidade;
- Promover o potencial humano através da motivação e da preparação para a integração no mundo do trabalho;
- Dotar os formandos de competências profissionais, através da formação teórica e prática, orientada para as necessidades reais do mercado de trabalho.



Neste Programa foram seleccionados cinco projectos considerados como promissores de boas práticas, co-financiados pelo FSE – Fundo Social Europeu.

Programa / Eixo: Rumos / Eixo I - Educação e Formação

Nome do Beneficiário: EPHTM – Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira

Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu

Região de Intervenção do Projecto: Funchal / RAM

Custo Total Elegível: 340 955,53€

Fundo Comunitário: 269.356,42€

OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 71.599,11€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): O projecto visa proporcionar aos jovens que tendo frequentado o ensino secundário e não o concluíram, o venham a concluir, mais ainda porque o ensino secundário será a escolaridade obrigatória no nosso país, daí que seja imperioso que os nossos jovens o conclua por forma a não serem marginalizados. O projecto possibilita ainda que os jovens obtenham uma qualificação profissional de Nível 3, facultando-lhe a inserção no mercado de trabalho, e neste projecto concreto a formação prática e o estágio curricular têm uma elevada carga horária para facultar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.



Nome do Projecto: Ensino Profissional

Programa / Eixo: Rumos / Eixo I - Educação e Formação

Nome do Beneficiário: CEPAM - Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira

Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu

Região de Intervenção do Projecto: Funchal / RAM

Custo Total do Projecto: 860 353,84€

Fundo Comunitário: 688.283,07€

OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 172.070,77€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): Formação Profissional no domínio das artes do espectáculo – música, dança e teatro. O objectivo é o da oferta de uma alternativa credível de ensino/formação profissional na área das artes de palco, garantindo ao mesmo tempo uma formação artística da melhor qualidade, adaptando-a às necessidades da Região Autónoma da Madeira.



Nome do Projecto: 000941/2009/112 - Ensino Profissional

Programa / Eixo: Rumos / Eixo I - Educação e Formação

Nome do Beneficiário: EPASAS - Fundação Monsenhor Alves Brás

Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu

Região de Intervenção do Projecto: Funchal / RAM

Custo Total Elegível: 285 767,15€

Fundo Comunitário: 228.613,72€

OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 57.153,43€

Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): O projecto tem como principal objectivo investir na formação dos jovens, dotando-os de competências facilitadoras à sua integração na vida activa, tornando-os agentes co-responsáveis na transformação social e ao mesmo tempo corresponder às expectativas das organizações enquadradoras destes profissionais.

Ao longo dos nove anos de existência a FMAB / EP-ASAS tem diversificado a política de parcerias com organizações da rede pública e privada permitindo adquirir um conjunto de mais-valias ao nível das várias áreas formativas em que actua. Neste sentido é de realçar o grande contributo que estas organizações dão na formação em contexto de trabalho (FCT) aos jovens formandos dos cursos profissionais.



Programa Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projecto: Apoio à Contratação (2010)
Programa / Eixo: Rumos / Eixo II – Emprego e Coesão Social
Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas: Instituto de Emprego da Madeira , IP-RAM
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: RAM
Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): O apoio à contratação visa incentivar e apoiar a contratação, sem termo e a tempo inteiro, de desempregados, inscritos no Instituto Regional de Emprego, nomeadamente os grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
Custos globais previstos neste Domínio de Intervenção para 2010:
Custo Total do Elegível: 977.075,10€
Fundo Comunitário: 781.660,08€
OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 195.415,02€

Nome do Projecto: Apoio à Contratação (2010)
Nome do Beneficiário: Centro da Mãe - Associação de Solidariedade Social
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: Funchal



Nome do Projecto: CARAM - Centro de Abate da RAM
Nome do Beneficiário: CARAM - Centro de Abate da RAM.
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: Santo António da Serra, Rochões - Santa Cruz

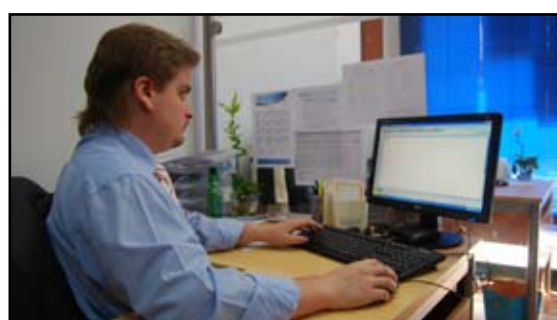


Nome do Projecto: Estágios Profissionais – Privados (2010)
Programa / Eixo: Rumos / Eixo II – Emprego e Coesão Social
Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas: Instituto de Emprego da Madeira , IP-RAM
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: RAM
Descrição do Projecto (objectivos, resultados esperados,...): Este projecto visa possibilitar aos jovens possuidores de qualificação de nível superior ou intermédio um contacto com o mundo de trabalho, de modo a aperfeiçoar as suas competências sócio-profissionais.
Custos globais previstos neste Domínio de Intervenção para 2010:
Custo Total do Elegível: 1.331.079,03€
Fundo Comunitário: 1.064.863,22€
OR (Comparticipação do Orçamento Regional): 266.215,81€

Nome do Projecto: Estágios Profissionais – Privados (2010)
Nome do Beneficiário: Centro da Mãe - Associação de Solidariedade Social
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: Funchal



Nome do Projecto: Estágios Profissionais – Privados (2010)
Nome do Beneficiário: Análise Estatística da Madeira, Lda.
Fundo Comunitário: FSE - Fundo Social Europeu
Região de Intervenção do Projecto: Funchal



Neste Programa foram seleccionados quatro projectos considerados como promissores de boas práticas, co-financiados pelo FSE – Fundo Social Europeu.

Estágios Profissionais – Privados (2010)
Centro da Mãe





Espaço Encerramento



O ano de 2010 é também um ano marcado pelo encerramento dos Programas que estiveram em vigor durante o período de 2000-2006.

Aqui vos damos conta do Programa Plurifundos da RAM 2000-2006 (POPRAM III), o Fundo de Coesão II – 2000-2006 e o Programa INTERREG III-B.

POP RAM III – 2000/2006: o fecho de um ciclo

Unidade de Estudos e Planeamento do IDR

O Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira para o período 2000-2006 (POP RAM III) enquadrado no Eixo 4 - Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Social, do **Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais do Objectivo 1 em Portugal** (QCA III), foi financiado pelos quatro Fundos Estruturais no âmbito da Política de Coesão da União Europeia: Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (**FEDER**), Fundo Social Europeu (**FSE**), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, Secção Orientação (**FEOGA-O**) e Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (**IFOP**). O período de implementação do Programa deu-se por concluído em 30.06.2009, decorrente da prorrogação da data de elegibilidade das despesas autorizada para Portugal.

Os montantes envolvidos por Componente foram:

- Componente FEDER - mobilizou cerca de 475 milhões de euros de recursos comunitários, que possibilitaram assegurar financiamentos totais de cerca de 808 milhões de euros, os quais concretizaram a estratégia regional em matéria de desenvolvimento regional e local.
- Componente FSE - foi a segunda mais representativa em termos de recursos comunitários mobilizados - na ordem dos 107 milhões de euros, permitindo assegurar financiamentos totais na ordem dos 126 milhões de euros na prossecução da estratégia regional de qualificação, emprego e coesão social.
- Componente FEOGA-O - mobilizou recursos comunitários na ordem dos 88 milhões de euros, os quais envolveram financiamentos totais na ordem dos 116 milhões de euros para a consecução da estratégia regional em matéria de desenvolvimento rural.
- Componente IFOP - foi a menos representativa em termos de recursos comunitários mobilizados - cerca de 17 milhões de euros, que permitiram assegurar financiamentos totais de cerca de 21 milhões de euros na concretização da estratégia regional para o sector das pescas.

A dimensão das aprovações registada pelo Programa ultrapassou a programação prevista para 2000-2006. Em termos de gestão financeira, merece referência o facto de todos os Fundos terem registado uma situação de overbooking, implicando que o Programa tenha encerrado com uma taxa de aprovação acima dos 100%, em termos de Despesa Pública e de Fundo. Refira-se que todos os Fundos Estruturais atingiram, no mínimo, 100% de execução, tendo por base a despesa validada, sendo que se prevê garantir tal limiar aquando das últimas certificações de despesa do Programa.

Quadro 1 Situação financeira¹ do Programa 2000-2009

Unidade: Euros

PO/Componente		Programação 2000-2006	Aprovações 2000-2006	Despesa Validada 2000-2006	Despesa Certificada 2000-2006	Aprovação	Despesa Validada	Despesa Certificada
		1	2	3	4	(5)=(2)/(1)*100	(6)=(3)/(1)*100	(7)=(4)/(1)*100
Despesa Pública	FEDER	873.643.845	922.683.050	922.683.050	807.632.706	106%	106%	92%
	FSE	129.789.917	163.487.456	130.054.515	125.830.504	126%	100%	97%
	FEOGA-O	117.633.164	124.919.991	124.365.460	116.398.792	106%	106%	99%
	IFOP	23.070.764	23.069.504	23.066.804	21.329.963	100%	100%	92%
	POP RAM III	1.144.137.690	1.234.160.001	1.200.169.829	1.071.191.965	108%	105%	94%
Fundo	FEDER	521.711.621	542.891.096	542.891.096	475.376.188	104%	104%	91%
	FSE	110.321.000	138.964.337	110.546.338	106.955.929	126%	100%	97%
	FEOGA-O	91.953.000	94.522.639	94.005.058	88.035.558	103%	102%	96%
	IFOP	17.462.000	18.092.824	18.089.007	16.714.747	104%	104%	96%
	POP RAM III	741.447.621	794.470.896	765.531.499	687.082.422	107%	103%	93%

Fonte: IDR

Globalmente, o POPRAM III encerrou atingindo o principal objectivo em termos financeiros, consubstanciado pela plena absorção dos Fundos disponibilizados pela União Europeia. Igualmente os resultados alcançados em termos de indicadores físicos (vd. destaque “Um olhar sobre as realizações do POPRAM III”) traduzem a dinâmica do Programa e a grande adesão por parte dos promotores.

Ao desempenho financeiro e físico do Programa correspondeu um conjunto de resultados muito significativos ao nível dos objectivos do Programa que não podem deixar de ser enfatizados, dados os evidentes ganhos alcançados pela Região nos seguintes domínios: oferta e procura turística; qualificação do território; desenvolvimento científico e tecnológico e dos serviços associados à Sociedade da Informação; acesso aos mercados; nível de qualificação da população, competências e nível educacional global; equidade e integração social; competitividade, emprego e base económica local; assimetrias internas de desenvolvimento; coesão e valorização social; e desenvolvimento integrado da Ilha do Porto Santo. A influência do Programa revelou-se, assim, inquestionável.

Em concordância, a realidade socioeconómica regional, alicerçada inclusive nos resultados do paradigma de desenvolvimento económico e social definido no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) 2000-2006 e nas orientações comunitárias que nortearam o 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), espelha, por um lado, o importante efeito multiplicador dos apoios comunitários disponibilizados no âmbito do QCA III e, por outro, a forma como foram aplicados os recursos financeiros colocados à disposição da Região, que abraçou o desafio de encetar uma trajectória de crescimento e desenvolvimento sustentado, promovendo a todo o momento a coesão social e territorial e o caminhar no sentido da convergência com a média comunitária, não obstante os fortes constrangimentos a que está sujeita, dados os condicionalismos próprios de uma Região Ultraperiférica.

Um olhar sobre as realizações do POPRAM III

O Programa Operacional para o período 2000-2006 constituiu o principal instrumento de prossecução da estratégia de desenvolvimento da Região, para:

- reforçar a competitividade e posicionamento geoestratégico da economia madeirense
- promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano
- assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais

Este instrumento proporcionou à Região condições para apoiar um conjunto de investimentos no sentido do reforço da capacidade de afirmação da economia regional em áreas de especialização estratégicas e da superação de debilidades e insuficiências da base económica e social.

Pretende-se aqui dar a conhecer aquilo que se alcançou com os financiamentos proporcionados pelo Programa.

Realizações no turismo, cultura e lazer

58 projectos ligados ao turismo, cultura e lazer:

- Criação e modernização das infra-estruturas e equipamentos turísticos e de lazer (1 marina, 3 intervenções em planos de praia e 4 piscinas cobertas construídas).
- Valorização do património histórico e da oferta cultural (8 intervenções de valorização/recuperação do património histórico e 2 bibliotecas construídas).
- Promoção da procura turística e apoio a iniciativas no domínio da animação turística (786 acções de promoção e de animação turística, 94 eventos culturais realizados e 4 feiras no Porto Santo).

Realizações em prol da inovação e da sociedade da informação

22 projectos no âmbito da inovação e da sociedade da informação:

- Promoção da acessibilidade e dos serviços e aplicações no domínio da Sociedade da Informação (3 web site e 3 espaços públicos criados com acesso à internet, 2 sistemas de informação geográfica implementados e 2 projectos de instalação e ampliação de rede informática).

POPRAM III – 2000/2006: o fecho de um ciclo

Unidade de Estudos e Planeamento do IDR

- Desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação (7 projectos-piloto apoiados e 1 auditório e centro de conferências/congressos remodelado/ampliado).
- Promoção da Internacionalização (1 estudo e 5 feiras/certames/mostras).

Realizações nas acessibilidades

4 projectos no âmbito das acessibilidades externas:

- Melhoria das ligações rodoviárias aos portos de acesso exterior (1km de rede viária regional construída).
- Melhoria das infra-estruturas e dos serviços de transportes marítimos (Navio de ligação ao Porto Santo e 2 portos).

32 projectos no âmbito das acessibilidades internas:

- Acessibilidades regionais (24,4km de rede viária regional construída e 5Km de rede viária regional beneficiada no Porto Santo).
- Acessibilidades locais (22km de rede viária municipal construída, dos quais cerca de 2Km no Porto Santo e 1km de rede viária municipal beneficiada).

Realizações ao nível da protecção e valorização do ambiente e ordenamento do território

70 projectos associados ao ambiente e ordenamento do território:

- Melhoria dos sistemas de informação e de apoio à gestão ambiental (2 instalações/reconversões de estruturas de monitorização e 109 unidades de recolha e avaliação de dados e de produção de energias renováveis).
- Requalificação do ambiente urbano e da paisagem (8 zonas urbanas recuperadas/reconvertidas).
- Ordenamento da orla costeira e de cursos de água (1 porto remodelado e 15 linhas de água (ribeiras) objecto de acções de correcção torrencial).
- Infra-estruturas de saneamento básico (6.850 contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados e 158 equipamentos de recolha de resíduos adquiridos, 9 ETARs construídas e 1 outra remodelada/ampliada, 260 km de redes de drenagem de águas residuais construída e 51 km de redes de drenagem de águas residuais remodeladas/ampliadas).
- Infra-estruturas de abastecimento de água (5 ETAs construídas, 70 km de redes de abastecimento de água construídas e 87 km de redes de abastecimento de água remodeladas/ampliadas).

Realizações em competências humanas e equidade social

2.938 projectos no domínio da formação e do emprego:

- Formação Profissional de Adultos Desempregados (90 projectos e 1.127 adultos desempregados envolvidos).
- Inovação, Ciência e Tecnologia (100 projectos, 1.617 formandos e 633.869 horas de formação).
- Apoio a Indivíduos com dificuldades de inserção (163 acções/projectos e 2.756 indivíduos envolvidos).
- Apoio ao Desenvolvimento Local do Emprego e Fomento do Espírito Empresarial (1 acção).
- Formação de Activos (2.898 acções/projectos, 26.200 funcionários públicos e 19.001 outros activos envolvidos).
- Apoio à Inserção e Reinserção Profissional de Desempregados (4.624 beneficiários, 1.948 postos de trabalho, 25 clubes de empregos apoiados e 3 acções de formação inicial e contínua de animadores).
- Apoio à Inserção ou Reinserção no Mercado de Trabalho de Pessoas Desfavorecidas (115 beneficiários e 2 postos de trabalho).
- Apoio à Inserção de Beneficiários do Sistema de Protecção Social (1.866 beneficiários e 546

postos de trabalho).

- Apoio ao Desenvolvimento Local do Emprego e Fomento do Espírito Empresarial (305 beneficiários, 300 postos de trabalho, 1 acção e 12 desempregados abrangidos).
- Formação de Formadores e Professores (835 projectos/acções, 2.412 formadores e 13.948 professores envolvidos).
- Qualificação de jovens fora do sistema de ensino (457 projectos e 6.716 jovens envolvidos) e dentro do sistema de ensino (172 projectos e 3.067 jovens envolvidos).
- Apoio à produção de recursos e materiais didácticos e certificação de conhecimentos e competências adquiridas ao longo da vida (83 projectos).

Realizações na agricultura e no desenvolvimento rural

708 projectos no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural:

- Modernização e reconversão das explorações agrícolas (56 jovens agricultores abrangidos - 1ª instalação, dos quais 25 mulheres).
- Transformação e comercialização de produtos agrícolas (14 projectos visando a modernização produtiva).
 - Infra-estruturas (390km aquedutos construídos/beneficiados e 50km caminhos novos e melhorados).
- Desenvolvimento tecnológico e demonstração (3 ensaios de demonstração).
- Silvicultura (598ha floresta intervencionada e 1 plano global de prevenção).

Realizações nas pescas e aquicultura

148 projectos no sector das pescas e da aquicultura:

- Ajustamento do esforço de pesca (1.733GT e 5.988KW em embarcações retiradas).
- Outras acções - Modernização da pesca, desenvolvimento de actividades marinhas e outras de interesse para o sector (444GT e 1.706KW em novas embarcações, 40ton/dia em capacidade de congelação e 930ton em capacidade de armazenagem frigorífica).

Realizações em competitividade e eficiência económica

581 projectos apoiando a competitividade e a eficiência da base económica da Região (19 projectos públicos e 562 de natureza privada, dos quais 2 através do Sistema de Incentivos às Acções Promocionais à Exportação de Artesanato e 560 através do Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresariais):

- Incentivos à criação de PME's e à promoção da eficiência empresarial (560 PME, das quais 255 novas empresas).
- Dinamização da envolvente empresarial (1 Sociedade de Garantia Mútua, 1 Fundo de Capital de Risco e 277 acções de promoção de produtos regionais).
- Infra-estruturas de acolhimento das actividades económicas (8 novos parques de actividades económicas, dos quais 1 no Porto Santo, totalizando de área total infra-estruturada 598m²).
- Infra-estruturas energéticas (1 infra-estrutura de aproveitamento hidroeléctrico).

Realizações em prol da coesão e valorização social

41 projectos na área da educação, saúde e inserção e apoio social:

- Infra-estruturas e equipamentos de ensino (14 escolas do ensino básico e 4 piscinas cobertas).
- Infra-estruturas e equipamentos de inserção e valorização social (13 zonas habitacionais reabilitadas, 20.071m² de área de habitação social infra-estruturada e 6.240m² de área bruta de equipamentos de apoio social criada).
- Infra-estruturas e equipamentos de saúde (9 estruturas de saúde pública construídas - centros de saúde e 1 intervenção de readaptação no Centro Hospitalar do Funchal).

Por fim, apresenta-se de seguida, e de forma a abranger todas as Medidas do Programa, um conjunto de projectos co-financiados que importa destacar, pela importância que lhes está associada.

Porto de Recreio da Calheta, da responsabilidade da Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste, S.A., com um investimento elegível de 11.692 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 5.846 mil Euros (50%) representando cerca de 8,0% do total de Despesa Pública realizada na Medida 1.1. Este projecto de investimento permitiu a criação do porto de recreio, com o prolongamento do molhe existente e a construção de um contra-molhe, e simultaneamente do estacionamento automóvel e de uma área verde destinada a implantar mobiliário urbano e jardim. A nível de resultados, contribuiu para melhorar o acesso ao mar e dinamizar as actividades balneares, náuticas e náuticas-desportivas e os serviços complementares de animação turística e de lazer.



Revitalização do Monte, da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social, com um investimento elegível de 2.940 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 1.470 mil Euros (50%) representando cerca de 2,0% do total de Despesa Pública realizada na Medida 1.1, que veio dotar a Freguesia do Monte de uma infra-estrutura que permitiu ordenar o trânsito assim como melhorar o arranjo urbanístico em redor, contribuindo para uma melhoria da organização do tráfego automóvel e das condições de recepção de visitantes, uma vez que esta Freguesia constitui um pólo de interesse turístico.



Introdução de Quatro Autocarros Eléctricos no Funchal, da responsabilidade dos Horários do Funchal, SA, com um investimento elegível de 918 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 459 mil Euros (50%) representando cerca de 2,9% do total de Despesa Pública realizada na Medida 1.2, que consistiu na implementação de um serviço de transportes públicos no centro urbano do Funchal com mini-autocarros eléctricos, de elevada mobilidade e frequência, e de baixo impacte ambiental. Este projecto teve como objectivo geral demonstrar novas tecnologias de transportes e catalisar o interesse pela introdução e desenvolvimento de novos equipamentos de transporte público assentes em tecnologias menos poluentes.



Novo Navio de Ligação ao Porto Santo, da responsabilidade da Porto Santo Line, Lda., com um investimento elegível de 27.434 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 9.053 mil Euros, (60% do valor de incentivo) representando cerca de 31,9% do total de Despesa Pública (15.088.636,38 Euros) realizada na Medida 1.3. Este projecto consistiu na aquisição de um navio pela empresa Porto Santo Line, Lda. para melhorar o transporte marítimo entre o Funchal e o Porto Santo. Em termos de resultados esta nova embarcação permitiu a consolidação de toda uma estratégia de desenvolvimento regional para o Porto Santo, contribuindo decisivamente para uma política correcta e integrada no sector do turismo com os consequentes benefícios para a economia da ilha.



POPRAM III – 2000/2006: o fecho de um ciclo

Unidade de Estudos e Planeamento do IDR



Zona Balnear do Calhau da Lapa - Campanário, da responsabilidade da Secretaria Regional do equipamento Social, com um investimento elegível de 888 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 622 mil Euros (70%) representando cerca de 0,5% do total de Despesa Pública realizada na Medida 1.4. Tratou-se do prolongamento do cais existente, para permitir a acostagem de pequenas embarcações e da construção de um solário localizado na Zona do Calhau da Lapa, Freguesia do Campanário. O projecto visou dotar a freguesia do Campanário com melhores infra-estruturas portuárias e balneares melhorando significativamente as condições existentes permitindo, assim, a acostagem de pequenas embarcações e criando um novo espaço de lazer e atracção turística.



Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - Projecto apoiado pelo FSE no âmbito da Educação e Formação. Este projecto foi da responsabilidade da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, envolvendo um custo total elegível de 286.624,96 Euros e uma comparticipação de FSE de 243.631,22. Com este projecto pretendeu-se implementar um sistema de validação e reconhecimento dos conhecimentos e competências adquiridos pelos indivíduos ao longo da sua vida, atribuindo-lhes uma equivalência escolar.



Doces Tradições - Este projecto foi da responsabilidade da Casa do Povo do Arco de São Jorge, e foi apoiado no âmbito da Medida 1.5, na área do emprego. O investimento total elegível foi de 372.026,73 Euros com uma comparticipação FSE de 276.801,42 Euros. O Instituto de Emprego atribuiu o estatuto de Empresa de Inserção (EI) às Entidades privadas sem fins lucrativos que criem uma estrutura ou forma de organização autónoma na sua Instituição. A EI organizou-se e funcionou segundo modelos de gestão empresarial e adaptou o ritmo e organização do trabalho às características das pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho em processo de inserção. Com o objectivo de inserir no mercado de trabalho 15 pessoas, esta EI inserida na Casa do Povo foi constituída, em cada ciclo, por 5 pessoas desempregadas de longa duração e dedicou-se à produção de doces, pão caseiro e artesanato.

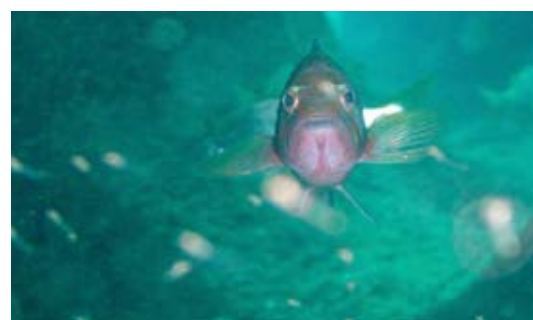


ETA do Santo António da Serra - Projecto da responsabilidade de IGA, S.A. - Investimentos e Gestão da Água, S.A. Teve como objectivo resolver a situação crítica de fraca pluviosidade que a RAM tem vindo a atravessar que, no caso concreto do Santo da Serra, muito tem contribuído para uma contínua redução da produtividade das captações subterrâneas aí existentes e com consequências no sector do abastecimento público de água potável. O investimento total atingiu o montante de 698.040,78 Euros e um montante FEDER de 418.824,47 Euros. Este projecto teve enquadramento na Medida 1.6 - Melhoria do Abastecimento Público de Água Potável.

Criação de Nova Unidade da Licoraria Cliper - Investimento da responsabilidade de J. FARIA & FILHOS, Lda., teve enquadramento na Medida 2.1 do Programa e envolveu um investimento total elegível de 2.117.207,52 Euros e uma comparticipação FEOGA-O de 1.058.603,76 Euros. O projecto a criação de uma nova infra-estrutura e aquisição de novos equipamentos tecnológicos, por forma a ter uma melhor capacidade de resposta em relação às necessidades e exigências do mercado regional, assim como, capacidade para investir em novos mercados, ou seja, cimentar a liderança no mercado e aumentar os factores de competitividade.



Implementação do Recife Artificial da Ponta Pequena - Projecto apresentado pela SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direcção Regional de Pescas à Medida 2.2 - Pescas e Aquicultura. Este projecto envolveu um custo total elegível de 4.544.072,70 Euros e uma comparticipação IFOP de 3.862.461,80 Euros. O projecto propôs-se o repovoamento costeiro das áreas circundantes, com impacto positivo no aumento da biomassa do pesqueiro do Mar do Meio. Mitigação dos efeitos da extracção de areias do fundo marinho, com consequente recuperação do substrato e dos ecossistemas marinhos típicos da zona.



Aproveitamento dos Fins Múltiplos dos Socorridos - Transformação do Sistema de Inverno em funcionamento reversível - Transferência do Sistema de Inverno em Funcionamento Reversível, da responsabilidade da Empresa de Electricidade da Madeira, SA, com um investimento elegível de 32.395 mil Euros e uma comparticipação FEDER 16.198 mil Euros (50%) representando cerca de 37,3% do total de Despesa Pública realizada na Medida 2.3. Este investimento desenvolveu-se sobretudo na Central Hidroeléctrica dos Socorridos, integrada no Aproveitamento de fins Múltiplos dos Socorridos, que é tipicamente uma central de Inverno desempenhando um papel importante, sob o ponto de vista energético, no sistema electroprodutor da RAM, apesar de ser altamente dependente das afluências de Inverno na medida em que não tem regularização. Esta Central está dotada de 3 grupos geradores de 8 MW, disponibilizado a potência máxima de 24 MW, contudo, como se encontra limitada a uma câmara de carga de 7500 m3 a sua contribuição para garantia de potência é praticamente nula no Inverno e inexistente no Verão. O presente projecto criou as condições necessárias e suficientes para a utilização da potência instalada na central, no corte de pontas e potência girante, num período mínimo diário de quatro horas, de forma a constituir uma peça chave no sistema electroprodutor da RAM. O projecto visou o abastecimento público de Água, irrigação e satisfação de potência.



POP RAM III – 2000/2006: o fecho de um ciclo

Unidade de Estudos e Planeamento do IDR



Abertura de uma Farmácia no Curral das Freiras - Este projecto foi aprovado no âmbito do SIPPE, e consistiu na abertura de uma nova farmácia no Sítio das Casas Próximas - Curral das Freiras - concelho de Câmara de Lobos. Este projecto foi da responsabilidade da Farmácia do Vale Verde, Unipessoal, Lda., envolvendo um custo total elegível de 137.443,90 Euros e uma participação FEDER 38.484,29 Euros. O projecto de investimento contemplou para além de obras de remodelação do espaço, a aquisição de vários equipamentos, nomeadamente informáticos, segurança, central telefónica, gôndolas expositoras, balcões. Este investimento incorporou igualmente um conjunto de equipamentos obrigatórios, por imposição legal, para o exercício de uma actividade de farmácia e surge da importância de proporcionar aos clientes respostas eficazes às necessidades apresentadas.



Via Expresso Machico Faial - Troço Serrado/Longueira - da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social - SRES, com um custo total elegível de 28.431.480,13 Euros e uma comparticipação FEDER de 14.215.740,07 Euros. O projecto integrou-se na Via Expresso Machico/Faial, e diz respeito à execução de dois túneis e uma obra de arte. Esta via contribuiu para a melhoria das condições de circulação e segurança no acesso Leste ao Norte da Madeira, permitindo benefícios aos utilizadores em termos de melhoria das acessibilidades e diminuição dos custos de operação e circulação.



Escola Básica Bartolomeu Perestrelo - da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social - SRES, com um custo total elegível de 9.799.290,08 Euros e uma comparticipação FEDER de 6.859.503,06 Euros. O projecto foi apoiado na Medida 2.5 e consistiu na construção de um complexo escolar, baseado num projecto-tipo, de forma a responder a um programa para cerca de 60 turmas e 1500 alunos e às exigências de flexibilidade a adaptabilidade a novos programas. Este complexo escolar foi composto por uma unidade com 7 pisos e cerca de 50 espaços de ensino. No âmbito da educação física, o mesmo contemplou a construção de um polidesportivo. A área bruta de construção global do projecto é de 13.767 m², dos quais 10.385 m² estão afectos ao edifício escolar, 2.832 m² ao parque de estacionamento e 550 m² a áreas de apoio.



Reconstrução ER 111 entre Hotel do Porto Santo e Calheta - Porto Santo, da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social, com um investimento elegível de 3.227 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 1.775 mil Euros (55%) representando cerca de 32,5% do total de Despesa Pública realizada na Medida 2.6, que consistiu na reconstrução de um troço da ER 111, com uma extensão de 5,0 km, situado entre o Hotel do Porto Santo e Calheta. O projecto visou melhorar as infra-estruturas de circulação e segurança rodoviária contribuindo deste modo para a valorização das infra-estruturas urbanísticas numa zona de importante expansão turística da ilha do Porto Santo.



Fundo de Coesão II

Sector ambiental – O Sector mais beneficiado com 115 milhões de euros

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR

Com a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (UE) e, em particular, com a publicação do Regulamento (CE) nº 1164/94, em 16 de Maio de 1994, que foi definitivamente instituído o Fundo de Coesão, que se aplica aos Estados-Membros cujo PNB (Produto Nacional Bruto) per capita é inferior a 90% da média comunitária, sendo actualmente 13 os Estados da Coesão, incluindo Portugal e os 10 novos Estados-Membros da UE.

O Fundo de Coesão, que actua em complementaridade com os restantes fundos comunitários, especialmente os Fundos Estruturais, apoia financeiramente projectos que contribuam para a realização dos objectivos fixados no Tratado da UE, nos domínios do Ambiente e das Redes Transeuropeias de Infra-estruturas de Transportes.

De acordo com a legislação nacional de aplicável compete ao Instituto de Desenvolvimento Regional a Gestão Sectorial para a Região Autónoma da Madeira (RAM), dos investimentos realizados na Região com o apoio financeiro do Fundo de Coesão.

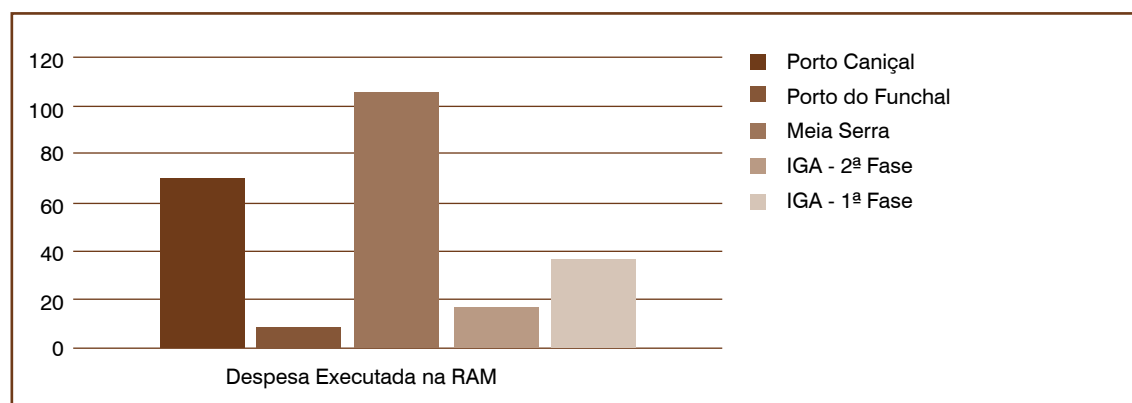
O Fundo de Coesão da União Europeia, respeitante ao período 2000-2006 e que habitualmente se designa por FC II (por conexão ao II Quadro Comunitário de Apoio - QCA), tem consignado para a Região Autónoma da Madeira um apoio financeiro total de 171 milhões de euros, distribuídos por um conjunto de 5 importantes projectos infra-estruturais, dois no sector dos transportes marítimos e 3 no sector do ambiente (resíduos sólidos e recursos hídricos), conforme se discrimina no quadro seguinte.

Milhões de Euros

Projectos Aprovados por Sector	Montantes Aprovados			Montantes Executados		
	Despesa Total	Apoio Fundo Coesão	Taxa Apoio	Despesa	Fundo Coesão	Taxa Execução
Transportes	94,9	56,2	59,2%	80,91	47,40	84,3%
Infraestruturas Portuárias do Caniçal	71,4	41,4	58%	71,29	41,35	99,9%
Modernização e Reordenamento do Porto do Funchal	23,5	14,8	62,92%	9,61	6,05	41,0%
Ambiente	166,6	115,0	69,0%	162,64	112,13	97,5%
Unid. de Valorização de RSU da Ilha da Madeira - 2.ª Fase	107,6	71,9	66,78%	106,6	71,1	98,9%
Gestão Optimizada da Água na RAM - 1.ª Fase	39,7	29,0	73%	38,60	28,30	97,5%
Gestão Optimizada da Água na RAM - 2.ª Fase	19,3	14,1	73,22%	17,43	12,73	90,5%
Total - RAM	261,5	171,2	65,5%	243,5	159,5	93,2%

Em termos de apoio comunitário concedido, o sector ambiental foi mais beneficiado pois os 115 milhões aprovados representam 67% do volume de financiamento total no período 2000-2006, sendo no entanto comparável e equilibrado o contributo de todos os projectos apoiados para o reforço da coesão económica e social da Comunidade Europeia, objectivo do Fundo de Coesão estipulado no art. 1.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 1164/94, de 16/05.

Execução de Projectos até Junho de 2010



De entre os investimentos já executados, destaque-se o projecto “**Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha da Madeira - 2.ª Fase**” sobretudo pelo incontestável impacto económico e social para a Região, mas também por se tratar de um projecto cujo financiamento através do Fundo de Coesão já vem do período anterior (1994-1999) pelo que o respectivo volume de financiamento que envolve é muito significativo (até 30-06-2010, a comparticipação FC associada à despesa registada perfaz os 102 milhões de euros) mas também pela importante complementaridade com outros instrumentos de apoio, nomeadamente o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, e o BEI –Banco Europeu de Investimento.

O referido projecto, actualmente da responsabilidade da Valor Ambiente S.A. regista uma taxa de execução de 100% encontrando-se em fase de encerramento, uma vez que ficou concluído física e financeiramente a 30-12-2009.

Integraram este projecto aprovado no Fundo de Coesão II, empreendimentos de relevo, tais como a Remodelação e Ampliação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, o Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo, a Estação de Transferência de Resíduos Sólidos da Zona Leste e a Estação de Transferência de Resíduos Sólidos da Zona Oeste, numa perspectiva de reordenamento do sistema de gestão dos resíduos produzidos nas Ilhas da Madeira e Porto Santo, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente, da saúde pública e da qualidade de vida da população.



Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra (remodelada e ampliada), operacional desde Dezembro de 2003.

Centro de Processamento de Resíduos do Porto Santo, em actividade desde Agosto de 2006.



Fundo de Coesão II Sector ambiental – O Sector mais beneficiado com 115 milhões de euros

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR

Outro importante projecto de investimento participado em 41,35 milhões de euros pelo Fundo de Coesão II foram as “**Infra-estruturas Portuárias do Caniçal**”, que ficaram concluídas em Dezembro de 2009, encontrando-se o respectivo Relatório Final nos serviços da Comissão Europeia para apreciação e aprovação a que se seguirá o pagamento do saldo final à entidade executora, APRAM, S.A.

Integraram o referido o projecto diversas empreitadas entre as quais a construção do “Edifício de Apoio à Infra-estrutura Portuária”, a “Ampliação do Molhe Exterior - 3.ª Fase” (incluiu trabalhos de alargamento da 2.ª fase e a extensão do cais em mais 350,6 metros), uma obra designada por Trabalhos Complementares no Porto que incluiu a construção a poente de uma de área de terrapleno de 16.500m² e uma rampa roll-on-roll-off com uma largura de 29 metros e ainda a ampliação do terminal para Nascente e para Poente que veio dotar o Porto Comercial de um cais acostável com 400 metros.

Foi também financiada pelo Fundo de Coesão através do referido projecto a construção do novo acesso rodoviário ao porto do Caniçal, composto por três faixas de rodagem e por duas passagens superiores, incluindo ainda uma rotunda e o alargamento da ER 109.



Ampliação para Poente do Cais de Contentores do porto do Caniçal (após o que ficou com uma área total de 30.000m²).



Ampliação (20.800m²) para Nascente do Terrapleno do Porto do Caniçal para estacionamento de viaturas pesadas e cargas especiais.

Uma das perspectivas da Empreitada de Construção do Novo Acesso ao Porto do Caniçal.





Outro projecto de investimento participado em 14,76 milhões de euros pelo Fundo de Coesão e que envolve um investimento no valor de 23,45 milhões de euros é a “**Modernização e Reordenamento do Porto do Funchal**” que se encontra ainda em execução, pese embora a sua principal empreitada “Gare Marítima Internacional”, adjudicada por 12,8 milhões de euros, esteja já praticamente concluída.

Este Projecto integra no entanto um diverso conjunto de outras intervenções entre as quais a execução das infra-estruturas básicas do porto, o reordenamento das áreas portuárias do porto relacionadas com o anterior cais e parque de contentores, a aquisição de um sistema de desembarque de passageiros, a aquisição de um sistema de segurança e vigilância, a aquisição de equipamento para atracação de navios, a recuperação do cais norte do porto e a reabilitação do muro cortina do terminal sul e ainda a construção do sistema de abastecimento de combustíveis a navios e da respectiva rede eléctrica e de iluminação.

O principal objectivo deste projecto consiste em concretizar, relativamente ao porto do Funchal, aquilo que se previu no Programa de Desenvolvimento e Modernização das Infra-estruturas Portuárias da RAM, cujo objectivo principal era a transferência das funções comerciais de mercadorias do porto do Funchal para o porto do Caniçal, e a consequente especialização do porto do Funchal como porto de passageiros e turismo.

Com a realização das acções previstas na candidatura aprovada, perspectiva-se promover a melhoria da capacidade e das condições de acolhimento do porto do Funchal contribuindo assim para a dinamização da actividade turística da Região Autónoma da Madeira.

Quanto aos dois projectos da responsabilidade da IGA, S.A. respeitantes às “**Infra-estruturas para a Gestão Optimizada na RAM**, 1.^a Fase e 2.^a Fase, implicam um investimento elegível global na ordem dos 58,9 milhões de euros e são participados pelo Fundo de Coesão em 43 milhões de euros (73,15%) envolvendo um vasto conjunto de sub-projectos dispersos pelo território da RAM.

Das intervenções incluídas na 1.^a Fase e, já concluídas, destaque-se as respeitantes às Águas Residuais Porto Santo, às Bacias de Infiltração do Paúl da Serra, à Ampliação do Aproveitamento Hidráulico dos Tornos, à Ampliação do Aproveitamento dos Socorridos e à Ampliação do Sistema Adutor Funchal-Machico.

Na 2.^a Fase, ainda em curso, integram-se também diversas intervenções tais como a Remodelação e Ampliação do Sistema Adutor das Rabaças, assim como do Sistema Adutor e de Tratamento de Câmara de Lobos, do sistema Adutor Camacha – Santo da Serra, a Recuperação e Ampliação do Lanço-Norte dos Tornos e ainda a Remodelação e Ampliação do Sistema de Telegestão – 2.^a Fase.

De realçar que todos os investimentos previstos pela IGA nas duas candidaturas, já executados ou ainda em execução, são articulados e complementares entre si, confluindo para um objectivo fundamental comum que é o de contribuir o reforço e melhoria dos serviços de distribuição de água, a compatibilização dos sistemas adutores em alta com as redes de abastecimento, a introdução de sistemas de monitorização de perdas e a telegestão de forma a racionalizar e otimizar a exploração do sistema e em última instância a protecção e preservação dos recursos hídricos.

Programa INTERREG III-B com boa execução global



Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR

O Programa de Iniciativa Comunitária **INTERREG III - Vertente B - Espaço Açores-Madeira-Canárias**, agora em fase final de encerramento, destinou-se à cooperação transeuropeia no sentido de apoiar, a uma **taxa de 85% do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)**, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu, principalmente da área que envolve as 3 regiões ultraperiféricas, Açores, Madeira e Canárias.

Com uma dotação **FEDER de 65 M€**, repartidos pelos Açores e Madeira e por 4 períodos de candidatura, que decorreram entre 2002 e 2005, o nível de execução global do Programa é muito bom, situando-se actualmente muito próximo dos 92%, circunstância esta que o coloca numa performance muito acima da média dos restantes programas de cooperação, e sobre o qual ainda se perspectiva um **fecho em torno dos 95%**.

Nesta fase final do Programa, podemos retirar um conjunto de conclusões que suportam e justificam o sucesso deste Programa e a sua necessidade de continuação, principalmente se tivermos em consideração uma série de aspectos, como o vasto leque de domínios de intervenção abordados, os seus principais resultados no contexto da Europa e muitos benefícios que a cooperação trouxe para a Região Autónoma da Madeira (RAM).

No contexto global foram apoiados 166 projectos que envolveram entidades da RAM e abrangeram áreas, como: Ordenamento do território, Desenvolvimento urbano e rural, Transportes e comunicações, Sociedade da informação e a investigação e o desenvolvimento, Promoção da cooperação e Valorização e a gestão sustentada dos recursos naturais e culturais.

As regiões dos Açores, Madeira e Canárias, obtiveram os principais **resultados no contexto europeu:**

- Aumento da visibilidade conjunta dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias na União Europeia e no seu contexto geográfico entre os continentes, com participação de parceiros de outros países em 44 dos 220 projectos executados no âmbito de todo o Programa;
- Aumento do conhecimento mútuo das instituições e dos actores socioeconómicos das três regiões ultraperiféricas, que eram praticamente desconhecidas entre si até ao início do programa;
- Criação e consolidação de parcerias entre entidades que executaram projectos conjuntos;
- Mais-valias provenientes da aplicação comum de novas experiências, abordagens e metodologias, em questões que caracterizam as regiões ultraperiféricas, contribuindo deste modo para o desenvolvimento e a coesão territorial dos 3 arquipélagos.

A Região Autónoma da Madeira pôde retirar deste apoio comunitário um vasto conjunto de benefícios, graças aos apoios concedidos a inúmeros estudos, acções de formação diversa, troca de Know-How, eventos de informação, de sensibilização e de promoção, projectos-piloto em várias áreas de intervenção, implementação de novas metodologias e estratégias sobre temas operacionais e prioritários e estabelecimento de redes e acções de colaboração permanente.

No quadro seguinte apresentam-se alguns desses benefícios por temas de intervenção:

Temas de intervenção	Principais Benefícios para a RAM	Projectos em Destaque
Recursos marinhos	<ul style="list-style-type: none"> Investigação, troca de experiências, concretização de projectos - piloto, na área da aquicultura marinha e dos recifes artificiais. Novas metodologias e intercâmbio de tecnologias de pesca selectiva, estudos biológicos e experiências de comercialização de novos produtos de pesca profunda. 	MARINOVA, MARTEC I, II PESCPROF I, II e III
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Protocolos científicos de estudo conjunto das populações de cetáceos (baleias) e incremento das sinergias, troca de "Know-how", actividades para a monitorização das populações de cetáceos e ainda componente educacional de protecção e conservação deste habitat. Conhecimento científico sobre a produção e comercialização do vinho, através de estudo sobre a elaboração de vinhos e a sua caracterização. Implementação de um banco de germoplasma de espécies vegetais de qualidade para a agricultura. Investigação e promoção da fruticultura e viticultura, nomeadamente do castanheiro e da vinha, melhorando o seu conhecimento e as técnicas para a sua melhor qualidade e rendimento. Rede de Bancos de Biodiversidade da Flora Macaronésica, que incluiu a análise de ADN, micromarcadores reprodutivos e detecção de síndromes e anomalias reprodutivas. 	MACETUS, EMECETUS CARVINMAC e ANTIVINMAC, GERMOBANCO I, II e III, INTERFRUTA I e II, BIOMABANC
Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> Determinação das zonas de recarga e velocidade das águas subterrâneas para definir o modelo hidrogeológico da ilha, e também o modelo de equilíbrio para quantificar as reservas atendendo à Directiva-Quadro 2000/60/CE de Águas. Viabilidade técnica e económica de um sistema de transportes, que através de tecnologias associadas à produção e ao uso do hidrogénio, permite aproveitar os recursos eólicos dos arquipélagos da macaronésia para a produção de hidrogénio; Maximização da penetração das energias renováveis e utilização racional da energia nas ilhas da Macaronésia. 	AQUAMAC I e II ERAMAC I e II HYDROBUS
Clima e meteorologia	<ul style="list-style-type: none"> Novas metodologias para a abordagem do estudo da meteorologia e do clima das regiões insulares e da sua envolvente. Sistema de Monitorização de Dados Meteo-Oceanográficos de apoio às actividades marítimas e marítimo-portuárias. 	CLIMAAT II CLIMARCOST
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do grau de satisfação dos passageiros de cruzeiros, no que concerne a equipamentos de apoio, segurança, protecção e postos de informação turística. Página web multi-funcional destinada aos turistas e ao público em geral, das Regiões dos Açores, da Madeira e das Canárias, que inclui uma central de reservas on-line que é, ao mesmo tempo, um autentico guia turístico. Plano Estratégico destinado à dinamização do Turismo Sustentável na Região Macaronésica. 	INFOPAXMAC MAC-ON-LINE ESTRATUR
Educação	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de instrumentos de auto-aprendizagem de espanhol e português, nos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. Reorganização de processos dos Centros Multimédia da Macaronésia, no sentido de se apoiar a criação e desenvolvimento de mediatecas/centros de informação digital. Combate à desertificação das zonas localizadas no interior das ilhas, apostando no meio rural com recurso ao potencial das TIC. 	MACALINGUA CAME AMERUR
Reinserção social	<ul style="list-style-type: none"> Comercialização de produtos confeccionados por pessoas portadoras de deficiência em centros ocupacionais e de formação. Centros de Economia Solidária, para pessoas com dificuldades de reinserção laboral. Melhoria da Empregabilidade de todas as pessoas em situação de risco de desintegração social. Criação de uma Rede da Macaronésia no âmbito da Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens. 	ALPIZPA 2002 CORES ESCALA VIOLETA
Saúde e assuntos sociais	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede virtual de tele-medicina para a prestação de serviços de saúde, entre os serviços hospitalares de terceiro nível das regiões ultraperiféricas da Macaronésia. Criação de uma Rede Transnacional de Transporte e Comunicação de Imagens Radiológicas e informação, dos pacientes atendidos nos centros Hospitalares de Madeira, Canárias e Açores com os Centros de Saúde e os Centros de Cuidados Especializados destas, nas Regiões da Macaronésia. Plano de medidas sociais, com o objectivo de melhorar a gestão e a organização dos serviços de Acção Social na Região Autónoma da Madeira. Instalação de uma rede de Comunicação remota com elementos de Robótica baseada nas telecomunicações e informática, permitindo em tempo real a ligação dos centros hospitalares da Macaronésia, a qualquer hospital do mundo. 	MEREMA SAMAC PMAS CIRUMAC
Segurança e protecção civil	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de uma rede de comunicações TETRA, que permitiu satisfazer as necessidades de comunicação dos serviços de emergência, de defesa e segurança. Criação de uma rede de apoio mútuo de formação e cooperação no desenvolvimento e gestão de planos de contingência e de emergências sanitárias colectivas de resposta imediata e eficaz em caso de catástrofes na Macaronésia. 	TETRA-CAM PLESCAMAC
Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> Estudo do Ambiente Propício ao Empreendedorismo identificando novas oportunidades de Negócio para os Jovens Empresários da Macaronésia. Criação e desenvolvimento de uma Rede de Negócios e de Competências das empresas das regiões ultraperiféricas da Macaronésia. 	CEL GLOCALNET
Património natural e cultural	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede de trilhos homologados e integrados nos recursos patrimoniais de cada região e promoção do "Turismo de Pedestrianismo". Inventário do Património Fotográfico e edição de um Roteiro dos Arquivos Fotográficos. Crítérios de gestão ambiental racional, nos portos da região da macaronésia. Sistema de gestão via Internet, para difusão e valorização do Património Histórico e Cultural da Madeira e de Gran Canária. 	TOURMAC I e II MEDIAT I e II GARP PATRI-NET
Mobilidade e transportes	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de mobilidade de passageiros nos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. Sistema Automático de Identificação para a Navegação Marítima na Macaronésia, que consiste numa Rede de Estações Terrestres AIS protegidas. 	MOVIECAM MACAIS e REDAIS
Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de elementos cartográficos de apoio ao planeamento, à gestão local e ao ordenamento do território. Implementação de sistemas de gestão de expedientes e cadastro e de planificação territorial para os Gabinetes Regionais e Municipais. Implementação de um sistema de Informação para a análise das Estatísticas de Conjuntura Económica, um instrumento importante para a avaliação da realidade económica da Região. 	CARTOGRAF I, II e III GABITEC I, II e III DAMARECE

Programa INTERREG III-B com boa execução global

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR

A título de exemplo de boas práticas e para além dos projectos já destacados nas anteriores edições desta revista (projectos TETRA-CAM, PESCPROF I,II e III e GERMOBANCO I, II e III), considera-se ser ainda de realçar mais alguns projectos dado o seu contributo para o sucesso desta cooperação.

No tema de intervenção relativo aos recursos marinhos destacam-se os projectos **MARINOVA e MARTEC I**, e II, da Direcção Regional das Pescas, relacionados com a Investigação, troca de experiências, concretização de projectos - piloto, na área da aquicultura marinha e dos recifes artificiais, e que tiveram uma comparticipação FEDER de 800 000,00€, registando uma taxa de execução final de 95% .



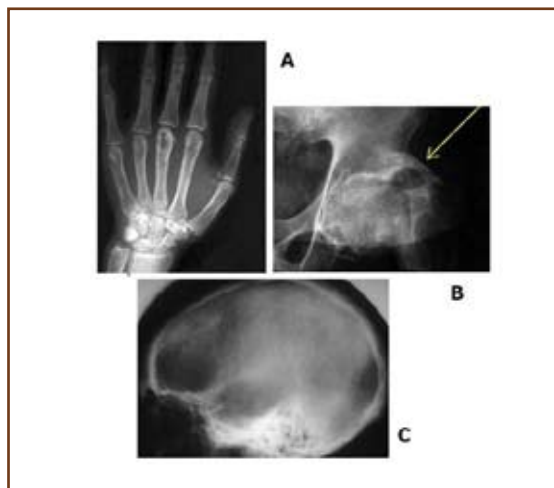
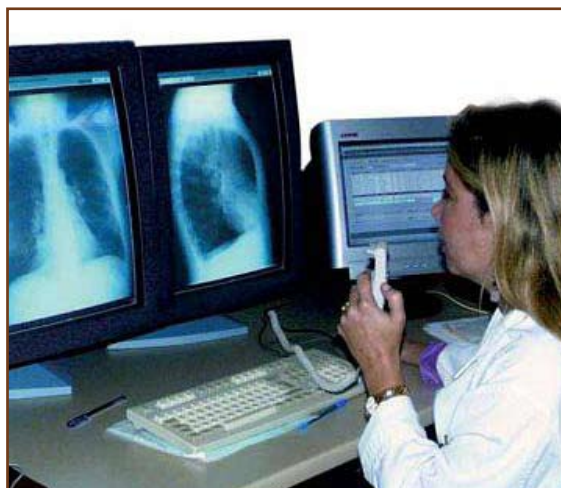
Colheita dos ovos (A- Colector de ovos; B- Recolha dos ovos com um crivo; C- rede com os ovos; D- Balde de recolha).

Detalhe das caixas de transporte existentes na lanca



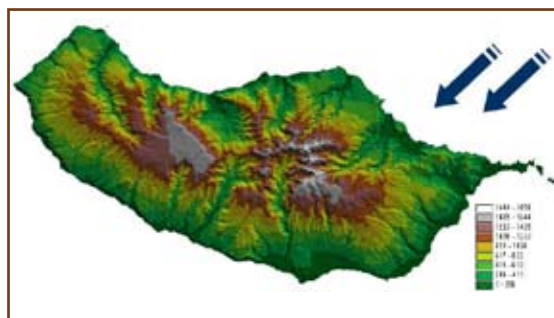
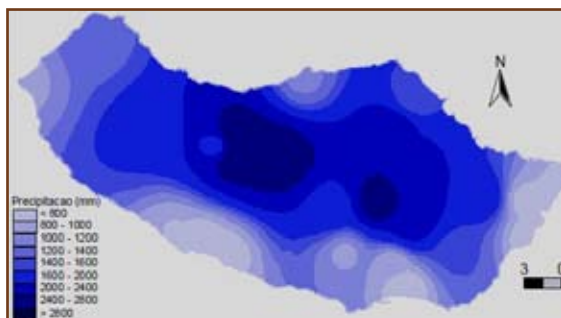
Retirada dos peixes das caixas da lanca e transferência para a jaula "Farmocean".

A Saúde e assuntos sociais foi também uma das áreas onde o programa se destacou, com os **projectos MEREMA e SAMAC** do Serviço Regional de Saúde, relativos à criação de uma rede virtual de tele-medicina para a prestação de serviços de saúde, entre os serviços hospitalares de terceiro nível das regiões ultraperiféricas da Macaronésia e de uma Rede Transnacional de Transporte e Comunicação de Imagens Radiológicas e informação, dos pacientes atendidos nos centros Hospitalares de Madeira, Canárias e Açores com os Centros de Saúde e os Centros de Cuidados Especializados destas, nas Regiões da Macaronésia. A comparticipação FEDER atribuída foi na ordem dos 910 000,00€ e a taxa de execução final dos projectos foi de 100% .



Transmissão de Imagens Radiológicas e informação dos pacientes.

No domínio das energias renováveis, tivemos com muitos bons resultados, o projecto **AQUAMAC I e II** do **Instituto de Gestão da Água e da Universidade da Madeira**, que permitiram a determinação das zonas de recarga e velocidade das águas subterrâneas para definir o modelo hidrogeológico da ilha, e também o modelo de equilíbrio para quantificar as reservas atendendo à Directiva-Quadro 2000/60/CE de Águas, que tiveram uma comparticipação FEDER de 244 000,00€ e registaram uma taxa de execução final de 100%.



Caracterização espacial da precipitação anual média.



Modelo hidrogeológico

www.idr.gov-madeira.pt/



Espaço Memórias



Com este Espaço pretendemos preservar os valiosos testemunhos de pessoas que no passado trabalharam na implementação dos Programas co-financiados pela União Europeia.

Nesta edição apresentamos o testemunho do Dr. José Emídio Ferreira e da Dr^a Elma Barreiro, ambos da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, sobre o processo da formação e da integração profissional de pessoas com deficiência (desde os anos 80 do séc. XX até os dias de hoje), acções que têm sido co-financiadas pelo Fundo Social Europeu.

Mais de 20 Anos do Fundo Social Europeu na Formação e Integração Profissional de Pessoas com Deficiência na Região Autónoma da Madeira

“A realidade do Centro de Formação Profissional de Deficientes”

José Emídio Ferreira

Director de Serviços de Reabilitação Psicossocial e Profissional de Deficientes

Elma Barreiro

Directora Técnica do Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes

Introdução

É no cumprimento da política de prevenção, reabilitação e integração social dos deficientes na Região Autónoma da Madeira (RAM) desenvolvida pelo Governo Regional e tendo por objectivo a consecução do princípio da total participação e igualdade de direitos e deveres dos deficientes, que o Centro de Formação Profissional de Deficientes (CFPD) se apresenta como verdadeira cúpula do edifício sócio-educativo da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), cabendo-lhe um papel decisivo na tarefa difícil e complexa da transição para a vida Activa - in 26/9/88 Eleutério Gomes de Aguiar - Discurso de Inauguração.

Se na perspectiva do Prof. Eleutério Gomes de Aguiar, Director Regional de Educação Especial, nessa altura, e representante da RAM no Conselho Nacional de Reabilitação, o Centro de Formação Profissional de Deficientes era a pedra angular no processo de reabilitação sócio-educativo dos deficientes para a vida activa, já na perspectiva do Instituto de Emprego e Formação Profissional/Centro Nacional de Formação de Formadores (IEFP/CNFF), o Modelo a desenvolver neste Centro, era também de INTERVENÇÃO INOVADORA, ou seja, jovens, familiares, serviços, educação especial e entidades locais, entre outros, estavam contemplados nas funções e objectivos da Unidade de Orientação e Integração Profissional (U.O.I.P), que segundo o projecto era a bússola, o farol e o motor das outras unidades de formação do Centro. A título de exemplo da “VISÃO” deste Serviço, já nessa altura delineada, refira-se: “ Este Centro está virado para o exterior e procurará criar situações reais de integração profissional dos jovens deficientes no processo de transição para a vida adulta, nomeadamente pela criação de UNIDADES CONCELHIAS de formação e integração, que obrigarão as autoridades locais a criar condições de trabalho, adentro das características de cada concelho para os seus jovens deficientes.

História

Em 1988, a Direcção Regional de Educação Especial da RAM, iniciou um importante esforço, visando aumentar a sua capacidade de intervenção, no processo complexo e difícil, da transição dos jovens deficientes da escola para a vida activa.

A criação das instalações para o Centro de Formação e Integração Profissional de Deficientes, veio dotar a Região de uma unidade capaz de assegurar aos jovens deficientes o difícil processo de transição, e ao mesmo tempo programar um bom modelo de intervenção para esta complexa problemática da transição.

A DREE, como organismo oficial que na RAM tutela toda a política de educação e reabilitação dos deficientes, inicia um processo de colaboração com o IEFP/CNFFI, donde surge um plano elaborado pelo CNFF que visava poder dispor em Outubro de 1988 de uma equipa técnica devidamente habilitada para pôr em prática um bom modelo de intervenção no processo de transição para a Vida Activa.

Esta acção, organizada pelo CNFF, previa uma duração de 420 horas, e que fosse objecto de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), ou seja, a DREE mediante apresentação dos respectivos documentos de pagamento (no final da acção) seria reembolsada pelo CNFF/IEFP, que por sua vez refinanciar-se-ia, junto do FSE.

A acção proposta pelo CNFF constava de duas etapas:

1ª ETAPA - Em Janeiro de 1988 é criada a equipa composta pelos representantes de todas as áreas de deficiência da RAM (Directores Técnicos da deficiência intelectual, visual, auditiva, do Lar e dois docentes de trabalhos manuais) com o objectivo de preparar o projecto do futuro Centro, tendo por directrizes elaborar um projecto de integração profissional dos jovens



deficientes, que em formas genéricas se deveria caracterizar por um projecto caracterizador do processo de transição dos jovens deficientes para a vida adulta na RAM, independentemente do seu tipo ou grau de deficiência.

Nesta 1ª Etapa - Formação do modelo e formação do pessoal docente:

1º - Formação inicial dos participantes:

- Caracterização das experiências anteriores;
- Acolhimento e lançamento da operação;
- O processo de transição;
- A abordagem sistémica de um programa:
- Caracterização das actividades pré-profissionais;
- Caracterização do projecto do centro.

2ª - Análise de modelos concretos:

- Desenvolvimento da formação dos participantes;
- O processo de transição em Portugal;
- Visitas às instituições no Continente.

3º - Formação dos participantes:

- Formulação do modelo de funcionamento;
- Formulação do modelo geral e dos sub-modelos;
- Composição da equipa e perfis profissionais;
- Plano de equipamento do centro.

2ª ETAPA - Numa 2ª fase, já em Maio de 1988, passou-se à fase de formação pedagógica da equipa do futuro Centro. Esta era constituída por profissionais das diferentes áreas de Formação/ Produção/Psicóloga/Assistente Social/ Pessoal Administrativo/ Artífices etc., que foi sujeita a uma formação teórico-prática ministrada pelos Directores Técnicos das diversas áreas da deficiência na RAM, e pelo representante do CNFF/IEFP, que após estágio no Continente, foram habilitados com diploma de Monitores de Formação Profissional de Deficientes pelo IEFP.

Nesta 2ª etapa - Formação pedagógica da equipa técnica:

- Produção de meios pedagógico-didáticos;
- Integração dos participantes no contexto técnico-profissional;
- Contacto com a realidade pratica do processo de transição;
- Preparação e integração profissional de deficientes;
- Produção e meios pedagógico-didáticos.

Inauguração - Este processo culmina com a inauguração oficial em 26 de Setembro de 1988 do Centro de Formação Profissional de Deficientes com 61 utentes deficientes, em diversos cursos de formação, tendo na altura custado a construção do Centro 34 mil contos; o seu equipamento em mobiliário e maquinaria na ordem dos 36 mil contos; e a reconstrução e adaptação de um edifício antigo (com lar, gabinetes, refeitório, etc.) por 20 mil contos, o que totaliza um investimento global na ordem dos 90 mil contos.

Mais de 20 Anos do Fundo Social Europeu na Formação e Integração Profissional de Pessoas com Deficiência na Região Autónoma da Madeira

“A realidade do Centro de Formação Profissional de Deficientes”

Áreas de intervenção

O modelo formulado para intervir no complexo processo de transição dos jovens deficientes da escola para a vida activa, apresentava na altura algumas características inovadoras.

A prestação a partir de um único Centro “pivot” de todo o tipo de serviços implicados na facilitação do processo de transição, isto é, indo desde a orientação profissional, até à inserção na vida adulta e de trabalho, passando pela formação profissional e pelo desenvolvimento social e cultural e visando, simultaneamente, os diversos tipos de deficiência.

O processo individual de transição para a vida adulta e de trabalho iniciava-se com a construção participada de um projecto de inserção profissional realista e adequado para cada candidato.

As actividades do Centro de Formação Profissional de Deficientes foram organizadas em três unidades básicas de intervenção, uma unidade complementar e duas unidades de apoio.

As unidades básicas eram então a Unidade de Orientação e Integração Profissional (UOIP), a Unidade de Formação Profissional e a Unidade de Produção.

À Unidade de Orientação e Integração Profissional cabia a dinamização e facilitação do processo de orientação profissional de cada candidato, o despiste e caracterização de oportunidades de inserção profissional e a facilitação e acompanhamento do processo de integração profissional de cada formando.

À Unidade de Formação Profissional cabia a função de habilitar as pessoas com deficiência de competências técnico-profissionais para oportunidades reais de inserção profissional.

A Unidade de Produção visava proporcionar aos jovens deficientes a realização de actividades produtivas. Aliava a formação à produção.

A unidade complementar era traduzida na Unidade de treino Social e Desenvolvimento Cultural (UTSDC) que visava desenvolver nos formandos um conjunto de competências sociais, que se consideravam tanto ou mais críticas para o sucesso da sua integração plena na vida adulta e de trabalho, quanto as competências técnico-profissionais específicas. Incluía uma componente de manutenção de competências escolares, adquiridas ao longo do processo escolar e sua aplicação a situações concretas. Uma outra vertente desta área relacionava-se com a aquisição de competências sociais e de independência pessoal.

As unidades de apoio eram o Lar para os formandos que dele necessitassem e os Serviços Administrativos encarregues de toda a logística administrativa.

O Centro abriu as suas portas com os seguintes cursos de formação profissional: serigrafia, confecções-corte e costura, encadernação, madeiras, agro-pecuária, reparação de calçado, artesanato-vimes e confecções-malhas.

População Alvo - O Centro iniciou a sua actividade formativa com um grupo de 61 formandos, sendo constituído por deficientes intelectuais, auditivos, motores e visuais.



Apoios comunitários

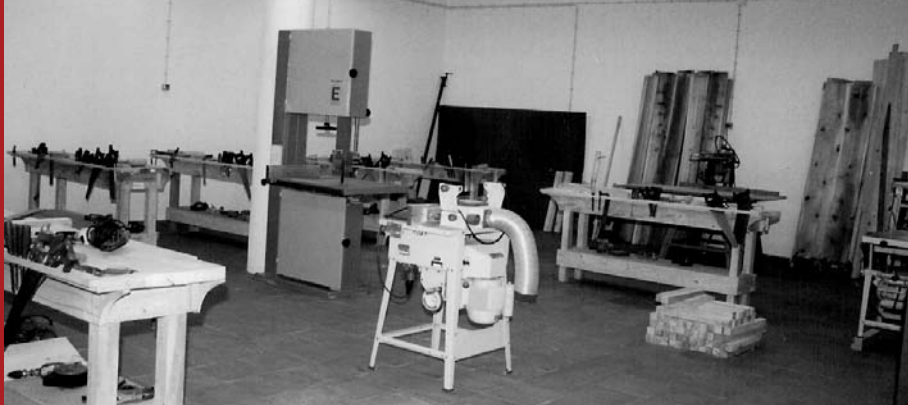
O CFPD beneficiou, aquando da sua abertura, dos apoios comunitários previstos no Despacho Normativo nº 94/89 e do regulamento geral de acesso aos apoios à formação profissional e emprego no âmbito do Fundo Social Europeu, para o desenvolvimento de cursos de formação profissional, através do Programa Operacional 7 e o Programa Operacional 12 (PO7 e PO12 respectivamente). O PO7 visava proporcionar uma formação inicial/qualificação e/ou reconversão profissional a adultos deficientes desempregados de longa duração com idade igual ou superior a 25 anos; e, o PO12 visava dotar os jovens deficientes, após a idade da escolaridade obrigatória e até aos 25 anos com competências para desempenhar uma actividade profissional no mercado de emprego, através de uma adequada preparação/qualificação.

O CFPD, actualmente designado por Serviço Técnico de Integração e Formação Profissional e Emprego Protegido de Deficientes, da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, tem beneficiado ao longo destes vinte e dois anos de fundos comunitários através de todos os Programas Operacionais Plurifundos da RAM (POPRAM I, II e III) e actualmente através do Programa Rumos, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o desenvolvimento de todas as suas áreas de formação.

Registos Bibliográficos

Revista Formação Contínua do Centro Nacional de Formação de Formação /Instituto de Emprego e Formação Profissional de Março de 1989.

Cadernos do Instituto de Emprego e Formação Profissional /CNFF – Acção nº10/FP-FES/88 (R.A.Madeira).





Espaço Jovens



Este Espaço dirigido e aberto aos Jovens, está dividido em três partes:

- Três artigos de jovens que, através do desenvolvimento de trabalhos de pesquisa realizados ao longo do período escolar, apresentam aqui a sua visão sobre várias áreas da realidade da Região.
- O resultado do primeiro concurso do MURAL DIGITAL do ano lectivo 2009-2010.
- E, de acordo, com a acção do Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM, designada por “Mergulhar Lá, Plantar Cá”, que prevê a divulgação da actividade de jovens que apresentam propostas de projectos a serem implementados na Região, é divulgado o projecto RS4e Entrepreneurship, da responsabilidade do CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira, co-financiado pelo Programa Intervir+.

Avaliação do Desempenho dos Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Região Autónoma da Madeira *

Joana Homem da Costa

Mestre em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico

O crescimento exponencial da população, o aumento do consumo e a industrialização, determinaram um aumento da produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Este facto, aliado a uma maior consciencialização para os problemas ambientais, contribuiu para que as sociedades começassem a encarar a produção e gestão dos resíduos com maior responsabilidade.

No início dos anos 90, Portugal ainda contava com 300 lixeiras não controladas em actividade. Nos últimos 20 anos, porém, o sector dos resíduos sólidos conseguiu evoluir de forma significativa, se bem que ainda exista um longo caminho a percorrer. De importância fundamental têm sido os investimentos efectuados no sector, o papel do regulador ambiental (Instituto Nacional de Resíduos) e do regulador económico (Instituto Regulados de Águas e Resíduos), bem como a aplicação das directivas comunitárias.

Os serviços de gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), por funcionarem em regime de monopólio natural, entre outras razões, são caracterizados pelos reduzidos incentivos à eficiência e à inovação. A avaliação do desempenho pode assumir um papel muito relevante para contrariar esta situação.

O modelo regulatório aplicado a um sistema de gestão deve ser adequado às características específicas do local. Embora já exista um modelo regulatório em vigor pelo Instituto de Águas e Resíduos (IRAR), este é aplicado no território continental. Logo, pareceu de elevado interesse adequar um modelo regulatório que pudesse ser aplicado à Região Autónoma da Madeira (RAM). A Região Autónoma da Madeira (RAM) caracteriza-se pela forte componente económica, baseada essencialmente no turismo, e o imenso valor ambiental. Os aspectos ambientais, sociais e os padrões de qualidade de serviço, têm de constituir obrigações e restrições ao funcionamento do sector de resíduos sólidos. O equilíbrio socioeconómico poderá ser atingido com maior eficiência e eficácia através da regulação do sector.

O objectivo principal baseou-se na avaliação do desempenho dos sistemas de RSU desde o primeiro contacto com as populações até ao seu destino final, com vista a analisar se o

seu processo está a cumprir os objectivos pretendidos, obtendo o máximo de rentabilidade, sustentabilidade e eficácia de um modo económico e satisfatório para todas as partes.

Para avaliar o desempenho dos sistemas de gestão RSU na Região foi necessário encontrar indicadores de desempenho que reflectam as problemáticas da Região, baseando-se no modelo regulatório já existente no nosso País, aplicado pelo IRAR, nas bases de uma regulação social e nas características e interesses vigentes na Região.

Foi lançado um inquérito junto da população a fim de determinar a importância de cada um dos indicadores sugeridos num sistema de avaliação de desempenho.

Geral
Limpeza dos locais públicos
Cuidados com áreas ajardinadas
Rapidez de resposta às reclamações feitas à Autarquia
Opinião do Turista
Recolha Indiferenciada
Cobertura do serviço de recolha
Tipo de remoção (porta-a-porta/pontos)
Frequência da recolha
Conjugação da frequência da recolha e tamanho dos contentores, para evitar contentores a transbordar
Hora da Recolha
Ruído na descarga dos contentores
Cuidado na escolha e limpeza dos contentores para evitar cheiros
Preço médio cobrado pelas Autarquias pelo serviço prestado
Recolha Selectiva
Cobertura do serviço de recolha
Tipo de remoção (porta-a-porta/pontos)
Frequência da recolha
Conjugação da frequência da recolha e tamanho dos contentores, para evitar contentores a transbordar
Hora de Recolha
Ruído na descarga dos contentores
Preço médio cobrado pelas Autarquias pelo serviço prestado
Destino Final
Destino a dar aos RSU
Tipo de Tratamento dos RSU
Valorização dos RSU

* Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Engenharia Civil
no Instituto Superior Técnico.
Orientador: João Torres de Quinhones Levy
Data da Dissertação: Novembro 2009



Através do inquérito foram escolhidos dos indicadores de desempenho propostos os que apresentavam percentagem de respostas 4 e 5 superiores a 75% (numa escala de 1 a 5, sendo 1 pouco importante e 5 muito importante).

Para classificar os indicadores de desempenho foram conjugados vários métodos, de forma interna e externa às entidades gestoras em avaliação:

- Inquérito para avaliar o grau de satisfação do utente.
- Recolha exhaustiva de dados na Câmara Municipal do Funchal e na Valor Ambiente.
- Observação pormenorizada, em vários dias da semana.

A aplicabilidade destes indicadores na Região foi comprovada no Concelho do Funchal.

A avaliação do desempenho dos sistemas de RSU no Concelho do Funchal apresentou-se de modo geral positiva, mesmo com todas as dificuldades orográficas e geográficas existentes.

Indicadores de Desempenho	Avaliação do Desempenho
Geral	
Limpeza dos locais públicos	4
Cuidados com áreas ajardinadas	4
Rapidez de resposta às reclamações feitas à Autarquia	3
Recolha Indiferenciada	
Cobertura do serviço de recolha	5
Frequência da recolha	3
Conjugação da frequência da recolha e tamanho dos contentores, para evitar contentores a transbordar	3
Recolha Selectiva	
Cobertura do serviço de recolha	4
Frequência da recolha	4
Conjugação da frequência da recolha e tamanho dos contentores, para evitar contentores a transbordar	4
Destino Final	
Destino a dar aos RSU	5
Tipo de Tratamento dos RSU	4
Valorização dos RSU	5

Um modelo de avaliação do desempenho conhecedor das características, vicissitudes e situação actual do local onde é aplicado, permite encontrar vertentes em que é possível aumentar o investimento, dar continuidade aos resultados positivos, bem como melhorar lacunas e falhas.

A RAM apesar das características orográficas e geográficas singulares, apresenta já um nível de desenvolvimento e progresso muito satisfatório no que diz respeito à recolha, tratamento e destino final dos RSU.

A crise mundial e o seu efeito no turismo madeirense

Petra Teixeira

Estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa do curso de Ciências da Cultura

A Ilha da Madeira é opção de férias para muitos europeus e americanos todos os anos. Na verdade, em cada altura do ano é possível encontrar um multiculturalismo, cada vez mais crescente nas ruas do Funchal (o principal destino turístico da Região). Estes visitantes procuram algo diferente da realidade existente no seu país de origem. Tal como John Urry diz: *Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quer dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista em qualquer período histórico é construído em relacionamento com o seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta; quais são as formas de uma experiência não turística.* (16)

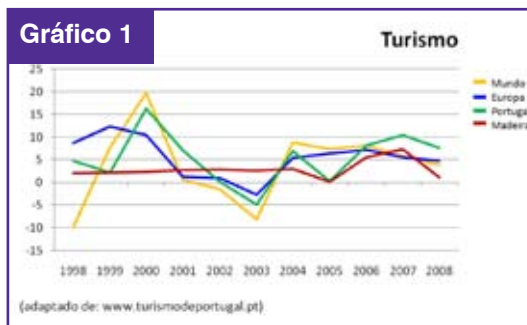
Cada vez mais o turismo tende a satisfazer um gosto global e não um só grupo restrito.

Assim, é possível satisfazer os gostos de turistas que procuram o desporto (através da pesca desportiva e do surf, por exemplo), a cultura (através dos vimes, artesanato, bordados, flores, o Vinho da Madeira, entre outros), a gastronomia (bolo do caco, espetada madeirense, ...), a Natureza (as levadas, o montanhismo, ...), a praia (a mais famosa situa-se no Porto Santo) e a diversão (o Casino da Madeira, por exemplo). Tal facto evidencia-se quando chegam, todas as semanas, navios provenientes do Japão, da América, de África que transportam turistas que anseiam conhecer ou pretendem voltar o mais depressa possível à ilha. Contudo, o momento é de crise geral – ou seja, todos os continentes sofrem com isso e, de algum modo, os seus habitantes abdicam deste prazer para poderem subsistir. Tendo em conta estes e alguns outros factores, será que o turismo da Madeira sofreu com esta crise do século XXI?

1. A situação geral do turismo na Madeira e a sua relação económica com os restantes países

Para responder a esta questão, foram elaborados três gráficos que analisavam a situação regional, nacional, europeia e mundial entre 1998 a 2008 tendo em conta: o turismo e a comparação do PIB per capita¹ (Produto Interno Bruto “por cabeça”) com o turismo madeirense.

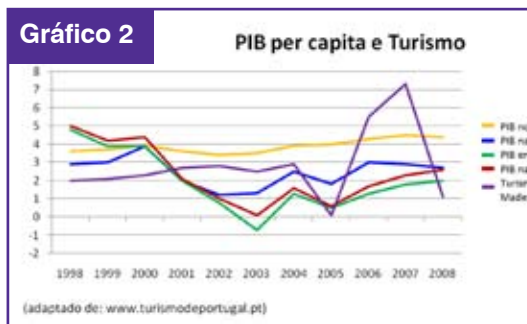
Gráfico 1



Através do gráfico 1, é possível perceber que o turismo madeirense acompanhou o crescimento do PIB per capita na Madeira, em Portugal, na Europa e no Mundo. Houve momentos entre 1998 e 2008 que evidenciaram esse acompanhamento ou que contradisseram o mesmo.

Entre 1998 e 2000, as receitas turísticas madeirenses, portuguesas, europeias e mundiais estiveram em abundante desigualdade. O mesmo não aconteceu com o PIB per capita entre estes anos pois encontravam-se numa situação análoga.

Gráfico 2



O primeiro momento terá sido de 2000 para 2001 em que, relativamente ao gráfico 2, demonstra uma acentuada descida do turismo e no PIB per capita (gráfico 2), a nível global; sendo que tal descida teve valores negativos no turismo em 2003 e, simultaneamente, levou a um clima de instabilidade económica. Curiosamente, esta queda global no crescimento global do PIB per capita não teve o acompanhamento do turismo madeirense (que se manteve até 2004). Uma possível explicação está no atentado terrorista decorrido nos céus dos Estados Unidos da América, em que as torres gémeas foram destruídas (11 de Setembro 2001). Este episódio assustou milhares de

* Súmula do Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Estudos Culturais.

1 PIB per capita - a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos na economia doméstica, durante um determinado período de tempo, normalmente de um ano, pelos factores de produção residentes nessa economia

2 Mais precisão em informação no site: http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=612235



turistas e traumatizou-os de tal forma que o ano de 2003 teve um crescimento negativo no Mundo, na Europa e em Portugal. Este trauma foi também motivado pela Comunicação que ligou todo o Mundo a este acontecimento ao mesmo tempo. Tal como é referido na obra de John Harley (Comunicação, Estudos Culturais e Media), a comunicação é agora largamente representada pela televisão, pela publicidade e pela média. A intenção passou de informar para chocar as pessoas, isto é temerem a realidade, ainda que a mesma esteja longe das suas casas.

No entanto, relativamente ao PIB per capita a situação mudou. Em 2003, houve um decréscimo do PIB per capita em Portugal e na Madeira que não se verificou nem na Europa nem no Mundo. Uma possível explicação poderá ser a época que indicava um arrefecimento das exportações e o aceleração das importações, derivado pelo aumento do consumo das famílias² e a incerteza política que ocorria na altura. Outro motivo poderá estar relacionado com as gripes que persistiram nesta altura (a das “vacas loucas”, aviária, suína) pois algumas delas tiveram as primeiras vítimas neste ano e em Portugal e, deste modo, afastou os turistas que planeavam visitar o Arquipélago português. É ainda possível notar que, derivado às gripes e ao impacto causado por estas no turismo, que o Mundo, a Europa e Portugal tiveram receitas turísticas negativas e a Madeira manteve a sua posição. Dentro dos continentes era mais fácil apanhar estas gripes enquanto numa ilha tais vírus são partilhados por turistas que chegam de barco ou de avião. Deste modo, havia maior segurança ao viajar para a Madeira, pois estes eram examinados antes de saírem do meio de transporte e, a ilha estava longe dos espaços mais afectados.

Outro momento importante é em 2004 aquando do atentado ao metropolitano em Madrid, em que o turismo madeirense ressentiu o receio das pessoas de viajar. O mesmo aconteceu em 2005 quando em Londres se deu um atentado nos transportes públicos. Como é possível ver no gráfico 1, houve uma queda geral no turismo de 2004 para 2005 e tal verificou-se também no PIB per capita (apenas o Mundo manteve uma posição estável). Curiosamente, dentro da restante Europa tal não se verificou, antes pelo contrário, este cresceu proporcionalmente ao ano anterior. Deste modo, e tendo em conta que os turistas mais eminentes da Madeira são europeus, o turismo madeirense teve o seu pico mais baixo em 2005. O turismo europeu era essencialmente feito dentro da própria Europa pois, novamente, havia receio de viajar para fora e a situação geográfica portuguesa não proporcionava maior facilidade de transporte.

A situação agravou-se quando o Mundo, a Europa e o turismo madeirense apresentaram um abrandamento no crescimento em 2007, (ver gráfico 2) possivelmente explicado pela época de crise económica declarada pelos Estados Unidos – grande potência memorável económica – que abalou diversos países que optavam pela Madeira como destino turístico. Por outro lado, em Portugal e na Madeira o crescimento do PIB per capita não acompanhou a tendência global que tendia a cair. Tal crescimento em 2007 pode ser explicado pelo facto de o ano em questão ter sido o mesmo em que a Madeira começou a fazer viagens em low cost (viagens a baixo custo), facilitando assim o transporte aéreo para e de diversas partes do Mundo. Deste modo, é perceptível o lugar que Portugal alcançou neste ano – apresentou um maior crescimento -, e a Madeira foi a segunda mais alta, atingindo o seu pico de crescimento turístico.

2. Um olhar conclusivo à situação actual

Assim, o turismo madeirense acompanhou o crescimento do PIB per capita na Madeira, em Portugal, na Europa e no Mundo. Atentados terroristas, crescimentos e decréscimos económicos, gripes e até os próprios media, influenciaram em certa medida a posição do turismo na Madeira. Embora os preços hoteleiros e turísticos em alguns postos tenham sido reduzidos, a Madeira acompanhou a crise mundial de 1998 a 2008, pois as pessoas, em geral, optaram por passar as suas férias em regiões que se situavam perto de casa, de modo a não despenderem quantias monetárias excessivas e a se divertirem igualmente.

Nestes últimos anos, a Madeira tem vindo a demonstrar algum decréscimo relativamente aos anos anteriores. O passado ano de 2009 apresentou menos barcos de cruzeiros que o ano de 2008 na altura do fim-do-ano, época de grande procura turística, fazendo prever um decréscimo no movimento turístico, e até mesmo uma diminuição dos valores obtidos no ano de 2008. Depois, esta crise, que o Mundo está a viver, torna-se um entrave para o restante desenvolvimento do turismo madeirense. A partir do momento em que não exista procura e inovação, os turistas optarão por terem a mesma diversão e a mesma animação numa localidade mais próxima.

Que apoios da UE para a criação de um Centro de Dia para a Terceira Idade? *

*Súmula do Trabalho realizado no âmbito da disciplina Área de Projecto - Ano lectivo 2009/2010.



Carolina Pestana, Joana Abreu, Leila Abreu e Mónica Pita

Alunas do 12º ano da Escola Secundária Jaime Moniz

No âmbito da disciplina de Área de Projecto, foi-nos proposto elaborar um trabalho de grupo em que conciliássemos a essência do nosso agrupamento (ciências socioeconómicas) e os temas idealizados. Assim sendo, seleccionámos “A criação de um Centro de Dia” como objecto de estudo.

Ao longo do ano foram analisados os diversos factores que envolvem a criação deste tipo de infra-estruturas sociais, de modo a obtermos todas as informações necessárias para a sua concretização.

No nosso trabalho abordamos variados subtemas, todavia o tema central, criação de um Centro de Dia, foi aquele que para nós mereceu um grande destaque tendo em conta a economia portuguesa/regional e os apoios que são concedidos pelas entidades regionais, nacionais e comunitárias para este tipo de projectos.

Neste sentido, procuramos conhecer as necessidades da população, tendo em conta as suas características e a sua evolução. Sendo a estrutura etária da população envelhecida, verificamos que o investimento neste tipo de equipamentos sociais constituiria uma evolução positiva no nível de vida da população, melhorando as condições de vida da população idosa e promovendo postos de trabalho à população activa. Através destes serviços será possível facultar aos idosos melhores serviços, desde serviços médicos (gratuitos ou com regalias), benefícios na obtenção de medicamentos, ajudas financeiras para os inválidos, apoio às famílias com pessoas que precisem de acompanhamento permanente, serviços de apoio domiciliário, isto é, todo o género de ajuda que possa facilitar a vida dos idosos e das suas famílias.

Com a aplicação destas medidas, verificamos uma redução das despesas por parte das famílias com os cuidados aos idosos, concentrando-se, assim, mais nos seus empregos, conseguindo conciliar com maior facilidade todas as suas actividades e os idosos passam a ser acompanhados periodicamente, tendo menos probabilidades de adoecer, prevenindo as despesas inesperadas e normalmente avultadas.

Relativamente aos encargos do Sistema da Segurança Social e do Sistema Nacional de Pensões, estes seriam reduzidos se houvesse uma maior colaboração/apoio financeiro para com as entidades não-governamentais, em particular as de Solidariedade Social, na construção destes equipamentos, sendo os recursos geridos por essas entidades.

Assim, e no que concerne à construção de infra-estruturas adaptadas a esta população, recorreremos ao Instituto de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da Região (Intervir+ e Rumos), onde nos foram facultados alguns dados referentes ao Plano de Financiamento do “Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e

Coesão Territorial da RAM (Programa Intervir+)” – com Financiamento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) através do qual pudemos auferir a existência do Eixo Prioritário IV, que corresponde à Coesão Territorial e Governança, que inclui o apoio a Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos e Desenvolvimento Social, que disponibiliza quinze milhões de euros, sendo que destes dois milhões de euros apenas destina-se a “Outras infra-estruturas sociais”, onde se incluem os Centros de Dia e cujo critério de selecção é muito exigente. Após uma análise detalhada, concluímos que o financiamento existente para equipamentos sociais é extremamente escasso para este sector. Finalmente, fica aqui um alerta às instâncias da Comissão Europeia para que no próximo período de financiamento 2014-2020, para que sejam considerados apoios para o desenvolvimento das actividades deste sector. A aposta no social é fundamental para proporcionarmos uma Sociedade Europeia com melhores condições de vida aos mais necessitados.



MURAL DIGITAL – 2009-10

Eurodeputado Nuno Teixeira convida jovens premiados a visitar o Parlamento Europeu

Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR.

Na sequência do Concurso realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, na qualidade de Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais do Rumos e do Intervir+, sobre a participação dos jovens no projecto MURAL DIGITAL (integrado nas acções temáticas do Programa Rumos) no ano lectivo 2009-10, e tendo por base os seguintes critérios de apreciação:

- Adequada relação com os Programas Operacionais e a sua execução com o conteúdo da mensagem;
- Grau de complexidade do texto escrito, tendo em conta o grau de escolaridade do(s) autor(es) da mensagem;
- Originalidade do conteúdo;
- Criatividade.

a votação do júri, composto por:

- Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da RAM, Intervir+ e Rumos;
 - Directora Regional da Direcção Regional de Qualificação Profissional, Organismo Intermédio do Programa Rumos/Eixo I “Formação e Educação”;
 - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Organismo Intermédio do Programa Intervir+ / Sistema de Incentivos às PME’s;
 - Presidente do Instituto de Emprego da Madeira, Organismo Responsável pela Execução das Políticas Públicas do Programa Rumos / Eixo II “Emprego e Coesão Social”;
- insidiou nas três mensagens seguintes:

Titulo: **O teu Rumo!**

Mensagem: **“Rumos é a oportunidade para melhorares e concretizares o teu futuro com formação e qualificação profissional. Eu já encontrei a minha oportunidade.”**

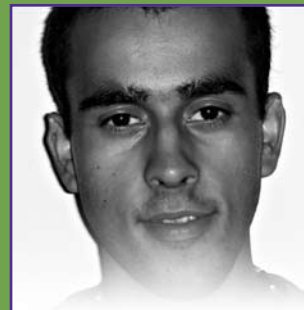
Autor: **Cristiano Abreu**

Ano: **1º**

Curso: **Manutenção Industrial**

Estabelecimento de Ensino: **Direcção Regional de Qualificação Profissional**

Data de publicação no Mural Digital: **22-04-2010**



Titulo: **Sonha Alto**

Mensagem: **“Um sonho é uma base, um trampolim para as nuvens de auto-satisfação e sentimento de dever cumprido, por isso sonha, salta e cumpre. O empreendedorismo é uma forma de sonhar, de se destacar e ser original. Como o sonho é um trampolim, o empreendedorismo é uma base para criar, inovar e ser bem sucedido.”**

Autores: **André Santos, Dinarte Gonçalves e Diogo Gomes**

Ano: **12º**

Turma: **1º**

Estabelecimento de Ensino: **Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva**

Data de publicação no Mural Digital: **25-05-2010**



“Vosso projecto [Mural Digital] é muito interessante e tenho a certeza que iremos corresponder positivamente, porque também acredito que estas visitas [ao Parlamento Europeu] devem estar prioritariamente ao serviço deste tipo de projectos e iniciativas”.

Nuno Teixeira
Eurodeputado



Título: Plano

Mensagem: “Rumos continua a inovar, a qualificar, a formar e a manter-se na vanguarda da modernidade em termos de Educação e Formação!”

Autor: Luís Teixeira

Ano: Único

Área: T.O.E

Estabelecimento de Ensino: Direcção Regional de Qualificação Profissional

Data de publicação no Mural Digital: 19-02-2010

Dinamizadoras do Projecto junto dos alunos/formandos:



Dr.ª Cilísia Maria
Ferreira Camacho

Direcção Regional
de Qualificação
Profissional



Prof.ª Fátima Marina de Abreu
Gonçalves

Escola Básica e Secundária
Dr. Ângelo Augusto da Silva

Prémios:

Visita ao Parlamento Europeu de 9 a 11 de Novembro de 2010, a convite do Eurodeputado Dr. Nuno Teixeira.

Publicitação das três melhores mensagens no Suplemento anual ESPAÇO GLOBAL – Nº 3 / Dezembro de 2010.

Organização:

Instituto de Desenvolvimento Regional

Apoio:

Eurodeputado Dr. Nuno Teixeira

Participantes:

Direcção Regional de Qualificação Profissional
Instituto de Desenvolvimento Empresarial
Instituto de Emprego da Madeira

Outras Entidades que participaram no projecto:

Direcção Regional de Educação
Direcção Regional de Informática

Estabelecimentos de Ensino que participaram no projecto no ano lectivo 2009/2010

Escola Secundária Dr. Ângelo A. Silva
Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento Gouveia
Escola Básica 2º e 3º Ciclos de São Roque
Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre
Escola Básica e Secundária do Carmo
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz
Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco de Freitas Branco (Porto Santo)
Escola Básica 23 Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade (Campanário)
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral (Santana)
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Alfredo F. Nóbrega Júnior (Camacha)
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniço
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade (S. Vicente)
Direcção Regional de Qualificação Profissional
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
[Direcções Executivas e corpos docentes dos estabelecimentos de ensino e de formação profissional].

Rs4e permite contacto com empreendedores

CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira



O que é o rs4e?

O rs4e - road show for entrepreneurship, é um projecto que tem como principal objectivo permitir que estudantes, dos 6 aos 25 anos de idade, tenham um primeiro contacto com o fascinante mundo do empreendedorismo, através do conceito “learning by doing”. As intervenções, adequadas às idades dos alunos, são efectuadas em diversos estabelecimentos do ensino básico (1º ciclo), secundário, profissional e superior da Região Autónoma da Madeira.

O rs4e pretende despertar e estimular a predisposição para empreender, alertar para a existência de oportunidades de negócio no meio que os rodeia e sensibilizar para a importância da criação de riqueza e do “self-employment” como forma de promover a eficiência económica e a estabilidade social.

Pretende ainda que os alunos adquiram algumas noções do meio empresarial e que tenham contacto com temas importantes e transversais em toda a actuação empresarial tais como a Inovação e a Qualidade.



RS4E®

road show for entrepreneurship



DÁ VIDA ÀS TUAS IDEIAS!

WWW.RS4E.COM

Rs4e permite contacto com empreendedores

CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira

Acções:

Visita a Inglaterra

De 01 a 04 de Setembro de 2010, os finalistas do projecto rs4e participaram numa visita a Inglaterra, num “Programa de intercâmbio de opiniões e experiências em empreendedorismo”. Esta acção proporcionou um leque de actividades, incluindo visitas a incubadoras de empresas, oportunidades de “networking”, acesso a ideias inovadoras e troca de experiências com empreendedores locais.

Em Cambridge, os alunos visitaram uma reconhecida escola de negócios, a JBS - Judge Business School e puderam conhecer novos projectos empresariais desenvolvidos no seio da IdeaSpace, instituição que promove a ligação de jovens empreendedores com conceituados investidores e investigadores.

Na cidade de Londres, os participantes foram recebidos por um representante do Consórcio Nacional de Empreendedores Universitários (NACUE) e contactaram com os fundadores das empresas SquidLondon, One Piece Jumpsuits, Show ME Amazing Football. Após efectuadas as apresentações foram desenvolvidas actividades de “networking” com os empreendedores convidados.



Etapas para alcançar o sucesso

Os participantes nesta viagem foram os finalistas da 5ª edição do projecto rs4e, que envolveu no ano lectivo 2009/10 mais de 1800 alunos, 95 turmas e 36 estabelecimentos de ensino. Após a participação em diversas acções os alunos foram convidados a apresentar uma ideia de negócio que foram posteriormente submetidas à avaliação de um júri formado por representantes dos promotores, parceiros e patrocinadores do projecto.

Mobileco, G-passion Hotel e Family Value foram os três projectos vencedores de cada segmento de ensino. Mobileco foi desenvolvido por alunos da Escola da Apel, que identificaram uma oportunidade de negócio no aluguer de bicicletas eléctricas. A Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira foi representada pelos alunos do grupo G-passion Hotel, que exploraram um novo nicho no mercado hoteleiro. No ensino superior a apresentação de um software de apoio à educação foi a ideia distinguida pelos elementos do júri.

6ª edição já nas escolas...

Desde Outubro de 2010, e pelo sexto ano consecutivo o rs4e chega às escolas desenvolvendo novas capacidades e motivações nos jovens que frequentam os estabelecimentos de ensino da R.A.M. Estas e outras informações podem ser encontradas no site oficial do projecto em www.rs4e.com.




RS4E
road shows for entrepreneurship

1º prémio
Viagem a Londres




RS4E
road shows for entrepreneurship



DÁ VIDA ÀS TUAS

www.rs4e.com



Último Espaço



Um Espaço com temas diversos.

Nesta Edição apresentamos-lhe uma breve nota sobre “2011 - Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa”; e, ainda, um registo dos momentos mais marcantes do ano de 2010 sobre as acções organizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, bem como as organizadas por outras entidades em que o Instituto foi convidado a participar.

2011 – Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa

Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR



“Hoje em dia, a maioria dos problemas sociais necessitam do apoio do voluntariado. Temos hoje na Europa mais de 100 milhões de europeus que fazem trabalho voluntário, [como tal,] devemos encorajar todas estas pessoas e as organizações onde trabalham. Dedicar um ano europeu para esta causa nobre é um bom ponto de partida para esse encorajamento”.

Declaração do eurodeputado Joel Hasse Ferreira após o anúncio oficial emitido pelo Presidente do Parlamento Europeu em sessão plenária em Estrasburgo.

Este Ano Europeu tem por objectivo geral incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela Comunidade, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais tendo em vista criar condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na União Europeia (UE) e aumentar a visibilidade das actividades de voluntariado na Comunidade.

Este objectivo geral será operacionalizado através de quatro grandes objectivos específicos:

1. Criar um ambiente propício ao voluntariado na UE;
2. Dar meios às organizações que promovem o voluntariado para melhorar as condições das suas actividades;
3. Reconhecer o trabalho voluntário;
4. Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do Voluntariado.

Para o efeito, cada Estado-Membro designou o Organismo responsável pela organização da sua participação no Ano Europeu, sendo o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado o designado para Portugal.

In:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32010D0037:PT:HTML>

<http://www.voluntariado.pt/>

Momentos 2010

Aqui ficam alguns momentos a registar...

Núcleo de Comunicação e Imagem do IDR



Última Reunião da Comissão de Acompanhamento do POPRAM III
Funchal - 11.Janeiro.2010



Comissão Técnica de Planeamento
Funchal - Centro de Feiras e de Congressos do Madeira Tecnopólo - 27.Abril.2010



Sessão Informativa na Universidade da Madeira
Programas Operacionais da RAM de apoio ao Empreendedorismo - 27.Abril.2010



Comemorações do Dia da Europa
Evento Circo – Matosinhos - 7 a 9 de Maio.2010



Street Show – Semana da Europa
Funchal – Largo da Restauração - 7 a 14.Maio.2010

Momentos 2010

Aqui ficam alguns momentos a registar...



4ª Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais da RAM (Intervir+ e Rumos)
Funchal - 7.Junho.2010



Exposições Empresariais
Expomadeira – 9 a 18 de Julho
Expo Porto Santo – 29 de Agosto a 5 de Setembro
FIC – 13 a 17 de Outubro

Na sequência da intempérie de 20 de Fevereiro, várias foram as entidades que se solidarizaram com a Região



2ª Reunião do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)
Funchal e Ribeira Brava - 23.Abril.2010



Visita à Gare Marítima do Porto do Funchal
(projecto co-financiado pelo Fundo de Coesão II)
5ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT)
Funchal e Ribeira Brava - 24 e 25 de Junho.2010

Programação até finais de 2010:

- Reunião de Trabalho em Parceria com a Região Trento (Itália) e Comissão Europeia
No âmbito do Programa Rumos
Funchal - 24 a 27 de Outubro
- INFORM Meeting
Funchal - 17 a 19 de Novembro





Instituto de
Desenvolvimento Regional

Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

www.idr.gov-madeira.pt

**Reforço e modernização
das capacidades laboratoriais
de ensaios de engenharia civil**

Entidade Beneficiária: LREC
Laboratório Regional de Engenharia Civil

INTERVIR+ - FEDER

